BRASIL SEM INDUSTRIALIZAÇÃO:
a herança renunciada

# BRASIL SEM INDUSTRIALIZAÇÃO: a herança renunciada

Marcio Pochmann

Editora UEPG

## Equipe Editorial

| | |
|---|---|
| **Coordenação editorial** | Lucia Cortes da Costa |
| **Revisão** | ICQ Editora e Gráfica |
| **Capa** | Natália Bae (Tikinet) |
| **Projeto gráfico** | Rodrigo Martins (Tikinet) |
| **Diagramação** | Bruna Orkki (Tikinet) |

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

P833b Pochmann, Marcio
Brasil sem industrialização: a herança renunciada/ Marcio Pochmann. Ponta Grossa : Ed. UEPG, 2016.
190 p. : il.

ISBN: 978-85-7798-201-1

1. Capitalismo - indústria. 2. Capitalismo - modernidade. 3. Desindustrialização. 4. I. T.

CDD: 338.981

Depósito legal na Biblioteca Nacional
Editora filiada à **ABEU** Associação Brasileira das Editoras Universitárias

**Editora UEPG**
Praça Santos Andrade, n. 1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
Fone: (42) 3220-3306
e-mail: vendas.editora@uepg.br
2016

*"Se esperava que a industrialização contribuísse para mudar a ordem social e tudo o que fez foi produzir manufaturas."*

**Albert Hirschman**

*"A industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído."*

**João Manuel Cardoso de Mello**

*"Nós nunca conseguimos, na verdade, montar um arranjo de política econômica que pudesse nos reinserir no processo de redistribuição da indústria mundial."*

**Luiz Gonzaga Belluzzo**

*"Nós também vivemos numa era de estabilidade e certezas, na ilusão de permanente melhora econômica."*

**Tony Judt**

# Sumário

# Apresentação

O admirável mundo novo parece estar muito próximo, caso as maravilhas das oficinas de produção digital desta primeira metade do século XXI venham, de fato, a se tornarem mais rapidamente realidade. A revolução na fabricação a partir do desktop evidencia-se, cujo poder das ferramentas digitais como a impressora 3D industrial e o scanner 3D assumem condição de compiladores da matéria e fotocopiadores da realidade.

Diante do fascinante replicador que possivelmente inaugurará a indústria do futuro, seus impactos parecem ainda inimagináveis, tal como em Manchester na metade do século XVIII quando inaugurou a industrialização, que simplesmente transformou o mundo. Acontece que não se vive online, mas no mundo real constituído de concreto, roupas, alimentos, casas, eletrodomésticos e automóveis ainda dependem de uma boa base industrial.

Nos dias de hoje a economia dos serviços, sem a presença da industrialização, tem reproduzido o subdesenvolvimento, como nos países cujas ocupações em expansão não oferecem um horizonte decente e sustentável de futuro justo e democrático a todos. Mesmo nas indústrias de tecnologia das informações e comunicações, os empregos disponíveis são de pequena monta e parcela ainda precários, o que indica o quanto o tema da industrialização segue sendo central para qualquer país que almeja o desenvolvimento.

Muito mais para o Brasil, pelo menos para aqueles que não aceitam as facilidades do colonialismo intelectual e da terceirização das ideias pelo mainstream acadêmico. Acontece que a industrialização nacional está ficando para trás, renunciada por gerações de

políticos, industriais, trabalhadores, meios de comunicação e tantos outros submissos às falsas modernidades que jamais se cumprem.

Para tratar deste tema, o presente livro espera contribuir, trazendo uma abordagem simples para uma complexa discussão a respeito da angustiante situação da desindustrialização que atinge, sem limites, a todos os brasileiros. O resultado imediato tem sido o quadro geral de semiestagnação da renda *per capita* desde os anos de 1980.

Neste sentido que a reflexão construída e apresentada ao longo das páginas seguintes busca recuperar os elementos centrais que caracterizam o nascimento, desenvolvimento e crise do capitalismo industrial no Brasil. Para tanto, identificam-se quatro dimensões analíticas que apontam para comportamentos diferenciados do capital industrial desde o século XIX.

Na dimensão política, por exemplo, percebe-se que a posição de hegemonia da burguesia industrial sobre as demais frações da classe dominante conviveu por mais tempo na presença de regime autoritário. A ascensão do capital industrial nas décadas de 1930 a 1970 coincidiu mais com a presença de governos autoritários de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e da Ditadura Militar (1964 – 1985), geralmente acompanhados por importantes estatizações na economia.

A partir da década de 1980, com a retomada do regime democrático, a burguesia industrial foi sendo desmilinguida pela ascensão da hegemonia financeira no interior da classe dominante, em meio ao avanço da desestatização da economia. Também na República Velha que predominou liberal, o papel da nascente burguesia industrial foi secundário e subordinado à aristocracia cafeeira.

Mas isso, contudo, não permite inferir que a industrialização brasileira somente opera com sucesso em regimes autoritários.

Destaca-se que entre os anos de 1945 e 1964, quando a democracia estava estabelecida no país, a industrialização teve impulso inegável.

A segunda dimensão analítica é a da gestão pública, que envolve avaliar o comportamento do capital industrial nas experiências de descentralização e centralização administrativa. Entre as décadas de 1820 e 1890 e de 1930 a 1980 prevaleceu o sentido administrativo da centralização de recursos no governo central.

Em 1856, por exemplo, a União absorvia 78,3% da carga tributária líquida ante 22,4% em 1823 e em 1980 era de 68,2%, enquanto em 1930 foi de 51,2%. Ainda que a força principal do capital industrial se expressasse em maior significância na fase da administração pública de centralização dos recursos no governo federal de 1930 a 1980, nota-se que nas décadas de 1820 a 1880 ele era praticamente inexistente.

Durante as experiências de descentralização administrativa, como na República Velha (1889 a 1930) e a partir da década de 1980, a participação do governo federal na carga tributária passou de 78,3%, em 1856, para 51,2%, em 1930, e de 68,2%, em 1980, para 57,6%, em 2010. No período mais recente da perda de participação relativa da União na carga tributária, o capital industrial enfraqueceu consideravelmente, embora entre as década de 1880 e 1920 tenha sido a fase do seu crescimento, ainda que subordinado às rendas da exportação, sobretudo do café.

A terceira dimensão analítica trata do comércio externo, por apresentar comportamentos bem diferenciados de parte do capital industrial. As fases de abertura comercial são aquelas cuja soma das exportações com importações atingem parcela ampliada do Produto Interno Bruto (PIB), conforme verificadas entre as décadas de 1880 (31,8% do PIB) e 1920 (29,3% do PIB) e, ainda, de 1970 (14,8% do PIB) e 2010 (22,3% do PIB).

Nestes momentos a burguesia industrial repetiu o movimento parecido ao verificado pela experiência da descentralização administrativa. Ou seja, a contração da industrialização, especialmente a partir de 1980, uma vez que durante a República Velha tenha sido momento de crescimento na quantidade de indústrias no Brasil.

Por outro lado, a fase de retração na abertura comercial, registrada entre os anos de 1929 (29,3% do PIB) e 1979 (14,8% do PIB) foi acompanhada do capital industrial constitutivo da liderança do crescimento econômico nacional. Mesmo assim, em plena década de 1980, com a política de ajuste exportador que levou o grau de abertura para 11,1% do PIB em 1990, o capital industrial sinalizou enfraquecimento inegável.

Por fim, a quarta dimensão analítica relacionada à presença dos capitais estrangeiros no país. Ao se tomar por referência o Investimento Direto do Exterior (IDE) em relação ao PIB, notam-se duas fases de maior presença na economia brasileira, sendo a primeira entre 1840 (8,5% do PIB) e 1890 (31,9% do PIB) e a segunda desde 1980 (0,8% do PIB) e em 2014 (2,3% do PIB).

Nestes períodos, o capital industrial encontrou-se limitado e subordinado a outras frações da burguesia no Brasil, com posição enfraquecida. Entretanto, durante os anos de menor presença do IDE em relação ao PIB, como observado em 1950 (0,5% o PIB) e em 1980 (0,8% do PIB), a capacidade de subordinação do capital industrial foi significativa, como uma espécie de carro chefe do crescimento econômico nacional.

Destaca-se que da segunda metade das décadas de 1950 e 1970, por exemplo, a presença dos recursos estrangeiros foi importante para apoiar a industrialização. No Plano de Metas de JK (1956 – 1960), o ingresso do capital externo na forma de investimento das empresas multinacionais ajudou a completar o setor industrial de bens de

consumo duráveis, enquanto no governo Geisel (1974 – 1979) os empréstimos externos ajudaram a financiar os II PND.

As distintas dimensões analíticas apontadas permitem explorar novas perspectivas para repensar o papel da industrialização e a sua contrapartida, a desindustrialização recente no Brasil. A luta por sua instalação e desenvolvimento foi obra de muitas gerações, lembrando que em 1940, por exemplo, a indústria brasileira representava somente 0,4% do produto industrial do mundo, alcançando 3,2% no ano de 1980.

A partir daí, o movimento de queda na industrialização tem se mantido. Em 2012, a indústria no Brasil representa 1,7% do produto industrial do mundo, o equivalente a participação verificada na década de 1960.

Neste contexto que o presente livro compõe-se em quatro partes distintas, porém articuladas entre si. Discutem-se, na primeira parte, os conceitos de industrialização e desindustrialização, bem como a existência de padrões do seu desenvolvimento no mundo.

Na segunda parte enfoca-se o tema da industrialização. Para isso, analisam-se os períodos pré e pós-industrialização brasileira, buscando situar no tempo as distintas passagens do nascimento, desenvolvimento e crise do capitalismo industrial.

A terceira parte concentra-se na análise do atual processo de desindustrialização nacional. Tomam-se como referência fundamental as opções de política econômica em resposta à desindustrialização desde os dois últimos governos militares aos dias de hoje.

Na quarta e última parte considera-se a desindustrialização como um fenômeno aberto e abrangente frente às alternativas prometidas ao longo do curso pelo desenvolvimento capitalista. Ressaltam-se, assim, as promessas ainda não cumpridas da sociedade pós-industrial e da industrialização de baixo carbono.

*O autor*

# 1 Capitalismo e desenvolvimento

A industrialização tem sido fundamental para a constituição da moderna sociedade urbana, uma vez que não há registro contemporâneo de país soberano e desenvolvido assentado apenas na eficiência das atividades relacionadas à agropecuária ou mineral, à robustez do sistema financeiro ou à consistência da economia de serviços. As evidências na temática da industrialização permitem tratar tanto das potencialidades como das limitações do desenvolvimento material nas sociedades contemporâneas, especialmente daquelas que se encontram na periferia do centro dinâmico capitalista.

Por centro dinâmico, compreendem-se aquelas nações em condições de reunir simultaneamente a moeda de curso internacional, a capacidade de produção e difusão tecnológica e as forças armadas vigorosas. Em torno disso que se constituiu o atual sistema desigual e combinado do desenvolvimento global capitalista.

Através da industrialização ou de sua negação, a desindustrialização, que cada sociedade expressa explicita e implicitamente as determinações de natureza econômica interna e externa do espaço nacional relacionadas à soberania e ao desenvolvimento material. Ao mesmo tempo, revela movimento ampliado de constituição e desenvolvimento do poder burguês e suas distintas frações no interior da sociedade capitalista.

Assim como o crescimento na quantidade de empresas industriais não corresponde necessariamente à industrialização, o

decréscimo relativo da produção do setor industrial no conjunto da economia não indica efetivamente a desindustrialização. Isso porque o processo de industrialização resulta de uma revolução no interior das forças produtivas que passam a estar submetidas à dinâmica da dominação do capital industrial.

As forças produtivas, nesse sentido, não se limitam ao uso de máquinas pelo processo de trabalho, responsável pela elevação do excedente pela força de trabalho, mas a sua submissão à dinâmica de acumulação capitalista. O que significa a superação dos entraves da acumulação resultantes da estrutura técnica do capital.

Dessa maneira que se consolida o maior poder de força da burguesia industrial enquanto uma das frações constitutivas da classe dominante no capitalismo. As distintas faces do capital (comercial, bancário, agrário, industrial, entre outros) no interior das sociedades resultam, em geral, da existência de uma forma dominante que conduz o processo da acumulação capitalista.

Pela perspectiva da autodeterminação do capital industrial, a constituição do departamento de bens de produção estabeleceria as bases pelas quais a acumulação capitalista romperia as barreiras do desenvolvimento das forças produtivas. Do contrário, a indústria poderia existir e até crescer em quantidade e em número de trabalhadores sem responder necessariamente pelo processo de industrialização que revolucionasse a estrutura produtiva no seu conjunto (MELLO, 1982; OLIVEIRA, 1985).

Nesse sentido, caberia o exemplo da indústria submissa ao poder de outras parcelas constitutivas do capital, como a do extrativismo mineral e vegetal, a do agronegócio, a do comercial (interno ou externo) ou a dos bancos e financeiras. Isso por que no interior da classe dominante, a burguesia industrial se comporia como fração menor do poder capitalista.

Mas a constituição do poder capitalista não se limita apenas ao âmbito econômico das relações de produção e da divisão social do trabalho. Estende-se também às forças materiais e ideologias que relacionam formas de coerção e persuasão no interior da disputa pela hegemonia na condução do desenvolvimento capitalista.

Dessa forma, o consentimento na política constituído a partir da dominação no interior das diferentes frações pertencentes à classe dominante é o que permite organizar no conjunto da sociedade, o bloco histórico dirigente. Por consequência, o espaço político-social constitutivo da acumulação capitalista revela as dimensões ideológicas e repressivas adotadas pela fração do capital dirigente no interior da classe dominante (POULANTZAS, 1977; GRAMSCI, 1999).

Da mesma forma, a cada processo histórico concreto, as relações econômicas e políticas são produzidas e reproduzidas no âmbito da esfera de luta e dominação intrínsecas ao próprio desenvolvimento capitalista. A um só tempo, compactam-se as formas de valorização do capital com as suas próprias contradições herdadas pelo estranhamento e subordinação política (HIRSCH, 1980; BEJERANO, 1980).

Nas experiências iniciais de expansão capitalista por meio da predominância do capital industrial, identifica-se a necessidade de condições prévias, como, em geral, a existência da divisão social do trabalho em plena expansão da economia mercantil. É o que se observa a partir do século XVIII com o processo de industrialização e que se constituiu enquanto movimento temporal e localmente diferenciado no mundo.

A tendência de dominação do capital industrial sobre o conjunto das forças produtivas apresentou trajetórias distintas no ato de revolucionar a estrutura produtiva em seu conjunto por algumas partes do mundo. Em função disso, que cabe analisar a industrialização na forma dos padrões de desenvolvimento capitalista (original, retardatária e tardia).

Consideram-se, por conta disso, duas ordens de referências principais. A primeira relacionada propriamente ao padrão de industrialização frente às distintas condições prévias a sua constituição e a segunda associada a sua continuidade ou não, o que poderia resultar na desindustrialização.

Desta forma, a desindustrialização revela o esvaziamento da perspectiva de autodeterminação do capital industrial no interior das forças produtivas, não significando, por pressuposto, a inexistência de indústrias. Mas, de todo o modo, há ascensão de outras frações da classe dominante, como por exemplo o capital financeiro ou agrário ou comercial, no interior das atividades econômicas, cuja capacidade de subordinação da produção de manufatura leva à desindustrialização.

Nesse sentido, o fenômeno da desindustrialização somente poderia ocorrer onde o processo de dominação das forças produtivas pelo capital industrial houvesse estabelecido plena e previamente. A existência de barreiras ao prosseguimento da subordinação das forças produtivas à dinâmica do capital industrial aprisionaria o processo de acumulação capitalista a outras ordens de determinação.

Por conta disso que o simples esvaziamento relativo da indústria de transformação no emprego total ou no valor da produção nacional não terminaria por expressar precisamente a desindustrialização. O declínio dos coeficientes de emprego industrial ou da participação no Produto Interno Bruto pode explicitar questões mais complexas, como a terciarização na produção manufatureira ou a especialização industrial no interior das cadeias globais de valor.

Em permanecendo o capital industrial como sujeito dominante no interior das forças produtivas, a desindustrialização não estaria necessariamente instalada no país. A nova condição de terciarização da manufatura, com a primazia da expansão nos serviços de produção

ou do enriquecimento da economia do imaterial tende a manter o capital industrial hegemônico. Também, a especialização manufatureira no interior da integração das cadeias globais de valor permite que, sob determinadas condições, o capital industrial se mantenha dominante no controle da externalização de serviços, no deslocamento espacial da produção de menor valor agregado e na internalização do progresso técnico.

Mais do que a manifestação de redivisões internacionais do trabalho, a desindustrialização encontra-se associada ao desmantelamento do ecossistema produtivo previamente existente, com rebaixamento da função de comando do capital industrial. A desindustrialização, contudo, não tem se manifestado de forma homogênea, permitindo também ser analisado através de padrões diferenciados da sua manifestação (pioneira e avançada).

Nas páginas a seguir, o presente capítulo busca descrever os diferentes processos de ascensão e descenso da dominação do capital industrial no interior das forças produtivas. Prioriza-se, para isso, a apresentação dos distintos padrões de industrialização e de desindustrialização reconhecidos até o presente momento no mundo.

## Padrões de industrialização

A transição para o capitalismo nas antigas sociedades agrárias conferiu, concomitantemente com as bases materiais de geração dos meios de produção, o poder da reprodução ampliada do capital. Mas foi pela industrialização que o progresso das forças produtivas se expressou enquanto processo social dominante.

Pela via da industrialização, o desenvolvimento capitalista sofreu processo de transformação fundamental, capaz de permitir a diversificação da estrutura de produção e a ampliação da distribuição da riqueza no interior da sociedade. A criação e difusão de novas capacidades tecnológicas e a elevação na renda *per capita* foram acompanhadas pela alteração da estrutura produtiva e do modelo de consumo da população (ROSENSTEIN-RODAN, 1943; PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961; TAVARES, 1975; MELLO, 1982; OLIVEIRA, 1985).

Concomitante com o desenvolvimento material possibilitado pela industrialização, registrou-se o crescimento mundial, tanto da população como das emissões de gás carbônico. A sociedade urbana e industrial passou a sustentar cada vez mais a dimensão estabelecida pela economia de alto carbono e o consumo crescentemente degradante do meio ambiente.

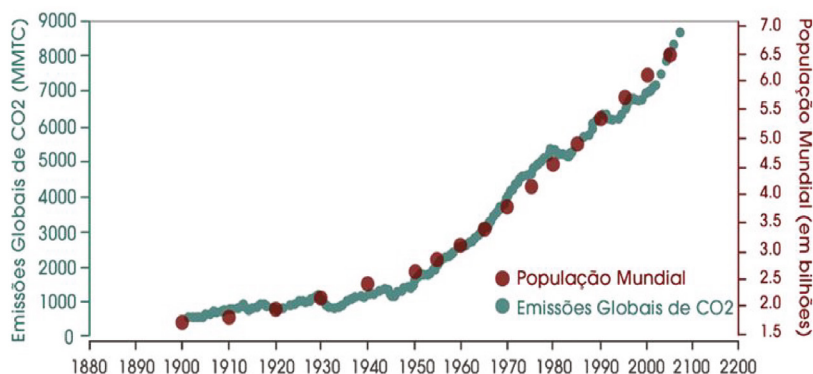
Desde a segunda metade do século XVIII, o gradual abandono da sociedade agrária tem decorrido da ascensão do modo capitalista de produção. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital teve como herança prévia, em geral, a existência de uma economia mercantil em funcionamento a partir da divisão social do trabalho.

Mas a autodeterminação do capital às limitações impostas pelas condições de acumulação capitalista pressupõe o surgimento do setor responsável pelos meios de produção. Através dele que a condição de produção do progresso técnico se estabeleceu endogenamente, irrigando a competição intercapitalista portadora de ganhos crescentes de produtividade.

Com a subordinação do conjunto das forças produtivas à dominação do capital industrial é que se consolidou o processo de industrialização. Tem sido por meio do desenvolvimento das forças produtivas

subordinadas ao capital industrial que as relações sociais capitalistas se generalizam, inclusive pelo reforço da dominação do capital sobre o trabalho.

Ao se considerar o capitalismo enquanto sistema produtor de mercadorias a partir da exploração do trabalho assalariado, identifica-se a forma industrial como superior no exercício da hegemonia sob as dimensões cultural, econômica, política, geográfica, pública e privada. Mesmo assim, convém destacar que a ascensão do capital industrial e o seu enquadramento no conjunto das forças produtivas não ocorreram de forma homogênea no tempo e espaço.

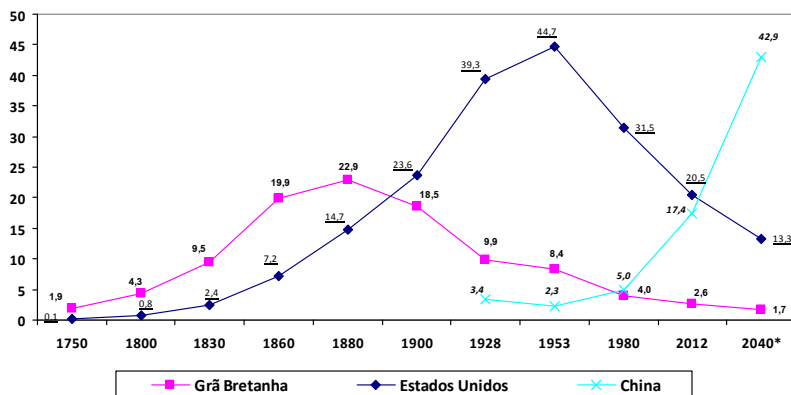
**Gráfico 1 –** Evolução mundial da população e das emissões de gás carbônico

Fonte: Relatório Anual do Clima, 2008.

Em cada nação, a fase do desenvolvimento industrial responde à estrutura econômica e social antecedente, bem como ao contexto mais geral do capitalismo no plano global. A definição do padrão de industrialização contribui para a compreensão melhor das condições especiais semelhantes que permitiram a autodeterminação do capital industrial no mesmo período de tempo e em determinados espaços territoriais do planeta.

Por conta disso que se adota o conceito do padrão de industrialização, capaz de identificar as relações de produção convergentes em determinados períodos históricos. Como padrão de industrialização compreende-se a articulação de uma diversidade de relações econômicas, sociais e políticas comprometidas com a garantia do processo de acumulação de capital e sustentação do poder político.

Pela indústria de transformação que a dinâmica do desenvolvimento capitalista se estabelece produzindo encadeamentos inter e intrasetoriais e reproduzindo novas esferas econômicas de acumulação por meio do progresso técnico. Assim, o processo de industrialização subordina o trabalho à dominância dos meios de produção.

À luz deste entendimento que se pode identificar, pelo menos, três principais padrões de industrialização que conformam o desenvolvimento capitalista nos últimos trezentos anos. Primeiramente, a industrialização originária no século XVIII que acabou sendo sucedida pela industrialização retardatária no século XIX e, por fim, o avanço da industrialização tardia no século XX.

**Gráfico 2 –** Participação relativa da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da China no produto industrial mundial em anos selecionados (Total mundial = 100%)

Fonte: Bairoch, 1982; Kennedy, 1988; Unido, 2014 (elaboração própria).

*projeção

Nos padrões de industrialização originária e retardatária predominou tanto o passado feudal das sociedades, salvo a experiência dos Estados Unidos, como a fase de livre concorrência no capitalismo. Para o padrão de industrialização tardia vigorou fundamentalmente a fase monopolista da competição internacional capitalista e a condição colonial pretérita de economias exportadoras de produtos primários.

Esses diferentes padrões de industrialização não correspondem a uma simples perspectiva evolucionista registrada nos últimos três séculos desde a sucessão exitosa do desenvolvimento na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e, mais recentemente, na China. Ao contrário, resultam da singular confluência de profundas transformações no interior de suas estruturas produtivas motivadas a seu tempo histórico pela dominância do capital industrial sobre o conjunto das forças produtivas.

A partir da segunda metade do século XVIII que se pode registrar no mundo o avanço da industrialização da produção, originariamente na Grã-Bretanha. Até então, as experiências existentes da produção artesanal e manufatureira não se pronunciavam concentradamente, conforme se verificou por meio da agregação das atividades produtivas em torno de estabelecimentos maiores que as antigas oficinas de ofício.

O pioneirismo da Grã-Bretanha apontou a concentração industrial por necessidade tanto técnica, exigida pela mecanização, como financeira, geradora de lucros no interior do funcionamento integral do sistema capitalista. Com a primeira Revolução Industrial, o protagonismo da industrialização ocorreu pela produção têxtil.

Em grande medida, o movimento da acumulação primitiva de capital derivado do sucesso do mercantilismo e das novas fronteiras de exploração colonialista entre os séculos XVI e XVIII favoreceu a Grã-Bretanha, enquanto berço do padrão de industrialização originária.

Para isso contou também a submissão do Estado aos interesses da burguesia, desde a Revolução Gloriosa de 1688 que havia esvaziado o poder do clero e da monarquia inglesa. Complementa o prévio périplo industrializante pioneiro, a divisão social do trabalho imposta por meio do cercamento nas terras inglesas, capaz de gerar enorme excedente da mão de obra do campo para as cidades. Adicionalmente, a combinação entre a farta produção de matérias primas proveniente das colônias e o uso crescente das novas máquinas de tear potencializou a indústria metalúrgica e de mineração de carvão. As práticas mercantilistas lideradas e financiadas pelo Estado através da Companhia das Índias Orientais e do tráfico de escravos transatlântico estimularam a especialização do trabalho e a estrutura de comércio de matérias-primas, produtos manufaturados e ferro já existentes na Grã-Bretanha.

Pela contida exigência de recursos na expansão da indústria têxtil, o simples deslocamento dos capitais comercial e bancário para o industrial permitiu financiar a onda de novos investimentos. Ainda que estabelecidas como empresa familiar, a dependência do crédito bancário e dos comerciantes se mostrou importante para a industrialização pioneira e, sobretudo, para o financiamento dos comércios interno e externo.

O avanço da indústria têxtil que desencadeou o processo de industrialização trouxe consigo a urbanização e, com isso, a construção civil e a infraestrutura na abertura de canais de transporte. De imediato, a demanda crescente de carvão para o consumo doméstico e transporte ferroviário, por meio da implementação do motor a vapor.

Em síntese, as relações interindustriais que consolidaram a liderança do capital industrial na expansão econômica inglesa e na subordinação do conjunto das forças produtivas. Pela dominação no interior das frações da classe dominante inglesa que o capital industrial se estabeleceu enquanto dirigente no interior bloco histórico constitutivo da acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo, a presença de tecnologias simples, com pequenas exigências de capitais para o investimento, permitiu ampliar as escalas de produção. O vigor do capitalismo concorrencial que sucedeu a crise do feudalismo inglês pela acumulação primitiva absorvedora de excedentes resultantes do avanço do comércio colonial e tráfico escravista deu vasão a estrutura econômica regulada por mecanismos estritos da ordem econômica.

Os indicadores de preços nos mercados específicos generalizaram o caráter privado e mercantil do padrão de industrialização originária. A forma pela qual evoluiu a organização industrial e de financiamento das empresas de base familiar permitiu crescente reinvestimento dos lucros próprios, bem como do crédito nos bancos e outros agentes de financiamento.

Em grande medida, a simplicidade tecnológica, passível de ser difundida por sua portabilidade, através dos trabalhadores especializados, potencializou a ampliação da estrutura produtiva industrial, sem proteção à concorrência e barreiras ao surgimento de novas empresas. Entre 1770 e 1830, por exemplo, a indústria leve se expandiu decisivamente para, na sequência evidenciar a força dos desdobramentos da inovação intrínseca no ciclo ferroviário, consolidando a estrutura produtiva fabril sob o comando das sociedades anônimas.

Nesse sentido que a ordem internacional de liberdade cambista de mercadorias, dos fluxos de capitais e do movimento migratório se estabeleceu no século XIX (*laissez faire*). Mesmo assim, o padrão de industrialização originária na Grã-Bretanha concedeu posição monopolista no mercado mundial de produtos manufaturados, permitindo dispensar a prática do protecionismo por parte de sua burguesia industrial. Em 1880, por exemplo, a Grã-Bretanha respondia por ¼ de todo produto industrial do mundo.

Ademais, sua condição imperial manteve relações prevalentes entre metrópoles e colônias, o que impossibilitou praticamente a difusão de políticas de caráter nacional, mesmo em países já plenamente constituídos. Essa posição imperial no desenvolvimento pioneiro da industrialização capitalista inglesa tornou o livre cambismo positivo para o capital industrial submetido ao padrão monetário do ouro-libra.

Ao se colocar como monopolista na oferta de produtos manufaturados para o mundo, a Grã-Bretanha organizou a primeira Divisão Internacional do Trabalho. Em contraposição à exportação de bens industriais, defendia a livre importação de matérias primas e alimentos, ainda que representantes de suas colônias no parlamento britânico defendessem o exclusivismo metropolitano.

O sistema colonial inglês se estendeu até a primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Mas desde antes, ainda que de forma gradual, o colonialismo foi sendo esvaziado, como pela independência dos Estados Unidos que, em grande medida, esteve relacionada direta e indiretamente aos interesses contrariados da burguesia industrial nascente no seio de novas e velhas sociedades agrárias.

## Industrialização retardatária

No contexto da primeira metade do século XIX que se inscreveu o padrão de industrialização retardatária frente à ascensão do capital industrial nos Estados Unidos, França e Alemanha. Uma segunda onda da industrialização atrasada avançou posteriormente para Rússia, Japão e Itália ao final do século XIX.

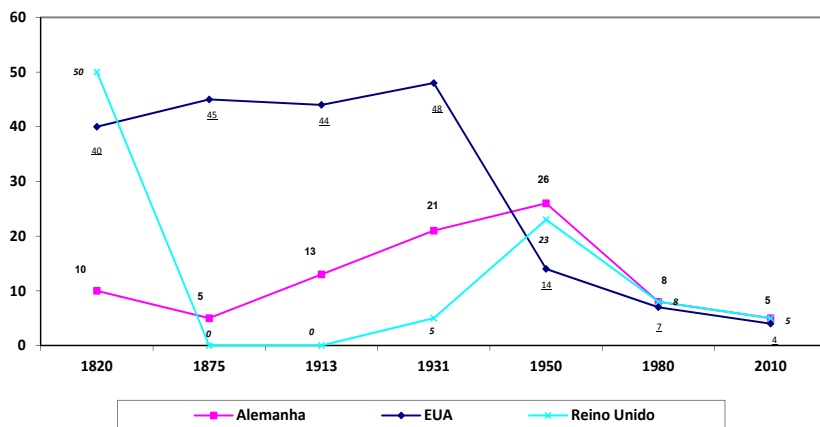
Para esses países, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e a emergência de uma nova Revolução Industrial na segunda metade do século XIX constituíram os dois principais elementos estruturadores do processo de industrialização retardatária. O avanço da estrutura monopolista não significou a ausência de competição entre grandes capitais, embora representasse crescente constrangimento ao livre acesso no mercado por pequenos e médios capitalistas.

Até o ciclo ferroviário, entre as décadas de 1830 e 1870, a estrutura inglesa de pequenas unidades de produção decorrente do capitalismo concorrencial havia sido transportada para alguns poucos territórios que conseguiram cumprir os requisitos da divisão social do trabalho e do pleno funcionamento da economia mercantil. Dessa forma, a expansão da manufatura permitiu aos países de industrialização retardatária elevar suas participações relativas no mercado mundial de produtos industriais.

A combinação de pequenas escalas de produção com simplificação tecnológica possibilitou a internalização de ramos diversos da produção industrial leve, o que significou consequentemente a abertura de novas vias de concorrência com a Grã-Bretanha. Mas foi com a importação inicial dos bens de produção ingleses, como aqueles vinculados ao ciclo ferroviário, que se viabilizou a industrialização atrasada, capaz de unificar o mercado nacional em cada país.

Assim, o padrão de industrialização retardatária transcorreu associado ao desenvolvimento da fabricação dos meios de produção, diferentemente do pioneirismo inglês assentado nas indústrias leves de bens de consumo. Com o ciclo ferroviário em países como Estados Unidos, França e Alemanha, a demanda por meio de produção se tornou intensa, expandindo a produção industrial local nos ramos da metalurgia, mecânica e siderurgia.

A ascensão do capital industrial sustentada pela expansão da criação dos meios de produção caracterizou o padrão de industrialização atrasado, apesar das diferenças pretéritas de organização da economia gerada por antecedentes feudais na Alemanha e França e colonial nos Estados Unidos. Assim, o antigo monopólio da industrialização inglesa terminou sendo desfeito pelo ingresso de novos países no mercado mundial produtor de bens industriais que se utilizavam, inclusive, de medidas protecionistas nos seus mercados nacionais.

**Gráfico 03 –** Evolução da taxação sobre a importação de produtos industriais (média em % do valor das importações)

Fonte: Bairoch, 1993; Unido, 2014 (elaboração própria).

Exemplo disso foi a taxação sobre a importação de produtos industriais. Destaca-se, contudo, que a Grã-Bretanha, que era pioneira na produção industrial, sem concorrentes, praticou regime tarifário extensivo até o ano de 1846, quando liberalizou totalmente o comércio externo.

Ao contrário do Reino Unido que praticou a partir de então o livre cambismo, com nula taxação sobre importação de produtos industriais, os países decorrentes do padrão de industrialização retardatária adotaram medias defensivas do parque produtivo. Percebe-se, em resumo, como o papel do Estado se alterou ao longo do século XIX enquanto defensor dos interesses da burguesia industrial nascente.

A partir de então, a política industrial assumiu diferentes possibilidades. Uma delas, o protecionismo à indústria nacional nascente pelas tarifas selecionadas sobre importação de manufaturados de maior valor agregado, ganhou expressão nos Estados Unidos com o secretario do Tesouro Alexander Hamilton, em 1790, e na Alemanha com Friedrich List a partir de 1841.

O objetivo era a proteção provisória da indústria na sua trajetória inicial até tornar-se competitiva nos mercados globais. Outra possibilidade de política industrial foi o apoio estatal à expansão dos meios de produção através dos financiamentos de longo prazo.

Com o aprofundamento da segunda Revolução Industrial desde 1870, a internalização de novos produtos e de grandiosa escala de produção nos setores da energia elétrica, química, petróleo, motor a combustão, aço, entre outros, exigiu maior impulso à concentração e centralização dos capitais. De um lado, o fortalecimento da grande empresa pela força das sociedades anônimas e de outro, a conformação dos fundos de financiamento de médio e longo prazos.

Para isso, o engrandecimento do fundo público, por meio de reforma tributária que se mostrou fundamental na ampliação da oferta de crédito para a industrialização nos países como a França, Japão e Rússia. O processo de monopolização ao final do século XIX resultou também da relação direta entre o capital industrial e os bancos de investimentos, conforme experiências bem evidenciadas nos Estados Unidos e Alemanha. A conformação inicial das grandes corporações industriais e financeiras demarcou o padrão de industrialização retardatária consagrado pelo avanço no papel do Estado na economia em meio à consolidação da segunda Revolução Industrial.

A reorganização da "nova indústria" da segunda revolução alterou profundamente as formas tradicionais de uso e remuneração da força de trabalho. Enquanto o método *taylorista* (engenheiro e empresário estadunidense, Frederick Taylor, 1856 – 1915) estabeleceu a execução padronizada das tarefas laborais em menor tempo e energia por trabalhador, o *fordismo* (engenheiro estadunidense Henry Ford, 1863 – 1947) fundou a especialização do empregado no interior do sistema de produção em série, caracterizada pela linha de montagem.

Com a integração dos avanços derivados do progresso técnico e da grande corporação industrial e bancária, o sistema de capitalismo concorrencial transitou rapidamente para a estrutura de produção e distribuição monopolista. Por consequência, a Ordem Internacional do *laissez faire* entrou em crise a partir das duas grandes Guerras Mundiais entre as décadas de 1910 e 1940 e da Depressão de 1929.

Somente com o acordo de Bretton Woods, em 1944 nos Estados Unidos, e a Conferência de Yalta, em 1945 na Criméia, que o sistema capitalista de dimensão global voltou a recompor novamente o seu curso, agora sob a centralidade dinâmica dos Estados Unidos. Enquanto as regras para as relações comerciais e financeiras mundiais foram

estabelecidas pela conferência de Bretton Woods, com 730 delegados representantes de 44 países, a reunião dos chefes de governo dos Estados Unidos (Franklin Roosevelt), Inglaterra (Winston Churchill) e União Soviética (Josef Stalin) em Yalta ressegurou o conjunto dos objetivos da estabilidade e recuperação do mundo após o encerramento da segunda Guerra Mundial.

Ademais, a conferência de Yalta, a terceira realizada posteriormente aos encontros das lideranças dos países aliados em Teerã e Posdam, estabeleceu as principais diretrizes de convivência e que prevaleceram durante a chamada Guerra Fria (1947 – 1991) entre os dois maiores blocos de países capitalistas e socialistas. Com isso, a postura dos Estados Unidos se apresentou distinta da verificada anteriormente pela Inglaterra que associou o desenvolvimento capitalista na forma organizacional dos impérios.

Com o reposicionamento dos EUA, o período do após segunda grande Guerra Mundial foi acompanhado pelo processo de descolonização imperial existente anteriormente, com a difusão e a expansão de novos países. Na primeira reunião de criação da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1946, por exemplo, houve o registro de apenas 51 países, ao passo que no final do século XX eram quase 200 nações existentes.

Pela constituição de um novo mundo dividido por Estados Nacionais ocorreu também a proliferação interna das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial no momento em que os Estados Unidos respondiam por 45% de todo o produto industrial mundial. Nesta mesma década de 1950, o conjunto dos demais países de industrialização retardatária concentrava mais de 4/5 da produção industrial mundial.

## Industrialização tardia

A dominância da produção industrial em poucos países foi sendo alterada gradualmente com a elevação relativa de outro conjunto de nações excluídas da industrialização. Mas a ascensão do padrão de industrialização tardia terminou seguindo o contexto da Guerra Fria e a regulação da competição capitalista pelo acordo de Bretton Woods.

Por conta disso e diferentemente das industrializações originais e retardatárias, o capital industrial, para se tornar dominante na dinâmica econômica local, precisou contornar barreiras decorrentes da monopolização da produção gerada pela segunda Revolução Industrial, cada vez mais assentada em poucas e grandes empresas instaladas nos países ricos. Assim como a presença do Estado se tornou imprescindível, a internalização do capital estrangeiro passou a fazer parte dos avanços da industrialização tardia.

As distinções no padrão de industrialização tardia ocorreram tanto no tipo de desenvolvimento das estruturas industriais como na atuação do Estado, das políticas públicas e ideologias incorporadas. Em função disso que a marcha das industrializações nacionais não transcorreram em pleno século XX naturalmente como as anteriores.

Pelo contrário, o movimento de industrialização seguiu mais em continuidade do que ruptura propriamente dita com o passado, sem que a tradicional revolução burguesa ou mesmo as clássicas reformas civilizatórias do capitalismo (agrária, tributária e social) fossem plenamente constituídas. A fragilidade industrialista representada pela dominância ideológica burguesa, bem como à débil ênfase no progresso tecnológico, indicou dificuldades maiores à internalização endógena e à autonomização da inovação através do setor de bens de capital (HIRSCHMAN, 1971; LESSA, 2001).

Isso porque a situação original do setor privado era de longo atraso e fraqueza frente ao desafio de internalizar os meios de produção industrial com plantas gigantescas e acordos monopolistas de significativa intensidade tecnológica. Sem a intervenção orgânica do Estado, a tendência seria a dependência e secundarização do capital industrial subordinado ao crescimento da produção manufatureira leve por determinadas circunstâncias locais vinculadas, em geral, ao comércio externo.

Diante disso, torna-se importante considerar o padrão de industrialização tardia enquanto combinação especial entre eventos de natureza externa e interna para cada país. Em geral, a Depressão de 1929 e as duas grandes Guerras Mundiais (1914 -1918 e 1939 – 1945) tiveram repercussões importantes para o desencadeamento industrial, tanto na América Latina como na Ásia, por exemplo.

Mas isso, por si só, não seria suficiente sem a prévia existência da divisão social instalada pela transição da economia mercantil para capitalista de exportação, bem com a experimentação inicial de políticas de industrialização decorrentes da reunião de forças sociais, mesmo que heterogêneas, para a sustentação do Estado de natureza desenvolvimentista (LOVE, 1996; PREBISCH, 1998; OLIVEIRA, 1985; MELLO, 1982).

Como precedente, as indústrias existentes encontravam-se subordinadas e, portanto, não antagônicas ao impulso exportador. Somente quando o capital industrial se constituiu dominante no interior das frações da classe dominante que o curso da industrialização tardia se estabeleceu.

Em sua fase inicial, a industrialização transcorreu geralmente com a participação do Estado e associada à exportação de produtos primários geradora de divisas externas necessárias ao financiamento

das importações de bens intermediários e de capital. A industrialização, neste sentido, não se apresentou imediatamente contrária aos interesses primário-exportadores.

Aliás, a vocação primário-exportadora não terminou sendo totalmente abandonada pelas elites dirigentes em meio ao crescimento da quantidade de indústrias. Com o esforço de completar a industrialização, por meio dos blocos de investimentos capazes de internalizar a indústria pesada da segunda Revolução Industrial, o processo de acumulação de capital se deu com mais apoio estatal e dos investimentos diretos do exterior.

A crescente presença da grande empresa industrial estrangeira se mostrou, em maior ou menor medida, parte integrante dos poucos países que conseguiram avançar na industrialização tardia. As alianças industrialistas dirigentes tiveram mais êxito na Ásia Oriental que na América Latina a partir do último quartel do século XX, quando a industrialização se apresentou como uma descontinuidade ao passado primário-exportador.

Mas isso, todavia, inscreve-se no âmbito mais amplo dos novos processos que passaram a atuar sobre a determinação geral da industrialização. De um lado, a constituição dos novos produtos e processos vinculados à terceira Revolução Industrial e Tecnológica que desde a década de 1970 permitiram avanços consideráveis na produção.

Pela eletroeletrônica, por exemplo, as tecnologias de informação e comunicação, a biotecnologia, a nanotecnologia, entre outros, o progresso técnico se expandiu, constrangendo e envelhecendo setores industriais pré-existentes. Novas escalas fragmentadas de maior produção assentadas nas cadeias globais de valor passaram a exigir maiores graus de inédita concentração e centralização de capital.

Dessa forma, tem avançado cada vez mais o poder das grandes corporações transnacionais que concentram capital em estruturas de mercado monopolista. Na circunstância de um padrão de industrialização com a dimensão global, cada país tende a se reposicionar enquanto parte constitutiva das cadeias globais da produção manufatureira.

O comércio externo molda-se cada vez mais em função das trocas interfirmas, assim como os investimentos no progresso técnico concentra-se nas corporações transnacionais, responsáveis por mais da metade da produção de manufatura. A disputa em torno dos fundos públicos tende a assumir maior compromisso com as grandes corporações transnacionais diante da oportunidade de fazer parte das cadeias globais de valor.

De outro lado, o processo de terceirização industrial evidenciou a externalização dos serviços que se encontravam internalizados pelo padrão de produção da manufatura fordista, herdado da segunda Revolução Industrial. Neste sentido, o conceito da empresa enxuta, responsável pela adoção da terceirização dos serviços vinculados à produção, tornou-se crescentemente generalizado, constituindo enquanto parte integrante do sistema de *outsourcing* global.

Frente aos avanços da terceira Revolução Industrial e da terceirização da industrialização, a capacidade do capital industrial de subordinar o conjunto das forças produtivas e liderar as frações da classe dominante tem sido colocada em xeque. A continuidade do deslocamento da produção de manufatura para a Ásia traz em consequência o esvaziamento relativo do valor da indústria na produção nacional e do emprego em manufatura, no total da ocupação, em parte, dos países que tinham a dominância do capital industrial no interior da classe dominante.

A China que segue o padrão de industrialização tardia respondia por 1/5 do produto industrial mundial no início da segunda década do século XXI. Ao se manter esta trajetória poderá expressar peso relativo no produto industrial equivalente ao que registrou os Estados Unidos na década de 1950, menos de um século depois, em 2040.

Na sequência, busca-se tratar da temática da desindustrialização. Para isso, apresentam-se os distintos padrões de desindustrialização no mundo.

## Padrões de desindustrialização

As análises convencionais a respeito do processo de desindustrialização atendem, em geral, aos indicadores que apontam para a queda na participação tanto do valor da indústria na produção e no balanço comercial como do emprego no total da ocupação. Considerando a importância da indústria para o crescimento da economia e sua relação com a produtividade como um todo, a desindustrialização teria efeitos contrários ao avanço futuro das sociedades (KALDOR, 1966; NERDOOR, 1993).

De maneira geral, a determinação do crescimento econômico encontra-se relacionada à contribuição do produto industrial na estrutura produtiva existente. Os maiores aumentos no nível da renda *per capita* dos trabalhadores associam-se ao crescimento do setor industrial.

Para isso, contudo, caberia analisar a tipologia formulada para a industrialização positiva, negativa e à relacionada ao comércio exterior (ROWTHORN; WELLS, 1987; ROWTHORN; COUTTS, 2004).

Enquanto a industrialização positiva seria natural, evidenciada pela mudança estrutural provocada pelo maior dinamismo dos serviços ante a produção industrial nas economias desenvolvidas, a negativa decorreria dos fracassos econômicos que desviariam da rota do produto potencial, sobretudo do setor manufatureiro.

Desincentivos à indústria que levam ao comportamento desfavorável no balanço comercial implicam geralmente no deslocamento da produção para outros setores da economia. A desindustrialização provocada pela denominada doença holandesa ou a combinação desfavorável da valorização cambial com as altas taxas de juros explicariam o poder do balanço comercial sobre o desempenho negativo da produção de manufatura, gerando especialização produtiva e exportação baseada em produtos intensivos em recursos naturais e em mão de obra barata (PALMA, 2008; RODRIK, 2008).

Nesse sentido que os objetivos de natureza social e política poderiam compensar ou reforçar os movimentos da desindustrialização. Consideram-se como vias alternativas à subordinação do capital industrial, a dotação aos recursos humanos e naturais, as escalas de produção, os investimentos em progresso técnico, o capital externo.

Distante disso pode-se compreender o desenvolvimento da temática da desindustrialização evidenciada pelos estudos teóricos e empíricos compostos por três vertentes principais. Uma primeira, identificar as alterações dinâmicas no interior da divisão da economia em três grandes setores de atividade, conforme proposta original de Colin Clark (1957). De parte de alguns estudos realizados a partir desta perspectiva, percebe-se que a perda de influência da indústria, em relação aos demais setores da economia, encontra-se associadas à evolução da renda *per capita,* que após levar ao esvaziamento da agropecuária e indústria, apontaria para a elevação dos serviços (KUZNETS, 1957; UNIDO, 1979).

A segunda vertente da desindustrialização vincula-se ao comportamento do progresso técnico. Para além da evolução da renda *per capita* com implicações sobre mudanças na demanda setorial da economia, deteria mesma importância o conhecimento tecnológico observado pelo movimento da oferta sobre o estoque de capital por trabalhador e o aumento do grau de educação e qualificação da mão de obra (CHENERY, 1960; CHENERY; WATANABE, 1958).

Por fim, a terceira vertente associada ao comportamento do emprego industrial. A maturidade da industrialização se estabeleceu quando a expansão prolongada do emprego industrial se esgotaria *vis-à-vis* a queda das ocupações na agropecuária (ROWTHORN; WELLS, 1987).

A partir daí teria início a fase da desindustrialização, com a queda relativa do emprego industrial acompanhada da continuidade da ocupação do setor agropecuário. O elemento crucial a explicar este movimento do ciclo industrial assenta-se na mudança tecnológica, acrescida da elevação da renda *per capita* acima da demanda de alimentos e do ciclo de bens de consumo duráveis.

O resultado seria o deslocamento da demanda para o setor de serviços, com a consequente expansão do emprego no setor terciário dos países desenvolvidos. Ao deterem produtividade menos intensa, os serviços seriam acompanhados por preços mais elevados, ao contrário dos bens industriais.

Diante disso, a expansão da economia como um todo poderia manter o sentido do pleno emprego, com modificações importantes na distribuição setorial dos trabalhadores ocupados. A desindustrialização, neste caso, poderia esvaziar a participação dos empregos na manufatura, porém compensados pela ampliação do nível da ocupação nos serviços (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999).

Mas pode haver desindustrialização perseguida pelo desemprego maior. Isso quando a redução relativa no emprego industrial, concomitantemente com a ocupação agrícola, não pode ser compensada pela expansão dos postos de trabalho no setor de serviços.

A recessão ou estagnação econômica poderiam justificar o movimento de desindustrialização. Mas também a própria alteração na estrutura de comércio, quando há passagem das exportações de bens manufaturados para a de produtos agropecuários ou serviços, também denominada especialização comercial.

De todo o modo, o comportamento da produtividade no trabalho industrial, mais acentuada do que em outros setores da atividade econômica, poderia apontar para o sentido da desindustrialização (TREGENNA, 2008). Assim, a desindustrialização ocorreria fundamentalmente pela combinação da perda relativa da participação da indústria no PIB e do emprego no total da ocupação.

Mas isso por si só não se constitui no fenômeno da desindustrialização capitalista. Passa a depender, é claro, da posição relativa do capital industrial no interior do conjunto das forças produtivas, se dominante ou dominado. A subordinação do capital industrial intrafrações da classe dominante evidencia o seu esvaziamento enquanto capacidade de dirigir o processo de acumulação de capital, apontando para a desindustrialização.

Dessa forma que a desindustrialização não deveria ser associada a processos homogêneos ao longo do tempo. Distinções são importantes de serem estabelecidas, uma vez que permitem identificar a existência de dois padrões distintos de desindustrialização (pioneira e avançada) que respondem a diferentes razões entre as nações que se industrializaram em algum momento temporal anterior.

## Desindustrialização pioneira

A manifestação de um primeiro padrão de desindustrialização ocorreu ainda durante a prevalência da sociedade agrária, conforme a experiência nas antigas Índias[1] e China. A desindustrialização pioneira teria decorrido simultaneamente aos avanços da primeira Revolução Industrial centrada na Grã-Bretanha, que em 1700 concentrava população 20 vezes menor que a das Índias, por exemplo.

Até a primeira Revolução Industrial no século XVIII, o crescimento econômico caracterizava-se por ser extensivo nas antigas sociedades agrárias, com a prevalência de quase estagnação da renda por habitante. Mas isso não impossibilitou existir em determinadas localidades alguns centros de produção manufatureira.

O funcionamento de uma espécie da era pré-industrial moderna, cujo crescimento econômico se apresentou relevante e acima da média, foi observado no interior das sociedades agrárias (PERLIN, 1983). O registro destas experiências esteve associado à fase produtiva de manufaturas como se fossem indústrias prévias à industrialização capitalista.

Nestas condições, a organização da produção era fundamentalmente dominada pela forma artesanal, exercida por artesões em oficinas de pequeno porte. Com a divisão simples do trabalho, a presença da tecnologia era rudimentar e o financiamento da produção artesanal provinha dos comerciantes, o que revelava a relação de interdependência entre artesões e comerciantes.

---

1 As antigas Índias ou subcontinente indiano compreendiam a área geográfica que atualmente refere-se aos países pertencentes à Índia, Paquistão, Bangladesch e Mianmar.

Quando se considera o que era a produção mundial de manufatura no século XVIII, identifica-se a presença do porcelanato e tecelagem, entre outras atividades manuais, sem o registro da mecanização. Naquela época (1750), a China (33%) e as antigas Índias (25%) respondiam conjuntamente por quase 60% de toda a produção mundial, enquanto a Europa detinha menos de 30% do valor da riqueza internacional.

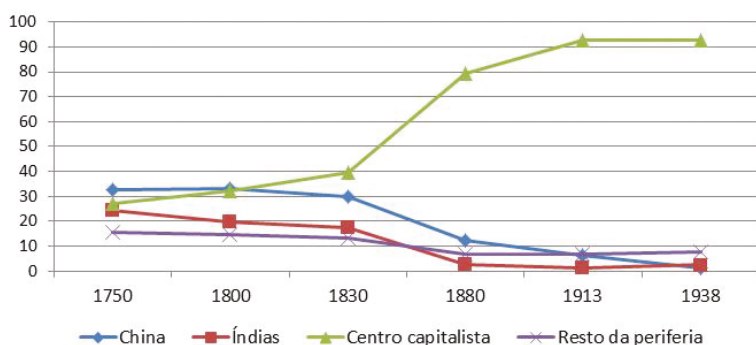
Um século depois, com a emergência da primeira Revolução Industrial na Grã Bretanha, a mecanização da produção em grande escala viabilizou a exportação praticamente monopolista de produtos manufaturados para o mundo. Com isso, a China e as Índias tiveram rebaixado a participação conjunta para menos de 15% do produto mundial de manufatura, enquanto os países de industrialização original e retardatária passaram a responder por cerca de 80% da produção de manufatura em 1880.

A ascensão da carda mecânica criada em 1750 por Paul Lewis para tecer o algodão por máquina de fiar impôs ritmo incrível à elevação da produtividade e da escala de produção com menores preços. Mas sem a expansão da navegação, especialmente a partir do motor a vapor, o deslocamento da produção industrial para outros mercados teria sido mais difícil (FRANK, 1998; MADDISON, 2003).

Mesmo assim, sem forças armadas e organizadas militarmente, o acesso aos novos mercados teria sido bem mais complexo do que de fato foi. Também o estabelecimento de moeda de curso internacional se mostrou funcional para acelerar o comércio externo e a dominação dos mercados.

Diante disso, adotam-se duas interpretações principais a respeito da manifestação do primeiro padrão de desindustrialização na região asiática (China, Índias e Indonésia). Por um lado, compreende-se o centro

simultâneo da inflexão tanto na queda da produção de manufatura no continente indiano e asiático como na ascensão industrial inglesa a partir da organização do poder imperial britânico.

**Gráfico 04 -** Evolução da distribuição da produção mundial de manufatura em anos selecionados (total = 100 %)

Fonte: Simmons (1985) e Bairoch (1982) (elaboração própria).

Assim, a organização do comércio externo a partir da armada militar imperial inglesa e o uso recorrente das políticas tarifárias protecionistas antes e durante o nascimento da industrialização pioneira se mostraram fundamentais para acentuar trajetórias da industrialização inglesa, ao mesmo temo, e em contrapartida, da desindustrialização chinesa e indiana.

Por outro lado, tomam-se como referência da desindustrialização pioneira nas Índias e China, as circunstâncias internas associadas às opções de política econômica relacionada à defesa da produção manufatureira. Neste aspecto, ressaltam-se as respostas ao que poderiam contribuir para o desvio da trajetória de esvaziamento dos centros manufatureiros avançados nas duas principais regiões das antigas sociedades agrárias.

### *Poder imperial britânico*

Ao se considerar a responsabilidade do exercício do poder imperial britânico no processo de desindustrialização pioneira, identificam-se dois movimentos importantes, sendo um em relação às Índias e outro à China. No caso das Índias destaca-se o fato de que a expansão das fábricas de algodão em Lancashire se deu à custa da desconstituição da produção artesanal e manufatureira de algodão e seda. Em resposta à política comercial inglesa de destruição do artesanato de fiação e tecelagem, ocorreu o empobrecimento generalizado no continente indiano.

O declínio da produção e exportação têxtil foi evidente a partir do século XIX. Pelas atividades da Companhia das Índias Orientais, a Inglaterra aumentou consideravelmente as exportações de têxteis de algodão, expandindo o comércio interasiático para os mercados europeus.

Até o final do século XVIII, por exemplo, parte significativa da produção têxtil era absorvida pela Inglaterra, cuja função imediata era a de reexportar, estabelecendo caminhos do comércio de manufatura no mundo. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha se tornou exemplo do sucesso do protecionismo aplicado à sua indústria nascente frente à vantagem comparativa da produção têxtil (chitas) indiana (MARKS, 2002; PARTHASARATHI, 1998).

A produção indiana era manual, sem mecanização, ocupando trabalho barato e alimentado por agricultura produtiva organizada por artesões livres. Ao mesmo tempo, a organização da produção que havia iniciado por longa tradição da relação entre os comerciantes e os artesãos gerou enorme vantagem competitiva, o que se traduziu no maior fornecedor de produtos manufaturados da época.

A produção manufatureira era flexível e atendia a estrutura organizacional da oferta e distribuição do artesanato, capaz de atender escalas crescentes do mercado internacional, cujos principais centros eram em Punjab, Gujarat, Madras e Bengala. A quebra da relação entre comerciantes e artesões se mostrou fundamental para o declínio do peso relativo da produção têxtil indiano no mundo.

Com a ascensão inglesa da Companhia das Índias Orientais houve a monopolização do comércio de bens manufaturados, o que marginalizou os comerciantes e suas relações com a organização da produção pelos artesões indianos. O resultado foi a queda da produção flexível tradicional que caracterizava o êxito da manufatura indiana.

Acresce destacar ainda que as batalhas de Plassey (1757) e de Buxar (1764) viabilizaram a ascensão da Companhia das Índias Orientais (East India Company) que rapidamente impuseram o monopólio comercial nas Índias. A partir de Bengala, por exemplo, a Companhia das Índias Orientais ocupou o território do subcontinente indiano.

Desta forma, percebe-se que não foi apenas o avanço da Revolução Industrial na Inglaterra - um país de menor população - que reuniu condições suficientes para superar a produção e exportação têxtil indiana (LANDES, 1969; MARX, 1973). Em 1830, por exemplo, os britânicos dominaram o mercado mundial, enquanto a indústria têxtil de algodão indiano estava em ruínas, com a decadência das cidades de todo o Indostão e sua articulação entre indústria artesanal e agricultura.

Nesse sentido que o papel das tarifas e o protecionismo inglês não podem ser negligenciados. No ano de 1685, por exemplo, tarifa de importação para produtos da Índia foi estabelecida em 10%, que em 1690 passou para 20%.

Onze anos depois foi implementado em 1701 a Lei da chita inglesa que proibiu a importação de tecido tingido, pintado ou impresso. No ano de 1707, novas leis de tarifas à importação de produtos têxteis indianos foram implementadas, bem como em 1721 a aprovação das leis que restringiram ainda mais a importação têxtil indiana.

Ademais das barreiras tarifárias à importação que chegaram a alcançar 50% sobre os preços dos produtos de algodão indiano, houve também o aumento da importação inglesa de algodão cru das plantações escravistas do sul dos Estados Unidos, o que contribuiu ainda mais para comprimir o preço dos produtos indianos. Sem isso, a mecanização têxtil britânica possibilitada pelas invenções de Jenny de Hargreaves (1764), de Arkweight (1769) e de Crompton (1779) permitiria o salto na industrialização inglesa, mas não necessariamente a destruição dos centros de manufatura asiáticos.

Além de contraditória com a modernização expressa pela primeira Revolução Industrial em Manchester, sabe-se que parte da competitividade da produção inglesa dependeu por algum tempo das importações da produção do algodão originada do trabalho escravo nas colônias da América do Norte, complementarmente a presença da proteção à indústria têxtil britânica ao longo do século XIX, com tarifas de importação de 85% nos produtos de algodão indiano.

Somente a partir da segunda década do século XIX que a produção inglesa de têxtil conseguiu superar a competitividade indiana, fazendo valer a difusão do uso da energia no tear mecânico, que atingiu 4/5 da indústria na época. Com isso, o preço do tecido de algodão caiu 85% em 1835, quando a produção têxtil representava quase 50% de toda a pauta de exportação inglesa (MOE, 2007; ALAVI, 1982).

Até o início do século XIX, caso houvesse o livre cambismo, a indústria têxtil inglesa teria tido mais dificuldades para se consolidar,

uma vez que produtos têxteis de algodão indianos tinham preços quase 60% inferiores. Pela proteção à indústria nascente, a Grã-Bretanha constituiu a sua industrialização pioneira, desmontando as maiores produções manufatureiras concorrentes da época.

A força do império britânico a ocupar o espaço territorial indiano também contribuiu para inviabilizar a produção têxtil local. Desde a década de 1750, por exemplo, que a Grã-Bretanha controlou o centro da indústria têxtil indiana, em Bengala, por meio da East Company Indiana e impunha restrições ao livre comércio.

O domínio da Inglaterra dos mercados externos permitiu deixar sem proteção a fabricação nativa até então existente. Neste sentido, o poder do imperialismo da Grã-Bretanha sobre a Índia no século 19 até quase metade do século 20 foi determinante para a trajetória de sua desindustrialização e empobrecimento nas antigas regiões ricas.

No caso da Ásia, a força do império britânico se expressou mais fortemente desde o fim das guerras napoleônicas (1803 a 1815), quando objetivou impor o livre cambismo à China que mantinha saldo comercial superavitário e a maior população e produção da época. A Grã-Bretanha, ademais de ser importadora de produtos asiáticos (porcelana, seda e chá), encontrava dificuldades para exportar para a China, ocasionando significativo déficit comercial ao grande império do ocidente.

De todo o comércio inglês, o ópio extraído da papoula pelos indianos e que havia sido introduzido ilegalmente por comerciantes ingleses gerava lucros consideráveis, chegando a representar quase a metade do comércio britânico com a China. A difusão do vício do entorpecente que causou comprometimento da ordem social e econômica interna frente ao avanço da corrupção e dilaceração da saúde pública, sofreu reação mais repressiva por parte do Estado chinês

a partir de 1839 em cumprimento ao decreto de 1800 que proibia o seu consumo.

Nas duas guerras do ópio (guerras anglo-chinesas) houve pesadas indenizações à China. Na primeira, entre 1839 – 1842, o Tratado de Nanquim (1842) significou o pagamento de $ 21 milhões de onças de prata para a Inglaterra pelo ópio apreendido, bem como a absorção inglesa de Hong Kong. Na segunda Guerra do Ópio entre 1856 e 1860, a China pagou, pelo Tratado de Tianjin, 2 milhões de onças de prata para a França e 3 milhões para a Inglaterra.

Ademais de comprometer a organização produtiva interna que afetava a produção de manufatura, a China teve que garantir o direito do livre comércio de ópio e a presença da armada inglesa em seu território. Mas diferentemente da dominação colonial na Índia, os tratados comerciais limitaram-se às regiões litorâneas da China, suficientes para enfraquecer a dinastia Qing (EDWARDES, 1973; MARTIN, 1968; FAIRBANK; REISCHAUER, 1989).

O contexto de decadência chinesa alargou-se ainda mais com a primeira guerra sino-japonesa (1894) frente ao desencorajamento das oficinas de aldeia e o comércio interno no meio rural. Coube, assim, certa resistência em algumas áreas litorâneas submetidas ao controle comercial inglês.

Sem o desenvolvimento de mercados interno e externo, com crédito e intermediação comercial, a competição com a Grã-Bretanha pelas Índias e China se tornou cadente. Desde o século XVIII que os ingleses haviam constituído mercados interno e externo de grande proporção para seus produtos, que se combinados ao sistema eficiente de navegação e às forças armadas potentes, viabilizaram a concorrência produtiva e comercial, bem como a dominação monetária e militar do mundo.

O resultado foi, em síntese, a desindustrialização pioneira na China e Índias. De forma simultânea ocorreu a consolidação da industrialização originária na Grã-Bretanha.

### *Circunstâncias internas indianas e chinesas*

Para além da ação do poder imperial britânico, há que ser considerado também as circunstâncias internas na condução da política nas antigas sociedades agrárias, sobretudo nas áreas de produção manufatureira. No caso das Índias, por exemplo, convém ressaltar o movimento maior de desestruturação do Império Mughal ao longo do século XVIII.

Diante do crescimento dos conflitos internos, a autoridade central foi perdendo importância, o que favoreceu a desintegração da tradicional relação entre artesões e comerciantes indianos, levando ao processo destrutivo dos centros de produção manufaturados. A fragmentação do Estado de Mughal gerou a proliferação de várias moedas, com a desconstituição do funcionamento do comércio inter-regional e das formas de financiamento da produção artesanal (CLINGINGSMITH; WILLIAMSAN, 2004; ROY, 2000).

Isso porque o Império Mughal oferecia garantia para que as condições da produção tradicional artesanal progredissem consideravelmente, ao contrário da atuação da Companhia das Índias Orientais que impôs o monopólio do comércio aos produtos manufaturados locais (SETH, 2008; MARKOVITS, 2000).

Em função disso, o declínio do Império Mogol entre os anos de 1750 e 1810 ocorreu coincidentemente com a redução do peso relativo das Índias no produto industrial mundial em 24,1%, regredindo de 24,5% para 18,6%, respectivamente. A maior queda de 85% na

participação relativa das Índias no produto industrial mundial ocorreu entre 1810 e 1880, quando diminui de 18,6% para 2,8%.

Para este mesmo período de tempo, o domínio colonial inglês se acentuou decisivamente, embora estivesse alocado nas Índias desde 1600. A partir de 1773, contudo, a coroa britânica passou a deter o cargo de governador-geral.

A virada para o século XIX foi acompanhada pela ampliação dos domínios coloniais da Grã-Bretanha sobre as Índias. Entre os anos de 1858 e 1947, por exemplo, a coroa britânica deteve a soberania de todo o território das Índias.

Em síntese, o processo de desindustrialização indiano (métodos artesanais de produção de manufatura) durou cerca de cem anos, entre a metade dos séculos XVIII e XIX. A decadência do artesanato representou a queda no nível de rendimento e ocupação da mão de obra, inviabilizando a possível transição da fabricação tradicional para a moderna indústria indiana.

Na Ásia, especialmente em relação à China, a desintegração dos interesses da elite dirigente terminou por conter a força de suas tecnologias superiores e avanços econômicos na região do delta do rio Yangtze. Até o século XVIII, por exemplo, a área irrigada pelo rio Yangze, o maior rio da Ásia, era uma das mais prósperas fora da parte ocidental da Europa (CLARK, 2002).

De certa forma, a prevalência dos métodos tradicionais da seda chinesa ao longo do tempo impediu a proliferação de descobertas a respeito das culturas de bichos da seda. Assim como coube à França, por exemplo, desenvolver método de controle de doenças nos casulos do bicho da seda, foi um inglês que gerenciou na China o primeiro *filiature* têxtil.

Com a consolidação de um mercado de dimensão global de seda a partir do século XIX, outros ofertantes entram em competição, como os Estados Unidos. Com a ascensão da política tarifária, a importação de matéria-prima tornou-se mais competitiva.

Ademais do atraso na modernização dos processos de produção chinesa da seda, havia uma complexa interação entre as elites, os camponeses e o Estado. A condição de isolamento da dinastia Ming gerava informações distantes sobre o Ocidente, uma vez que o acesso aos estrangeiros era restrito a Hong-Kong e Canton.

Em função disso, as elites chinesas terminaram sendo surpreendidas tanto com as significativas transformações trazidas pela Revolução Industrial como o poder militar superior inglês. Após o fechamento das relações externas chinesas por longo tempo, houve constrangimento com a abrupta abertura comercial imposta pelos ingleses.

Com a ocidentalização levada pela Grã-Bretanha, a crença passada de identificar a China como o centro civilizatório e os povos não chineses considerados bárbaros e de cultura inferior, tornou-se desacreditada. A elite dirigente manteve-se conservadora na manutenção do seu poder, distanciando-se mais da modernização econômica e política (HAO; WANG, 1980; FAIRBANK; REISCHAUER, 1989).

Dessa forma, a China, ao contrário do Japão, bloqueou a possibilidade de romper com seu passado, prisioneiro de instituições milenares. O poder menos unificado da China permitiu que o descentralizado sistema burocrático sufocasse iniciativas capitalistas de concorrência mercantil. A rigidez na relação entre proprietários e camponeses dificultou a expansão de uma alta classe mercantil chinesa.

Resumidamente, o atraso das elites chinesas em modernizar a produção e distribuição possibilitou que a frágil dinastia Qing

mantivesse por longo tempo as formas feudais tradicionais, não obstante o avanço das novas tecnologias de produção da Revolução Industrial na Inglaterra. Entre os anos de 1800 e 1880, por exemplo, a participação da China no produto industrial mundial caiu 62,5%, passando de 33,3% para 12,5%, respectivamente.

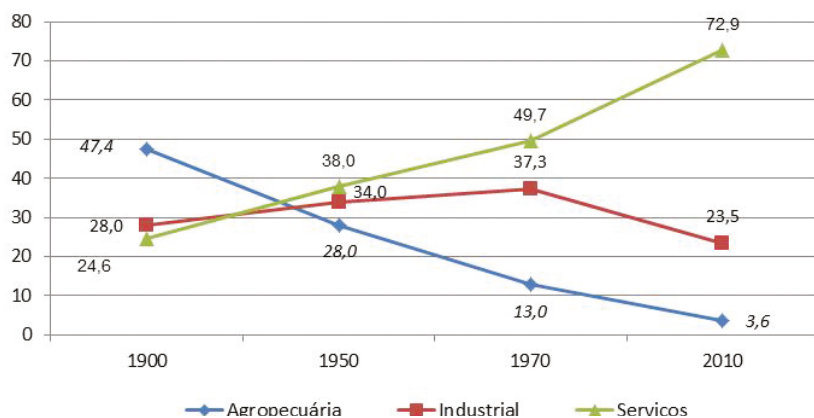
## Desindustrialização avançada

A subordinação do capital industrial às demais frações das forças produtivas a partir do século XVIII na Grã-Bretanha rompeu com o predomínio da antiga sociedade agrária. O aumento relativo da participação industrial no Produto Interno Bruto (PIB) indicou a consolidação da moderna sociedade urbana e industrial.

Mas a partir da segunda metade do século XX, com a ascensão dos serviços sobre o conjunto da agropecuária e indústria no interior da composição do PIB, a perspectiva de uma nova transição para a sociedade pós-industrial passou a ser identificada como padrão de industrialização avançada (ARON, 1981; BELL, 1973). No ano de 2010, por exemplo, o peso relativo da indústria no PIB das economias de capitalismo avançado foi de 23,5%, o menor verificado desde 1900 (28,5%).

A queda relativa da manufatura no produto nacional não teria se apresentando tão intensa como a verificada na evolução da agropecuária. O sentido de baixa na participação da indústria no produto total ou do emprego na manufatura em relação à ocupação geral não seria suficiente, contudo, para caracterizar o padrão de desindustrialização.

Apenas demarcaria a trajetória de mudança na sociedade a partir do final do século XX. Mas para isso, as economias trariam consigo a renda *per capita* elevada, resultado da indústria de transformação em seu pleno potencial de maturidade.

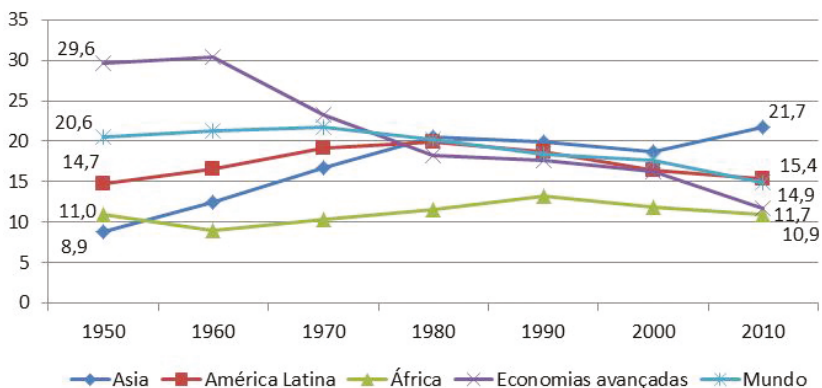
**Gráfico 05 –** Evolução da composição do Produto Interno Bruto nos países desenvolvidos em anos selecionados (total = 100 %)

Fonte: Ocde (elaboração própria).

Assim, o avanço nos ganhos da produtividade industrial reproduziria, sobretudo a modernização, a diversificação e a expansão do setor de serviços. Sem estancar o processo de crescimento econômico, com aumento na taxa de investimentos e a ampliação da produtividade, a indústria perderia participação apenas em termos relativos no conjunto da produção, mantendo-se, porém, como polo dinâmico da economia capitalista.

Ao mesmo tempo, a continuidade do progresso técnico tornaria os ganhos dinâmicos de escala compatível com o crescimento da competitividade da indústria nacional em detrimento da exposição à demanda externa. Ainda que existente, as importações de máquinas e equipamentos não deveriam substituir a demanda interna, tampouco comprometer o balanço de pagamentos.

Em síntese, o esvaziamento da indústria no produto nacional ou na ocupação geral não implicaria desindustrialização, mas uma

trajetória constitutiva da sociedade de serviços, ainda dependente da liderança do capital industrial.

**Gráfico 06 –** Evolução da participação relativa da manufatura no Produto Interno Bruto em países e anos selecionados (em %)

Fonte: Unido (elaboração própria).

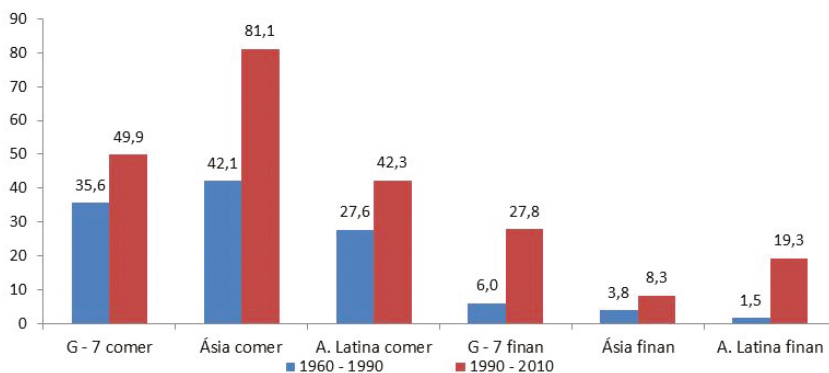
Tomando-se com ponto de partida a segunda metade do século passado, nota-se que o movimento geral de queda relativa do produto industrial no PIB se apresenta mais intenso nas economias avançadas, estimado em 60,5% entre 1950 (29,6% do PIB) e 2010 (11,7% do PIB). As demais regiões registraram participação relativa da indústria no produto em 2010 acima do ano de 1950.

Dessa forma, percebe-se que o comportamento nas economias neste início do século XXI não se apresenta homogêneo em relação ao peso relativo da indústria no PIB. Enquanto as economias capitalistas de elevada renda *per capita* apontam a continuidade na queda relativa da indústria no produto, a Ásia registra justamente o inverso. No mundo como um todo, a participação da manufatura refluiu de 25% do PIB em 1970 para 15,7% em 2012.

Diante disso, cabe analisar as razões principais pelas quais o capital industrial perde a sua capacidade de subordinar as demais frações da classe dominante em cada país. Resumidamente, o padrão de desindustrialização avançada seria motivado pela subordinação da dinâmica industrial à dominância financeira, pela desconstrução das economias de planejamento central e pela valorização cambial e elevada taxa de juros.

## *Dominância financeira*

A partir da década de 1980, com a ampliação do movimento de liberalização financeira, os sinais da desindustrialização avançada passaram a ser percebidos combinadamente com a redução na taxa de investimento. Pela dominação financeira no interior das frações da classe dominante, a autonomia do capital industrial se tornou cada vez mais contida diante de taxas de retorno nas atividades de manufaturas inferiores aos ganhos nos mercados especulativos (HILFERDING, 1985; BRAGA, 1985; CHESNAIS, 1996).

**Gráfico 07 –** Evolução da globalização comercial* e financeira** em regiões e períodos selecionados (em %)

Fonte: BIS e FMI (elaboração própria)

* Peso relativo da soma das exportações com importações no PIB; ** Peso relativo do total dos fluxos de capitais no PIB.

Em síntese, a perda de participação relativa da indústria no produto ou no nível de ocupação não seria um processo natural, mas resultante da menor autonomia da política industrial nacional. A desregulação e liberalização dos fluxos financeiros internacionais comprometeu a viabilidade interna dos investimentos industriais, explicitando cada vez mais a volatilidade das economias financeirizadas (ALDERSON, 1999; KRUGMAN, 1988).

O curso atual do processo de globalização tem se assentado sobre duas vias principais, a comercial e a financeira. Na comparação do período anterior e posterior à globalização, constata-se que a sua face comercial aumentou mais acentuadamente na Ásia (92,6% de crescimento) do que a face financeira nos países pertencentes ao G – 7 (4,6 vezes de aumento) e na América Latina (12,9 vezes de elevação).

No período de entre os anos de 1960 – 1990 e de 1990 – 2010, o peso relativo do total das exportações mais importações no PIB saltou de 42,1% para 81,1% na Ásia, ao passo que no G-7 subiu de 35,6% para 49,9%. Para o mesmo período de tempo, o peso relativo dos fluxos de capitais no PIB passou de 3,8% para 8,3% na Ásia e de 1,5% para 19,3% na América Latina.

Neste contexto que também se nota o avanço da decadência do padrão de industrialização e regulação fordista frente a uma nova fronteira de expansão capitalista aberta a partir da Ásia no último quartel do século XX. O seu vetor principal tem sido o rápido e considerável processo de monopolização do capital por meio das cadeias globais de valor (GLATTFELDER, 2013; MILBERG; WINKLER, 2013; ROTHHOPF, 2008).

O grau de concentração e centralização do capital em algumas poucas corporações transnacionais tem transcorrido simultaneamente

ao sistema fragmentado da produção que recorta territórios nacionais, cada vez mais interligados pelos avanços da terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Atualmente, não mais do que trezentas regiões territoriais dispersas no mundo encontram-se conectadas e articuladas ao modo capitalista global de produção e distribuição, comprometendo o funcionamento das políticas públicas e esvaziando o grau de autonomia dos Estados Nacionais (NARODOWSKI; LENICOV, 2012; DREIFUSS, 2004).

Diante disso, que a tendência da terceirização nas atividades de serviços embutidas no interior da indústria, como a restauração, limpeza, vigilância, suprimentos, recrutamento, processamento de dados, *design* e transporte provocam o esvaziamento artificial do tradicional produto e emprego industriais. O processo de *outsourcing* se expandiu tanto no interior do espaço nacional como nas cadeias globais de valor.

A real localização nacional e internacional das indústrias tem sido exposta por simultânea concentração do controle das grandes corporações transnacionais no *core business* com a descentralização das partes secundárias em termos da fragmentação de valor pelas cadeias globais de produção. Pela perspectiva do encadeamento produtivo gerador da demanda de uma diversidade de insumos vinculados a outros setores, a economia no seu todo teria a indústria como centro estratégico, dinâmico e estruturador.

Também em relação às externalidades geradas pelos investimentos em pesquisas e desenvolvimento em tecnologia, cabe à indústria papel fundamental. Do contrário, a demanda por progresso técnico permanece diminuta, distante da geração de empregos de maior qualidade e remuneração.

Ao se considerar o padrão de desindustrialização naturalizada pela dominância financeira, cabe ressaltar o prejuízo industrial imposto

pela adoção generalizada das políticas de corte neoliberal. Ainda que isso tenha comprometido parte do parque industrial nas economias capitalistas avançadas, ganha importância o processo de desindustrialização ocasionado na Europa oriental, com o fim da experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

### *Transição capitalista nas economias de planejamento central*

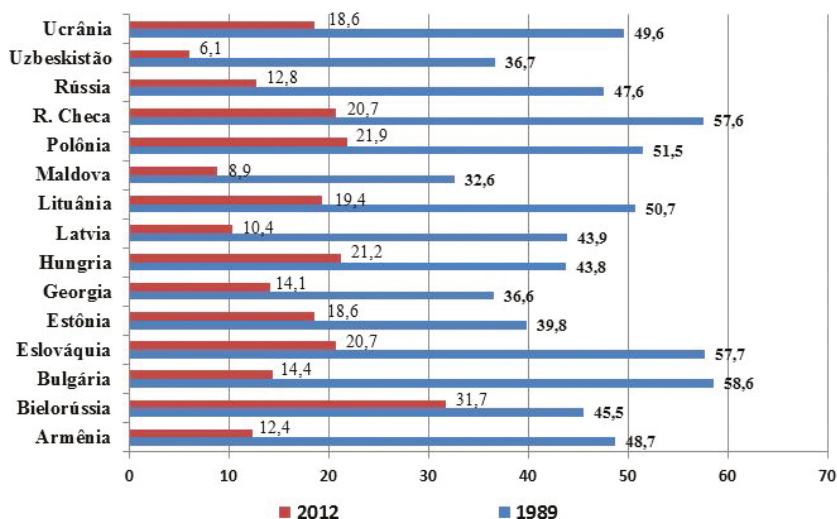
Desde a década de 1970 que o processo de desindustrialização encontrava-se localizado nas economias capitalistas de PIB *per capita* elevado. Com o colapso das experiências de socialismo real, os programas adotados de transição para o capitalismo impactaram direta e indiretamente a estrutura das economias de planejamento central.

Considera-se que até o final dos anos de 1980, por exemplo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) respondia por cerca de 18% do produto industrial mundial, somente abaixo da participação relativa registrada nos Estados Unidos (32%). Para o ano de 2012, por exemplo, a somatória do peso relativo de cada um dos países que formavam anteriormente à antiga URSS equivaleu a apenas 4,5% no produto industrial mundial (UNIDO, 2014).

Somente a Rússia respondeu, em 2012, por 1,5% de todo o produto industrial mundial, o que equivaleu ao posto de 12º maior economia industrial do planeta. Depois da Rússia, enquanto representante do conjunto de economias submetidas à URSS, restou, na 18ª posição, a Polônia, que representou 1% do produto industrial mundial no mesmo ano considerado.

Após um quarto de século de transição para o capitalismo, a indústria nas antigas economias centralmente planejadas reduziu-se consideravelmente em relação ao Produto Interno Bruto. A especialização

das economias ex-comunistas para determinados bens industriais, quando não a reprimarização da produção, foi fruto do desmanche da estrutura produtiva que vigorou até o começo da década de 1990.

**Gráfico 08 –** Evolução da participação relativa da indústria no Produto Interno Bruto em países ex-comunistas selecionados em 1989 e 2012 (em %)

Fonte: Unido, 2014 (elaboração própria).

A Bielorrússia, por exemplo, apresentou menor queda relativa da indústria na comparação dos anos de 1989 e 2012 (30,3%). No outro extremo, encontra-se o Uzbequistão com redução de 83,4% na participação da indústria no PIB durante o mesmo período de tempo.

Em grande medida, o programa de reformas e privatizações adotado ao longo dos anos de 1990 gerou a expectativa de se transformar numa espécie *schumpeteriana* de destruição criativa, especialmente para o setor industrial. Concomitantemente com a depressão econômica que se seguiu, registrou-se a destruição-destrutiva.

O ajuste estrutural e regressivo resultante das políticas de choque capitalista não produziu reação imediata e esperada. No ano de 2013, por exemplo, do conjunto de 15 países anteriormente constitutivos da antiga URSS, somente 7 haviam ultrapassado o PIB de 1989 (Turquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Bielorrússia, Tajiquistão e Estônia), enquanto 4 estavam com o PIB em patamar equivalente (Rússia, Armênia, Lituânia e Quirquistão) e 4 ainda se encontravam com PIB inferior (Moldova, Ucrânia, Geórgia e Látvia).

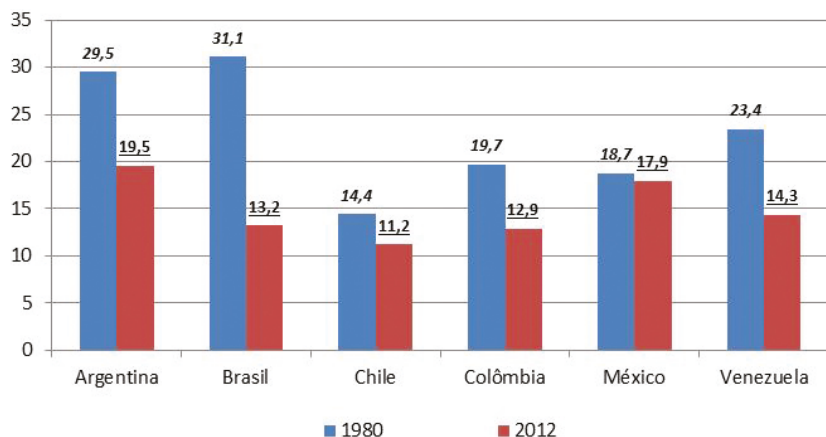
### *Valorização cambial*

A inflexão na participação relativa da produção e do emprego industrial observada em países de menor renda *per capita*, mesmo que a industrialização não tenha sido completamente constitutiva, pode revelar nas economias capitalistas algo ainda mais grave do que a dominância financeira. O esvaziamento das condições de sustentabilidade do crescimento industrial e de sua taxa de investimento pode estar associado ao processo de longo prazo da valorização cambial (doença holandesa).

Em geral, o vigor da produção interna e exportação de produtos primários, sobretudo intensivos em recursos naturais, tende a tornar a moeda nacional supervalorizada em relação às moedas de curso internacional. Com isso, a importação de produtos industriais tornou-se mais atrativa devido aos custos menores do que na produção local.

Muitas vezes, a produção local da indústria não consegue acompanhar a mudança nos preços relativos provocada pela valorização da moeda nacional. Em ambiente de abertura comercial, a passagem da condição de empresários industriais para a de comerciantes (importadores) pode ocorrer rapidamente.

**Gráfico 09 –** Evolução da participação relativa da indústria no Produto Interno Bruto em países selecionados em 1980 e 2012 (em %)

| | 1980 | 2012 |
|---|---|---|
| Argentina | 29,5 | 19,5 |
| Brasil | 31,1 | 13,2 |
| Chile | 14,4 | 11,2 |
| Colômbia | 19,7 | 12,9 |
| México | 18,7 | 17,9 |
| Venezuela | 23,4 | 14,3 |

Fonte: Unido, 2014 (elaboração própria).

Dessa forma, a desindustrialização diminui possíveis ganhos dinâmicos de escala, assim como a trajetória do progresso técnico destoa das reais necessidades competitivas, tornando a competitividade da produção de manufatura rebaixada frente às importações. O caminho natural, nestas circunstâncias, passou a ser a especialização em torno dos bens de contido valor agregado, geralmente dependentes dos recursos naturais e da mão de obra de baixo custo.

A regressão na estrutura produtiva se impõe, com a queda na participação relativa da indústria no produto e a elevação do setor de serviços, que sem capacidade dinâmica, associa-se muitas vezes aos empregos de baixa qualidade e à diminuta alavancagem no investimento e no progresso técnico. Assim, o capital industrial perde autonomia no plano nacional, substituído pelo crescimento das importações de manufaturas e a transformação dos industriais em comerciantes locais.

Tomando-se como exemplos os países latino-americanos com alguma base acumulada e mais consistente na industrialização tardia até a década de 1980, nota-se que a partir de então ocorreu o esvaziamento da participação relativa da indústria no PIB. Essa queda, em grande medida, referiu-se ao *apequenamento* do capital industrial no comando dinâmico do conjunto das forças produtivas.

A maior exposição do parque produtivo à competição externa levou invariavelmente ao acirramento da competição intercapitalista, sem que os empresários locais dispusessem de condições isonômicas de concorrência. Além de internamente contar com altas taxas de juros e moeda valorizada, os custos de produção eram inicialmente inadequados frente à abrupta e não planejada abertura comercial, o que conteve a força do capital industrial e o expôs à dominância financeira e/ou comercial.

## Considerações gerais

As transformações profundas no capitalismo têm como pressuposto condicionante e condutor, a realização de marcante revolução de natureza burguesa. Se, por um lado, estabelece as condições pelas quais se processa a materialidade do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, por outro, consolida a dominação sob a qual o poder burguês termina sendo exercido.

Conforme foi possível observar nas páginas anteriores, a industrialização capitalista não se constituiu de forma homogênea ao longo do tempo. Em cada país, a revolução burguesa expressou suas especificidades, em geral decorrentes tanto da forma pretérita de organização social (feudal ou colonial) como da fase de estruturas de mercado capitalista de livre competição ou monopolista.

Também indicou modos distintos de resolver problemáticas antigas do desenvolvimento industrial, como a estrutura fundiária, o funcionamento do mercado de trabalho e a organização urbana. Do mesmo modo, a ascensão dominante do capital industrial sobre as demais frações burguesas foi em geral diferenciada, a partir das formas próprias de associação entre as faces do capitalismo comercial, agrário, bancário, entre outras. Ainda destaca-se o conjunto das especificidades atinentes aos padrões de industrialização em suas relações com as classes dominadas e com o papel atribuído ao Estado.

A reversão dominadora do capital industrial pela fração financeira no interior da classe dominante apontaria o processo inverso da desindustrialização. A partir da segunda metade do século XVIII, a perda de soberania e submissão das Índias e China para o Império Britânico apontou uma forma pioneira de desindustrialização.

Mas isso, pouco pode fazer face ao movimento maior observado desde o final da década de 1960, com a difusão de diferentes modalidades ocasionadoras do processo de desindustrialização capitalista. Ademais da importância verificada no registro e entendimento da queda relativa da indústria no valor da produção, emprego total e comércio externo, chama a atenção a ascensão de outras frações burguesas no exercício de dominação do conjunto da sociedade, bem como suas implicações gerais e específicas para o futuro do capitalismo.

Essa perspectiva fundamenta os demais capítulos. O foco principal acerca do desenvolvimento e crise da industrialização tardia no Brasil assenta-se no entendimento geral sobre seus impactos nas transformações econômicas, políticas e sociais, conforme se apresenta a seguir.

# 2 Força e fraqueza do capitalismo industrial no Brasil

Nesta parte que trata do tema do capitalismo industrial brasileiro, registram-se duas ordens distintas e complementares de narrativas. A primeira voltada ao entendimento das condições que propiciaram a passagem da antiga sociedade agrária à urbana e industrial no país durante a primeira metade do século XX.

Para isso, a referência principal de abordagem assenta-se no período histórico que demarcou o conjunto de especificidades resultantes da constituição prévia do capitalismo no país de passado colonial e submetida à economia primário exportadora. Ao mesmo tempo, a consideração necessária a respeito da fase pela qual o capitalismo internacional monopolista vigia preponderantemente e responsável que foi pelas condicionalidades e determinações próprias impostas ao desenvolvimento do padrão de industrialização tardia.

Destaca-se, assim, que a hegemonia inglesa exercida ao longo do século XIX e até a primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) terminou por impactar parcela importante da trajetória de formação do capitalismo brasileiro. Isso pode ser observado tanto na forma de rompimento com o antigo pacto colonial como no surgimento do Estado Nacional no Brasil.

Nesse sentido, constatam-se também os traços da pressão inglesa associada ao fim do tráfico negreiro e à referência internacional do padrão monetário ouro-libra com a difusão do crédito voltado ao financiamento do ciclo ferroviário. Tudo isso durante a passagem da

economia nacional mercantil escravista (1822 a 1888) para a economia capitalista primária exportadora (1889 – 1930).

A constituição prévia do capital mercantil e da divisão social do trabalho foi necessária para a ascensão do modo dominante de produção capitalista no Brasil. A partir daí, a constituição do capital industrial encontrou caminho para o seu fortalecimento até deixar de estar subordinado à dinâmica da economia primária exportadora vigente até a década de 1920.

No período histórico de praticamente meio século, compreendido entre as décadas de 1880 e 1920, as bases pelas quais a economia capitalista exportadora transitou para a industrialização foram estabelecidas concomitantes com a crise da hegemonia inglesa. Por outro lapso de tempo equivalente a cinco décadas, mais precisamente entre os anos de 1930 e 1980, o Brasil perseguiu o padrão de industrialização tardia no rastro do exercício capitalista decorrente da hegemonia estadunidense.

Neste contexto que emerge a segunda preocupação analítica no âmbito da industrialização brasileira. Toma-se como referência não apenas a trajetória do desenvolvimento da industrialização nacional, mas também a crise iniciada na década de 1980 e que descortinou, em consequência, o movimento maior da desindustrialização.

Durante o ciclo da industrialização brasileira, entre as décadas de 1930 e 1980, encontram-se dois movimentos distintos. Inicialmente aquele em que predominou o estabelecimento e avanço da industrialização restringida durante os anos de 1930 a 1955. Nesse período, a industrialização transcorreu sem a plena constituição do setor dos meios de produção, o que concedeu primazia ao saldo do comércio externo enquanto mecanismo de financiamento das importações de máquinas e equipamentos industriais.

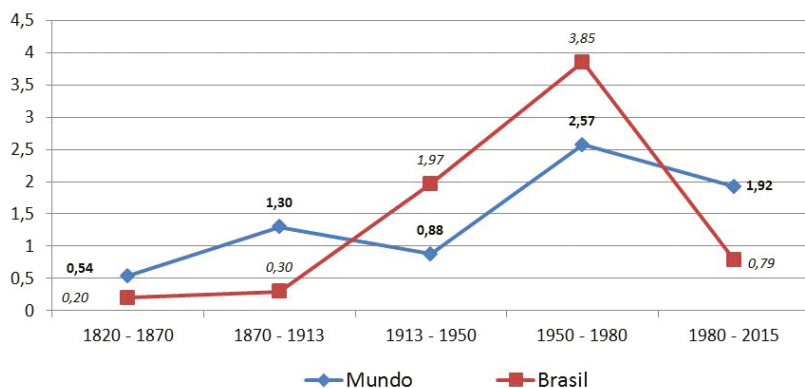
Não obstante o movimento endógeno da acumulação de capital ser determinado pela expansão industrial, constatou-se a estabilidade do progresso tecnológico e os avanços movidos no parque produtivo fundamentalmente por imediata demanda interna. O perfil de crescimento horizontal da produção industrial revelou os limites da autodeterminação da acumulação capitalista sem a presença do setor de bens de produção.

Isso somente viria a ser superado a partir da adoção de grandes blocos de investimentos capazes de implantar uma nova capacidade produtiva que potencializou a expansão nos setores de bens de consumo duráveis e de capitais bem adiante da determinação da demanda imediata. Por meio da industrialização pesada que a autodeterminação do desenvolvimento industrial se consolidou no Brasil.

Para isso, três grandes blocos de investimentos se fizeram essenciais. O primeiro se deu ainda na fase da industrialização restringida, com a instalação das indústrias de base como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, em 1941), a Vale do Rio Doce (em 1942), a Álcalis (em 1943), a Fábrica Nacional de Motores (em 1943), a Hidrelétrica do São Francisco (em 1945) e a Petrobrás (em 1953).

O segundo bloco de investimentos transcorreu nos anos de 1950, com a implantação do Plano de Metas (1956-60) e o terceiro, na década de 1970, com estabelecimento do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1976–80). A prevalência da industrialização pesada concentrou-se entre os anos de 1955 a 1980, quando o centro do capitalismo mundial localizava-se nos Estados Unidos e caracterizava-se pelo cumprimento do acordo de Bretton Woods vigente entre as décadas de 1940 e 1970 e sob o predomínio da Guerra Fria (1947 – 1991).

**Gráfico 01 –** Evolução média anual da renda por habitante no Brasil e no mundo (em %)

| | 1820 - 1870 | 1870 - 1913 | 1913 - 1950 | 1950 - 1980 | 1980 - 2015 |
|---|---|---|---|---|---|
| Mundo | 0,54 | 1,30 | 0,88 | 2,57 | 1,92 |
| Brasil | 0,20 | 0,30 | 1,97 | 3,85 | 0,79 |

Fonte: Maddison, 2011; IBGE – Censos demográficos e Pnad's (elaboração própria).

Ainda no âmbito desta segunda preocupação analítica ressalta-se a significativa inflexão na trajetória de dominação do capital industrial sobre as forças produtivas. Isso porque a partir da década de 1980, alguns sinais do processo de desindustrialização no Brasil começaram a ser percebidos, concomitante com a desaceleração rápida do PIB por habitante.

Nos últimos 35 anos, que compreende o período de 1981 a 2015, o capitalismo brasileiro apresentou trajetória próxima à semiestagnação do rendimento por habitante. Após ter registrado crescimento mais acelerado do PIB *per capita* que o conjunto do mundo entre os anos de 1913 a 1980, o país voltou a deter desempenho inferior aos demais países, conforme verificado no período de 1820 a 1913, que compreendeu o regime do Império (1822 - 1989) e parte da República Velha (1889 – 1930).

A partir da década de 1980, o predomínio da dominância financeira associado ao constrangimento interno que decorreu da

valorização cambial terminou por subordinar o capital industrial, *apequenando* o papel da burguesia manufatureira e tornando cada vez mais acanhada a indústria de transformação brasileira. Seja qual for o indicador considerado, a indústria perdeu participação relativa tanto na produção como na ocupação total, enquanto aumentou o seu peso nas importações totais.

Ao contrário do ciclo da industrialização tardia, quando o papel do setor público se mostrou fundamental para a constituição de rápida expansão capitalista no Brasil, assistiu-se, a partir das duas últimas décadas do século XX, o funcionamento do Estado mais associado aos interesses da financeirização de riqueza e do agronegócio. Da elevação da carga tributária à privatização de parcela do setor produtivo estatal, predominou, em geral, a lógica da desindustrialização assentada na condução da política econômica de altas taxas de juros e de valorização cambial.

Também contribuiu para desfazer o ciclo da industrialização tardia, a mudança na atuação dos Estados Unidos enquanto centro dinâmico do capitalismo mundial. O abandono das regras monetárias e financeiras do acordo de Bretton Woods (1944 – 1973) e o fim da Guerra Fria abriram nova fronteira tanto para a expansão geográfica da manufatura como para crescente valorização financeira do capital.

Isso porque a opção estadunidense pelo conjunto de políticas neoliberais adotadas a partir da década de 1980 conduziu à globalização financeira que trouxe como consequência a difusão de políticas liberalizantes no interior dos demais países. O esvaziamento da capacidade dos Estados Nacionais impulsionar autonomamente suas políticas econômicas, como, por exemplo, a monetária, se fez perceber rapidamente pelo poder crescente do Banco Central dos Estados Unidos (FED).

Da mesma forma, o avanço do processo de concentração do poder de controle da produção e distribuição pelas grandes corporações transnacionais, através das cadeias globais de valor, enfraqueceu a presença da indústria no ocidente, em geral, *vis* à *vis* o deslocamento da manufatura para a Ásia, sobretudo a China. A contrapartida ao *apequenamento* do capital industrial no Brasil foi o engrandecimento da financeirização e o retorno do capital comercial vinculado à exportação de produtos primários intensivos em recursos humanos e naturais, tendo o baixo dinamismo econômico nacional como resultado principal.

Diante disso, interessa expressar enquanto referência do capítulo, o critério adotado pela análise desenvolvida em função de dois distintos eixos de abordagens. Por um lado, o monitoramento analítico do desenvolvimento e crise do padrão de industrialização tardia no Brasil a partir dos determinantes de natureza interna do país e, por outro lado, as repercussões dos determinantes de natureza externa no contexto nacional.

## Crescimento industrial sem industrialização (pré-1930)

A industrialização no Brasil foi produto de verdadeira luta histórica por sua implantação. Ela não ocorreu espontaneamente, mas por apoio político e econômico de significativa expressão do sentimento nacional.

Como se sabe, a instalação das primeiras fábricas de manufatura foi autorizada somente com a vinda da família Real, em 1808. Até

então, a criação de indústrias era proibida por D. Maria I desde 1785, salvo as fábricas de panos grossos para uso de escravos.

Com D. João VI, a abertura dos portos ao comércio externo foi acompanhada por taxa de 24% sobre produtos importados, geralmente de manufaturados, ainda que para Inglaterra fosse de 15%. Mas isso se mostrou insuficiente para implementar a industrialização nacional.

Em pleno século XIX, a presença de algum tipo de investimento industrial e a criação de indústrias, geralmente na produção de sabão, velas, fiação, tecelagem, alimentos, chapéus, calçados, serrarias, vidros, óleo, entre outras, eram isoladas e operavam com misto de escravos e trabalhadores livres. Somente com o avanço da acumulação de capital oriundo do ciclo cafeeiro que o Brasil pode contar com importante crescimento na quantidade de indústrias, especialmente na região Sudeste que em 1881 registrou 29 fábricas têxteis das 46 existentes em todo o país (SZMRECSÁNY; AMARAL, 2002; GRAÇA FILHO, 2004).

Na transição da economia mercantil nacional fundada no trabalho escravo entre as décadas de 1820 a 1870 para a economia capitalista exportadora que o capital industrial surgiu e se expandiu subordinado ao capital cafeeiro. A década de 1880, por exemplo, pode ser identificada como aquela em que a formação do capital industrial apresentou rápida e significativa aceleração, concomitantemente com o auge do ciclo de exportação do café (AURELIANO, 1981; CANO, 1977; MELLO, 1975; SILVA, 1976).

Em plena manifestação da longa Depressão (1873 a 1896) que atingiu, sobretudo, a Inglaterra e coincidiu ainda com o florescimento da segunda Revolução Industrial, o capital industrial ganhou alguma expressão no Brasil. Naquele momento, o sistema de concorrência

capitalista se transformava cada vez mais a livre competição em monopolização das estruturas de mercado.

Com as alterações liberais consagradas na segunda metade do século XIX, por meio da lei das terras, do direito de propriedade e da abolição do trabalho escravo, o Brasil foi gradualmente transitando para a economia capitalista. Enquanto isso proliferou o centro dinâmico mundial situado na Inglaterra, por meio de sua forte armada militar, do padrão ouro-libra e da liderança na exportação de bens industriais.

Para o Brasil, a transição para o capitalismo representou a continuidade do modelo primário exportador. Na Divisão Internacional do Trabalho em que o Brasil se situou enquanto importador de bens industriais e exportador de produtos primários, o financiamento era prioritariamente viabilizado pela Inglaterra.

A prevalência do padrão monetário internacional ouro-libra condicionou o Brasil às exigências da hegemonia inglesa, sobretudo com o movimento do grande capital financeiro europeu em busca de novos mercados no mundo. A defesa do livre cambismo era acompanhada pela ordem dos fluxos de capitais sem controle e em plena existência do Estado Mínimo, cujas funções principais eram o exercício do monopólio da tributação, da emissão monetária e das forças armadas.

Neste contexto que a política imperialista no século XIX compreendia a expansão e dominação territorial colonialista. Em pleno auge, o Império Britânico chegou a dominar ¼ da população e do território do planeta, utilizando-se tanto da ocupação militar mais acentuada na África e Ásia como do comércio e poder financeiro na América Latina.

Com a Grande Depressão entre 1873 e 1896, o imperialismo inglês registrou importante impulso na demanda de novos mercados, fontes de matérias-primas e aplicação do excesso de capital existente na Europa. As

exportações de capitais para a América Latina e, em grande medida, o Brasil contribuíram para tornar mais dependentes suas economias, especializadas na produção e exportação de produtos primários e importadores de bens industrializados e de capitais na forma de empréstimos para a construção de ferrovias, serviços públicos, telégrafos, entre outros.

Por outro lado, a continuidade da prevalência das exportações de bens primários levou à mudança no eixo econômico brasileiro. Isso porque coube ao estado de São Paulo liderar o centro de dinamismo nacional por meio do complexo cafeeiro constituído pela produção e processamento do café, do sistema de transporte (portos, estradas e ferrovias), do comércio interno, dos serviços bancários e do uso abundante de mão de obra.

Em certo sentido, a ascensão da aristocracia cafeeira paulista se mostrou possível conjuntamente com o maior peso relativo da província de São Paulo na economia e política nacional na vigência da República Velha (1889 a 1930). Até a década de 1930, o predomínio liberal da República Velha, com a centralidade do Estado mínimo, não deixou de atender aos interesses dominantes da economia capitalista cafeeira.

O Estado Republicano contribuiu tanto para o apoio à imigração de mão de obra livre não africana como para a política de valorização do café, sobretudo a partir do "Acordo de Taubaté", em 1906. Com a sustentação da economia de exportação, a indústria cresceu em quantidade, indicando haver mais convergência do que contradição entre os capitais cafeeiro e industrial.

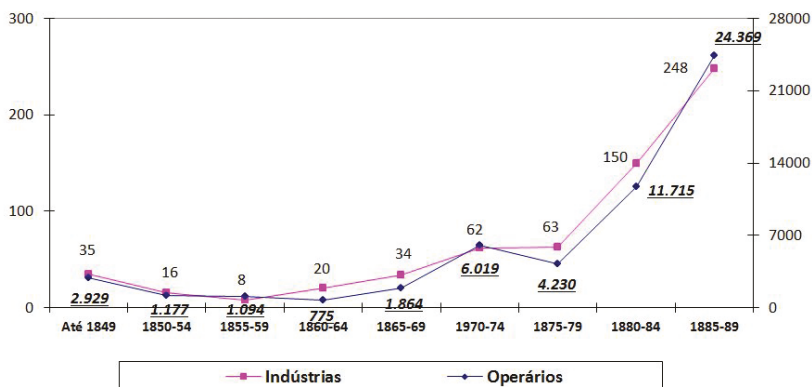
No ano de 1889, por exemplo, o Brasil contabilizava a presença de 630 estabelecimentos industriais que empregavam menos de 25 mil operários. Deste universo, 2/3 haviam surgidas na década de 1880, conforme permite observar o **Gráfico 02**.

**Gráfico 02 –** Brasil: quantidade de indústrias e de operários conforme o período de fundação da empresa em 1889

| | Até 1849 | 1850-54 | 1855-59 | 1860-64 | 1865-69 | 1970-74 | 1875-79 | 1880-84 | 1885-89 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Indústrias | 35 | 16 | 8 | 20 | 34 | 62 | 63 | 150 | 248 |
| Operários | 2.929 | 1.177 | 1.094 | 775 | 1.864 | 6.019 | 4.230 | 11.715 | 24.369 |

0 100 200 300

0 7000 14000 21000 28000

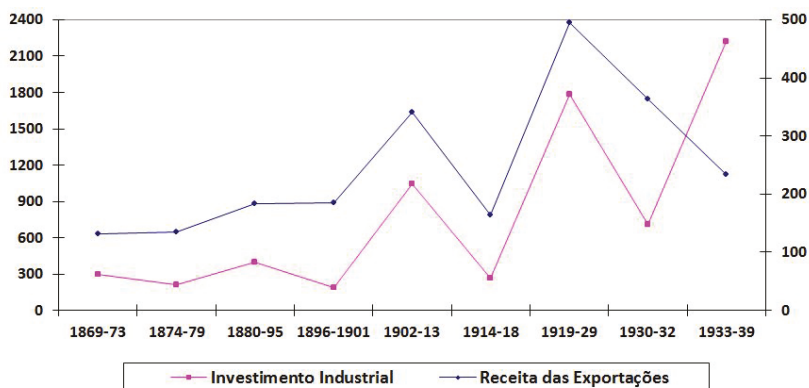
Indústrias Operários

Fonte: IBGE (elaboração própria).

Trinta anos depois, em 1920, o país contava com quase 13,6 mil indústrias, com 294 mil operários. Entre os anos de 1889 e 1920, o número de indústrias foi multiplicado por 21,3 vezes, enquanto a quantidade de operários aumentou acumuladamente 442,1%.

O crescimento das indústrias esteve diretamente associado à relação subordinada e extensiva do capital industrial ao capital cafeeiro, respondendo, em parte, pela demanda proveniente do mercado interno ampliado pelo assalariamento. Das atividades do complexo exportador de café, cuja determinação era estabelecida pela demanda externa, transcorriam transbordamentos de capital cafeeiro para indústria, sobretudo nas fases de expansão das exportações.

Isso parece inegável, quando se nota que a trajetória das receitas obtidas pelas exportações é seguida, no mesmo sentido, pelos investimentos industriais, segundo o **Gráfico 03**. Pelo menos é o que se verifica até a década de 1920, uma vez que a partir da Grande Depressão de 1929, o investimento cresce, deslocando-se da queda das receitas de exportações.

Nas fases de baixa das receitas de exportação, quando também o investimento industrial era afetado negativamente, a produção de manufatura tendia a crescer à medida que aumentava a proteção ao mercado interno, especialmente com a desvalorização cambial e dificuldades de importação. As exportações de café representavam 2/3 do comércio externo brasileiro.

**Gráfico 03 –** Brasil: evolução do índice de investimento industrial e das receitas de exportação (1865/68 = 100)

Fonte: Suzigan (1986) (elaboração própria).

Com isso a expansão da burguesia industrial enquanto fração constitutiva da classe dominante na economia capitalista de exportação revelava sua forte conexão originária com os proprietários cafeicultores (MELLO, 1982), bem como em menor participação inicial dos comerciantes imigrantes de importação e exportação (DEAN, 1976, BRESSER-PEREIRA, 1981). Isso porque, pela economia cafeeira, a mão de obra assalariada se incorporou à produção, o mercado interno se fortaleceu e a burguesia concentrou uma massa de capital promotora da grande indústria capitalista.

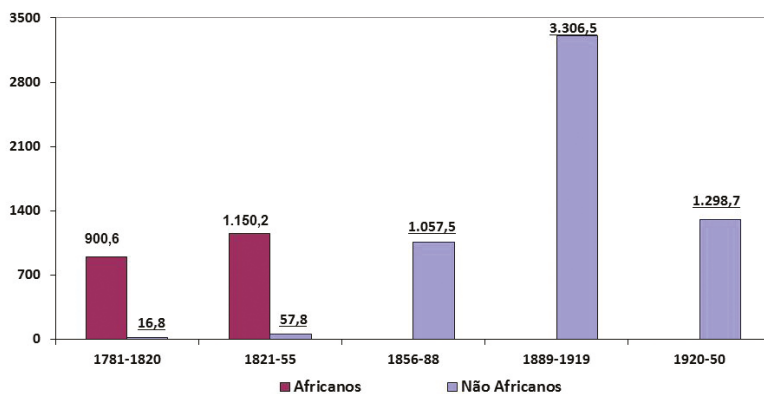
No final do século XIX, a regulamentação da Bolsa de Valores (Decreto de 1897), associada ao Código Comercial de 1850 e os estímulos creditícios favoreceram a concentração de capital e a expansão dos industriais. Ademais de ser matriz da expansão da burguesia industrial, a economia cafeeira fez de São Paulo o lócus do território nacional consolidador da expansão da manufatura.

Assim, o vigor da economia capitalista a partir do seu principal centro dinâmico no estado de São Paulo terminou por dominar o crescimento das industriais. No ano de 1919, por exemplo, o estado paulista respondia por quase 1/3 do total do Valor da Transformação Industrial (VTI), enquanto em 1907 era de 16%, o que correspondeu ao crescimento acumulado de 98,1%.

Para o mesmo período de tempo, a província do Rio de Janeiro (atualmente congregando a Guanabara e Rio de Janeiro) decresceu sua participação relativa no VTI em 25,4%, passando de 37,8% (1907) para 28,2% (1919). As províncias do Rio Grande do Sul e de Pernambuco também diminuíram seus pesos relativos no VTI em 17,8% e 8,1%, respectivamente, entre os anos de 1907 e 1919.

Mas para haver sequência no processo de expansão do capital industrial liderado pelo café no interior da economia capitalista de exportação, algumas condições prévias foram necessariamente fundamentais. A começar pela existência de uma economia mercantil.

Desde a década de 1880, o salto na acumulação de capital pelo setor exportador de café decorreu de uma exitosa combinação. De um lado, a introdução de novos métodos de beneficiamento do café, que permitiu elevar a sua qualidade, bem como o avanço na construção do sistema de transporte ferroviário que reduziu custos e distâncias no deslocamento da produção para exportação.

**Gráfico 04 –** Brasil: evolução da quantidade de imigrantes africanos e não africanos que desembarcaram em anos selecionados (em mil)

Fonte: IBGE, (elaboração própria).

De outro lado, o aumento significativo da mão de obra assalariada em substituição ao trabalho escravo. Em 1888, com a proibição da escravidão, o capitalismo se fundamentou pela ampliação da divisão social do trabalho.

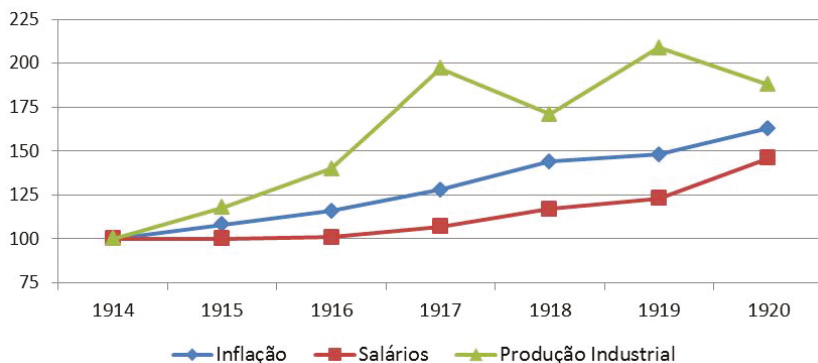
Na década de 1850, com a proibição do tráfego de escravos, o desembarque de africanos nos portos brasileiros praticamente desapareceu. Entre 1781 e 1855, por exemplo, ingressaram mais de 1,5 milhão de escravos.

Desde a segunda metade do século XIX que o desembarque de mão de obra livre no Brasil passou a crescer significativamente. Se entre 1781 e 1855, somente 75 mil não africanos ingressaram no Brasil, nos anos de 1856 a 1888 - antes ainda da abolição da escravatura -, mais de 1 milhão de imigrantes não africanos ingressaram no país.

Mas foi a partir de 1889 que a quantidade de ingressantes na condição de mão de obra livre saltou rápida e significativamente. De 1889 a 1919, por exemplo, mais de 3,3 milhões de não africanos desembarcam no Brasil.

Em meio à abundância de mão de obra que caracterizou a constituição do mercado de trabalho no Brasil, notou-se que o crescimento industrial subordinado à expansão do setor cafeeiro de exportação não se mostrou suficiente para permitir que os ganhos de produtividade fossem compartilhados com os operários. Entre 1914 e 1920, por exemplo, o aumento real acumulado pela produção industrial foi de 88%, ao passo que os salários registraram redução de 10,4% no seu poder aquisitivo.

A alta taxa de lucratividade nas indústrias não resultou apenas no rebaixamento dos salários reais, em grande medida derivada do excedente de mão de obra imigrante e nacional. Contribuiu para isso, também, a política tributária de proteção à indústria e de rebaixamento tarifário à importação de bens de capitais.

**Gráfico 05 –** Brasil: evolução do índice de inflação, do salário e da produção industrial entre 1914 e 1920 (1914 = 100)

Fonte: Simonsen (1978) (elaboração própria).

De todo o modo, a indústria que cresceu foi a produtora de bens leves de consumo assalariado (alimentos e vestuário). O deslocamento da força de trabalho para as cidades apontou os primeiros sinais do novo rumo de transição da antiga sociedade agrária para sociedade urbana e industrial.

A partir da década de 1930 surge outra fase do desenvolvimento nacional, com a dinâmica industrial cada vez mais liberada da outrora subordinação à economia cafeeira. Assim, à demanda externa que movia o complexo exportador e, este, por sua vez, fomentava o crescimento industrial registrado entre as décadas de 1880 e 1920, passou a ser substituída pela demanda proveniente do mercado interno.

A industrialização que teve início no Brasil transcorreu a partir daí tardiamente. Enquanto a indústria que ganhou impulso foi a de bens de consumo não duráveis, vários países na Europa e Estados Unidos encontram-se, à época, com o desenvolvimento industrial bem mais avançado.

## Ciclo da industrialização tardia (1930 -1980)

Da constituição do capitalismo no último quartel do século XIX à instalação do processo de industrialização tardia, o Brasil aguardou mais de seis décadas de dominância do capital mercantil. Não obstante a existência do capital industrial entre as diversas formas de capital protagonizadas pela ascensão da economia capitalista exportadora (1890 – 1930), a sua presença era passiva e dependente.

Somente a partir dos anos de 1930 e, pelo menos até a década de 1980 que o capital industrial manteve-se ativo no contínuo processo central de revolucionar e liderar o conjunto das forças produtivas. Mas

o processo de dominação do capital industrial esteve permeado por especificidades econômicas e políticas substanciais.

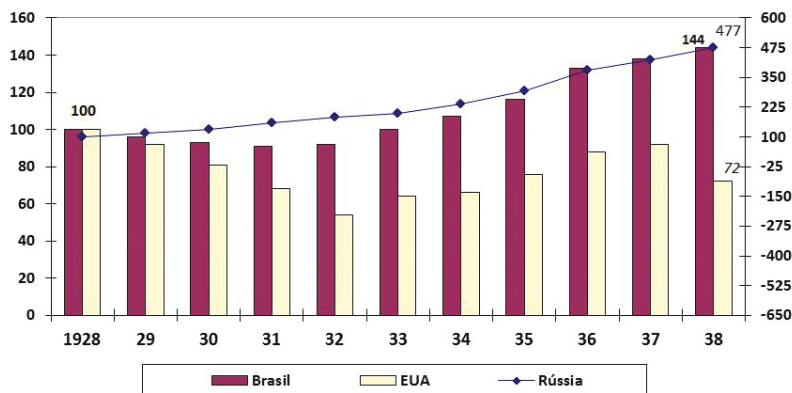
Do ponto de vista econômico, o ciclo da industrialização tardia se compôs de duas fases distintas, sendo a primeira restringida e a segunda pesada. A fase restringida da industrialização transcorreu no período entre as décadas de 1930 e 1950, quando o passado do Estado Mínimo e a política econômica do livre cambismo foram abandonados.

Com a mudança radical procedida no processo de acumulação de capital desde a adoção da política de defesa da renda e do emprego a partir da Grande Depressão de 1929, o Brasil recuperou, já em 1933, o mesmo nível da produção industrial registrado em 1928, chegando em 1938 com produto industrial 44% superior ao de 1928. Nos Estados Unidos, por exemplo, o produto industrial do ano de 1933 foi 36% menor do verificado em 1928 e 28% inferior em 1939, ao contrário da Rússia que não registrou queda no nível de atividade manufatureira na década de 1930, sendo superior ao ano de 1928 em 98% em 1933 e de 377% em 1938.

A nova política de industrialização implementada no Brasil permitiu sair mais cedo da crise de 1929. Ao mesmo tempo, impulsionou o deslocamento do antigo centro dinâmico nacional assentado na produção e exportação de bens primários, especialmente decorrentes da economia cafeeira, para a produção de manufatura sob o comando dos investimentos autônomos, sobretudo puxados pelo Estado.

A partir de então, a força endógena do desenvolvimento da economia nacional tornou-se preponderante pela primeira vez no Brasil, esvaziando a importância do mercado externo na determinação da economia exportadora e, por consequência, da produção industrial. Mas para isso, a reorganização do Estado Nacional se mostrou estratégica, pois sem o controle dos macro preços da economia, como o

câmbio, os juros, os tributos e o mercado de trabalho, a industrialização seguiria patinando.

**Gráfico 06 –** Evolução do índice do produto industrial no Brasil, Estados Unidos e Rússia de 1928 a 1938 (1928 = 100)

Fonte: Gazier (2009) (elaboração própria).

Mesmo assim, a capacidade do capital industrial subordinar os demais componentes das forças produtivas terminou não sendo plena. O fortalecimento da burguesia industrial, bem como a sua associação ao poder do Estado tornaram politicamente viável a reorientação da política econômica de intervenção em prol do desenvolvimento nacional.

A restrição maior à industrialização tardia no Brasil decorreu, pelo menos até a década de 1950, da ausência do setor de bens de capital. Para compensar, a exportação de bens primários seguiu sendo importante, capaz de financiar a necessária importação de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento da industrialização nacional.

Neste sentido que a transição para a nova sociedade urbana e industrial não significou o rompimento com o velho agrarismo. Ao

contrário oposição intrafrações da classe dominante, especialmente da burguesia industrial com a aristocracia cafeicultora, notou-se a presença de inter-relações diretas e indiretas ao longo do tempo.

Em grande media, a permanência da aliança política no interior dos capitalistas impossibilitou a realização de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, praticamente efetivadas nos países desenvolvidos. Assim, a emergência do capitalismo selvagem, distante de reformas como a fundiária, tributária e social, patrocinou estranha integração entre o moderno e o atrasado no Brasil.

Por força disso, a sequência da condição de antiga província de São Paulo, herdeira da economia capitalista primário-exportadora, transformou-se no centro dinâmico territorial da industrialização. Isso porque desde o final do século XIX que a economia paulista já predominava para além da economia cafeeira.

A expansão na quantidade de indústrias, como verificado entre os anos de 1911 a 1919, garantiu a São Paulo o crescimento médio anual de 7,5% e de 6,6% entre 1920 e 1928. No Brasil como um todo, o crescimento médio anual da indústria foi de 4,4% e de 4,5% para o mesmo período de tempo, respectivamente.

A construção do novo pela industrialização tornou-se mais difícil, por meio da desconstituição da economia cafeeira - como defendia o movimento político tenentista emergente desde a década de 1920 - poderia levar ao maior enfraquecimento do débil capitalismo brasileiro. Diante do alarmante endividamento dos cafeicultores, os bancos corriam o risco do colapso, o que ampliaria mais o desemprego e o rendimento das famílias, tornando ainda menor o mercado interno, com a quebra de indústrias e empresas dos serviços e comércio e o rebaixamento da arrecadação tributária do Estado.

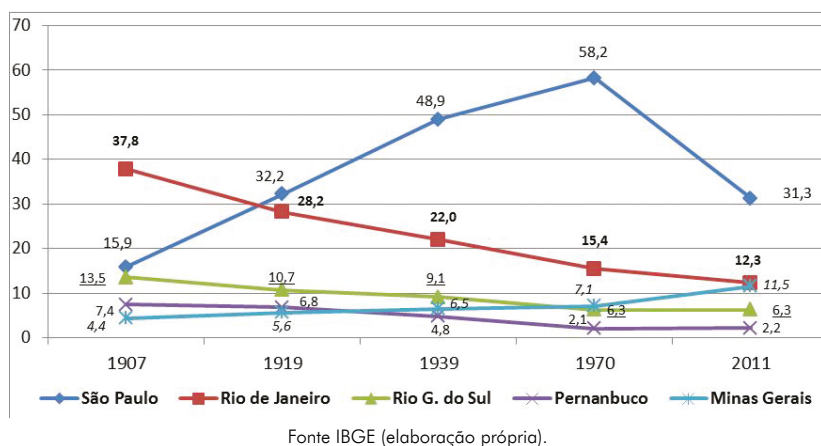
Dialeticamente, a salvação da economia cafeeira na crise de 1929 pelo novo governo liderado por Getúlio Vargas foi acompanhada pela crescente extração da renda exportadora por meio da política cambial de transferência às indústrias em expansão pelo mercado interno. Também a elevação da carga tributária, em cerca de 3% do Produto Interno Bruto, e a ampliação da oferta de crédito compensaram as restrições da industrialização tardia por meio da importação de máquinas e equipamento industriais.

Da inédita adoção de políticas de natureza anticíclica à velha economia cafeeira no início da década de 1930, passando pelo fortalecimento da industrialização até a metade da década de 1950, a sustentação da renda interna mobilizou recursos para motivar o avanço das indústrias cada vez mais responsáveis pela dinâmica econômica. Ao mesmo tempo, o crescente poder de subordinar outras frações da classe dominante em torno da integração do mercado nacional pelo capital industrial centrado no estado de São Paulo.

No Brasil, a expansão média anual da indústria de transformação em 6,4% entre 1928 e 1939 e em 7,8% entre 1939 e 1949 foi acompanhada da redução do grau de abertura comercial de 28% para 6% do PIB entre 1930 e 1960. Para o mesmo período, o estado de São Paulo registrou, respectivamente, o crescimento médio anual da industrial de transformação de 7,3% e de 9,8%, o que permitiu saltar da responsabilidade por quase 32% da produção nacional, em 1919, para mais de 57%, em 1970.

A sustentação da industrialização tardia exigiu maior consumo e investimentos internos. Para isso, o novo papel do Estado que para além da condução desenvolvimentista da política econômica no campo cambial e financeiro se constituiu cada vez mais estruturado na condução do progresso material do capitalismo.

**Gráfico 07 –** Brasil: evolução da participação no valor da produção industrial por estados selecionados da federação em anos selecionados (em %)

Fonte IBGE (elaboração própria).

Sem maiores apoios dos capitais privados nacional e estrangeiro, coube ao Estado mobilizar recursos em prol do avanço da estrutura produtiva, sobretudo nas indústrias de base. Isso ocorreu na siderurgia (Cia. Siderúrgica Nacional - CSN), na mineração (Cia. Vale do Rio Doce - CVRD), na química (Cia. Nacional de Álcalis - CNA), na energia (Cia. Hidroelétrica do São Francisco - CHESF), na aviação e automobilística (Fábrica Nacional de Motores - FNM), nos transportes com a nacionalização das empresas de navegação e ferrovias, entre outros.

Este movimento de constituição das políticas nacionais verificado pela primeira vez no Brasil não se mostrou internacionalmente um fato isolado. Seu ineditismo a partir de 1930 decorreu da vontade nacional, a partir de uma nova maioria política antiliberal que se articulou em torno de Getúlio Vargas, frente ao liberalismo dos governos da aristocracia cafeeira, sobretudo em relação à Grande Depressão de 1929.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a posição dos Estados Unidos enquanto o novo centro dinâmico mundial foi a de seguir o Acordo de Yalta e o receituário decorrente do acordo de Bretton Woods por quase três décadas (1944 – 1973). Em geral, o reconhecimento da soberania dos países e a generalização das políticas públicas de regulação nacional dos mercados.

Para cada país, em maior ou menor grau, vigorou o funcionamento dos sistemas nacionais de políticas públicas para diversas áreas, tais como educação, saúde, transporte, trabalho, entre outras. A existência das regras de estabilidade do dólar em paridade com o ouro, ademais de juros internacionais fixos, geralmente abaixo da inflação, e da ação favorável de agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, impulsionaram as políticas nacionais de industrialização em alguns países.

A prioridade na reconstrução do segundo pós-guerra da Europa, bem como do Japão, levou os Estados Unidos a conceber o Plano Marshall de assistência técnica e econômica ao conjunto de 16 países no valor de 13 bilhões de dólares entre 1948 e 1951 (U$142 bi em valores de 2010). Ademais de oferecer anteparo econômico e militar ao crescimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a reconstrução europeia se deu concomitante com o processo de internacionalização da grande empresa estadunidense, uma vez que o Plano Marshall exigia como requisitos para concretizar o repasse dos recursos, a ausência de partido comunista nos governos e a presença de firmas norte-americanas no país.

Na década de 1950, a reconstrução europeia havia sido acompanhada pelo aprofundamento da competição intercapitalista entre empresas europeias e estadunidenses. Na tentativa de elevar a capacidade competitiva, as grandes empresas europeias estabeleceram estratégia própria de

internacionalização, buscando em outros países, como na América Latina, a oportunidade de estabelecer suas filiais (TEIXERIA, 1983).

Concomitantemente com este movimento de acirramento da competição capitalista que o Brasil aproveitou a oportunidade para dar um salto da restringida industrialização para a fase pesada realizada entre os anos de 1955 e 1980. Para tanto, dois grandes blocos de investimentos foram realizados: o Plano de Metas (1956 – 1960) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979).

Até então, as tentativas fundamentadas no capitalismo de Estado pelo segundo governo Vargas (1951 – 1954) mostraram ser suficientes para consolidar o grande boco de investimentos associado ao desenvolvimento das indústrias de base, por meio das companhias Siderúrgica Nacional e Álcalis, da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, da Petrobrás, do BNDE, entre outras. Mas com o Plano de Metas durante o governo Juscelino Kubitschek, o grande salto a um só golpe teve o êxito, proporcionado, em grande medida, pelos consideráveis Investimentos Diretos Externos que acompanharam o ingresso inicial das empresas multinacionais europeias e, posteriormente, as estadunidenses em vários ramos industriais.

Para isso, a governo JK reservou 2/3 do orçamento do Plano de Metas para expansão dos setores de energia e transportes, enquanto base para o desenvolvimento industrial. O abandono da condição de industrialização restringida se deu pela instalação do setor de bens de produção que cresceu quase seis vezes mais que a indústria de bens de consumo nos anos de 1950 (LESSA, 1983; FONSECA; MONTEIRO, 2005).

Com a difusão acelerada da indústria de bens de produção, os setores que mais se expandiram foram os da metalurgia e siderurgia, da química e fármacos, construção naval e automobilística, entre outros. A modificação estrutural na industrialização tardia brasileira

se deu concebida pela articulação de uma trilateral capitalista, capaz de combinar as ações do Estado com os capitais do setor privado nacional e estrangeiro.

Dessa forma, a internacionalização da economia brasileira teve escala jamais vista, com sua presença, sobretudo nos setores mais dinâmicos e de maior investimento tecnológico. Mesmo assim, o ciclo de crescimento endógeno propiciado pelo avanço dos setores de bens de produção e de consumo durável explicitou a determinação das forças políticas voltadas às transformações substanciais das bases materiais do capitalismo brasileiro, com forte ênfase no planejamento estatal (TAVARES, 1975; BIELCHOWSKY, 2005).

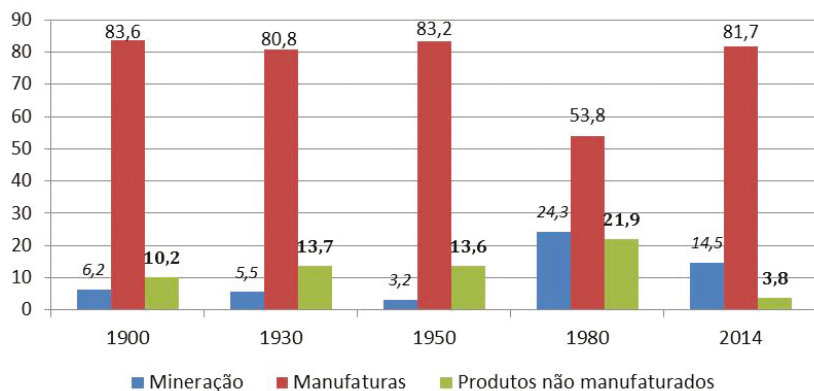
Na sequência, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) evidenciou o terceiro grande bloco de investimentos que contribuiu para consolidar a fase pesada da industrialização tardia. A presença de enorme liquidez internacional gerada pela ampliação do excedente comercial em dólares dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) originada pela elevação dos preços do petróleo na década de 1970 se mostrou funcional às opções industrializantes do regime militar, sem precisar reformular o sistema financeiro nacional.

Com base nos depósitos em petrodólares, o sistema financeiro internacional disponibilizou recursos a custos irrisórios aos empréstimos externos. Para financiar o II PND, o Brasil aceitou se endividar no exterior quando as regras do Acordo de Bretton Woods haviam sido abandonadas em 1973 pelo presidente Richard Nixon dos Estados Unidos (1969 – 1974) que tornou o dólar uma moeda comum, sem mais equivalência e conversibilidade ao ouro.

Ao mesmo tempo, o II PND representou uma saída pelo crescimento econômico diante do primeiro choque do petróleo em 1973 e que havia levado a grande parte dos países a adotar uma política

recessiva. No Brasil, ao contrário, o salto nos investimentos permitiu diminuir a dependência do petróleo, com o aumento da exploração e refino do petróleo no interior do País e geração das novas fontes de energia nuclear e etanol.

Além disso, os investimentos em substituição de importações, com a expansão da produção de bens de capital e de insumos básicos, possibilitaram ao país dominar o ciclo da industrialização tardia. Essa importante construção política nacional pela industrialização tardia elevou a economia brasileira ao patamar superior, porém insuficiente para superar a totalidade dos constrangimentos ao qual o país se encontrava situado meio século antes (LESSA, 1978; CASTRO; SOUZA, 1985; VELLOSO, 1998).

**Gráfico 08 –** Brasil - evolução da composição das importações em anos selecionados (em %)

Fonte MDIC e IBGE (elaboração própria).

A dependência da importação de produtos manufaturados decresceu substancialmente entre as décadas de 1950 e 1980. Com os investimentos decorrentes das empresas estatais como da Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Embratel e outras, o salto no crescimento na

produção de manufaturados foi considerável, especialmente nas indústrias de bens de produção, bens intermediários e de consumo durável.

Dessa forma, a composição dos importados alterou-se significativamente, com a perda da participação relativa de bens manufaturados. Ao mesmo tempo, a expansão das exportações, que a partir de 1979 passou a registrar maior presença relativa dos produtos manufaturados do que de produtos primários. Nos anos de 1980, a participação da manufatura atingiu a metade de toda a pauta de exportação do país, enquanto na década de 1960 representava apenas 10%.

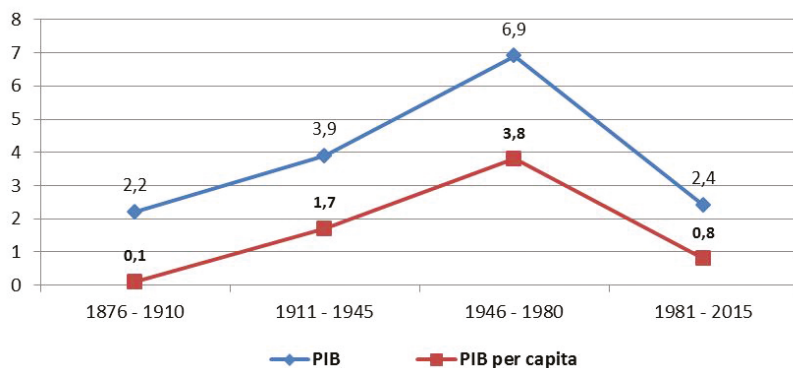
## Desindustrialização e semiestagnação (pós 1980)

A inflexão assumida pela economia brasileira a partir da década de 1980 resultou na trajetória de semiestgnação da renda nacional por habitante, enquanto subproduto do movimento maior da desindustrialização. Em 35 anos de evolução da economia nacional, o PIB por habitante variou apenas 0,8% como média anual entre 1981 e 2015.

No período imediatamente anterior (1946 – 1980), o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto *per capita* foi de 3,8%, sendo 2,2 vezes superior ao verificado no período de 1911 e 1945 e 38 vezes maior ao dos anos de 1876 e 1910. Se nos anos do ciclo da industrialização tardia a economia nacional dobrou de dimensão a cada decênio, a partir dos anos de 1980, com a desindustrialização, a economia passou a demorar três decênios para dobrar de tamanho.

Esta desastrada experiência em curso da desindustrialização brasileira transcorreu simultaneamente à nova configuração do capitalismo mundial. O elemento de ordem internacional que contribuiu

decididamente para isso foi a mudança no padrão de exercício da hegemonia pelos Estados Unidos, após o abandono do acordo de Bretton Woods e o fim da Guerra Fria, com a desestruturação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) enquanto alternativa ao desenvolvimento capitalista.

**Gráfico 09 –** Brasil: evolução média anual do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Interno Bruto por habitante (PIB per capita) em períodos selecionados (em %)

Fonte: IBGE (elaboração própria).

O desaparecimento do bloco soviético concedeu liberdade ao movimento das forças de mercado capazes de viabilizar uma nova fronteira de expansão capitalista na Europa do leste e Ásia. Sem mais a concorrência de uma possível alternativa à expansão capitalista, a força dos mercados passaram a cada vez mais subordinar o jogo da política nas economias do ocidente.

Com a política sendo exposta à irrelevância, sem força para impor aos mercados a vontade erigida das urnas, partidos de distintas filiações ideológicas convergiram em maior ou menor expressão ao neoliberalismo em ascensão a partir dos anos de 1980.

Não somente o Estado de bem estar social ficou comprometido, como as conquistas em termos de condições de trabalho e remuneração dos ocupados retroagiram.

O objetivo maior do pensamento econômico dominante foi o de reestabelecer as melhores condições possíveis para a lucratividade capitalista. Para isso, a queda nos custos salariais tornou-se estratégica, assim como a redução de impostos sobre os ricos, a elevação dos gastos militares em colaboração com as empresas de tecnologia de informação e comunicação na nova guerra cibernética e altas taxas de juros para compensar o menor dinamismo da economia.

Em grande medida, o neoliberalismo foi utilizado pelos Estados Unidos como resposta aos três grandes fracassos colhidos na década de 1970. Para lembrar, o descrédito inicial imposto ao dólar gerado pelo abandono do acordo de Bretton Woods, especialmente em 1973, com o fim da paridade ao ouro. Ou seja, o dólar enquanto moeda de curso internacional assumiu o comportamento de uma moeda qualquer, sem mais a equivalência em ouro.

Na sequência, a derrota das forças armadas estadunidenses na Guerra do Vietnam em 1975. A função de exercício da hegemonia mundial terminou sendo questionada quando o país com o maior e mais importante exército do mundo foi abatido por uma nação dividida e subdesenvolvida como o Vietnam e pela rebeldia interna gerada pelos movimentos sociais antiguerra nos Estados Unidos.

Por fim, o terceiro fracasso contabilizado pela insegurança energética estabelecida no Oriente Médio mediante a vitória da Revolução Iraniana, a invasão do Afeganistão pela URSS e o segundo choque do petróleo, todos em 1979. Sendo os Estados Unidos dependentes da importação de petróleo, os conflitos no Oriente Médio colocavam em

risco a segurança energética. Na década de 1970, cerca de 4/5 de todo o petróleo importado pelos EUA provinham do Oriente Médio.

Os sinais de decadência da hegemonia estadunidense se pronunciavam nos anos de 1970. Uma economia em fase de estagnação e com alta inflação (estagflação), acrescentada do dólar em descrédito, assim como suas forças armadas e segurança energética, surpreendeu o mundo com uma inflexão de grande porte.

O resultado perseguido foi uma nova configuração do capitalismo. De imediato, a vitória eleitoral de Ronald Reagan em 1980 nos EUA permitiu liderar uma frente política internacional que trocou o receituário econômico keynesiano pelo credo neoliberal, conjuntamente com Margaret Thatcher na Inglaterra e Helmut Kohl na Alemanha.

Para isso, o programa de recuperação da hegemonia estadunidense ocorreu em três linhas distintas, porém articuladas entre si. A primeira em termos de mudança radical nas forças armadas, com e emergência da estratégia da guerra cibernética conduzida pela ascensão dos falcões militares.

A captura de parte crescente do orçamento para despesas militares se confundiu com o apoio aos investimentos nas tecnologias de informação e comunicação para as embrionárias empresas pontocom do Vale do Silício. Por meio do projeto Guerra nas Estrelas, a partir de 1983, a Guerra Fria ganhou novo impulso e praticamente foi responsável pelo esgotamento da URSS, em 1991.

Com isso, a vitoriosa estratégia militar estadunidense foi sendo transposta para a economia, cujo uso comercial e financeiro da internet e demais inovações tecnológicas resultaram em nova fronteira de expansão da rentabilidade no capitalismo digital. As formas iniciais de organização da produção das tecnologias de informação e

comunicação logo se transformaram em corporações transnacionais que monopolizaram a partir dos EUA a oferta dos serviços e operavam em concomitância com o Departamento de Estado do mesmo país.

A segunda modificação ocorreu em relação à política externa estadunidense, cada vez mais concentrada nas operações junto ao Oriente Médio em função do risco crescente de insegurança energética. Para atender aos interesses mais imediatos das petroleiras, as forças militar e diplomática não apenas se reorganizaram como reduziram a presença e atenção em outras regiões, especialmente a partir da década de 1990, com a queda da URSS e reformas liberalizantes na Europa do leste e na Ásia.

Os conflitos variados e concentrados no Oriente Médio desviou o interesse estadunidense de alternativas ao petróleo, somente intensificado nos anos 2000 com o gás de xisto. Ademais, regiões como na América Latina e, sobretudo na Ásia, por exemplo, ganharam alguns graus de liberdade, o que permitiu acolher parcela crescente dos investimentos estrangeiros e recepcionar o deslocamento da manufatura do ocidente.

A China, em especial, expandiu sua economia aos saltos após os anos de 1990 com reformas anteriormente eficazes na atração de investimentos capazes de viabilizar extraordinariamente uma nova fronteira territorial de expansão capitalista. As maiores empresas estadunidenses, em conjunto com as de outros países, deslocaram parcela significativa do seu parque produtivo cada vez mais na forma de grandes corporações transnacionais.

Ao concentrarem o controle da produção de conteúdo monopolista, as grandes corporações transnacionais passaram a utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação e a

operarem em redes fragmentadas de produção e distribuição. Mais conhecidas como cadeias globais de valor.

Por fim, a terceira modificação na configuração do capitalismo mundial assentada no acúmulo do poder dos mercados financeiros. Logo no início do governo de Ronald Reagan, a adoção de medidas monetaristas de forte elevação na taxa de juros e das políticas de oferta e de desregulamentação na economia produziu um novo ciclo de financeirização capitalista.

O objetivo maior era o de recuperar a lucratividade nas atividades econômicas para promover o dinamismo empresarial. A liberalização dos lucros exigiria pelo diagnóstico neoliberal a diminuição dos custos do trabalho, bem como a redução dos tributos sobre as empresas e seus proprietários.

Ao mesmo tempo, a oferta de aplicações financeiras com retornos bem acima da inflação compensaria o baixo dinamismo capitalista vigente na década de 1970. Da mesma forma, a mudança no papel do Estado permitiria conter gastos sociais necessários para compensar as demandas maiores das despesas militares e com pagamento de juros do endividamento (BRAGA; CINTRA, 2004; BELLUZZO, 1999; MEDEIROS, 2001; FIORI, 2004; COMPARATO, 2013).

Com isso, a condução da política monetária dos EUA ganhou muito maior importância do que durante a vigência do acordo de Bretton Woods, cada vez mais reduzindo graus de liberdade nas políticas econômicas dos demais países, ao mesmo tempo em que o processo de monopolização da produção e distribuição por meio das corporações transnacionais comprimiu parcela da soberania das políticas nacionais.

Neste contexto internacional de reconfiguração do capitalismo mundial que se encaixou a movimento de desindustrialização brasileira.

Com o governo de Ronald Reagan ampliando a taxa de juros para financiar os déficits comercial e do setor público estadunidense ocorreu o estrangulamento do padrão de financiamento dos investimentos produtivos em vários países do mundo, sobretudo do Brasil.

Acontece que parcela importante dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento na segunda metade da década de 1970 havia sido financiada com endividamento externo. A subida na taxa de juros tornou cada vez mais elevada o custo de administração do endividamento externo, especialmente pelo fato de o governo brasileiro sacar créditos de curto prazo para atender os pagamentos com dívida de longo prazo.

Entre 1973 e 1982, por exemplo, a dívida externa dos países não produtores de petróleo aumentou 400 bilhões de dólares, sendo a metade devida às necessidades de pagamento decorrentes do aumento do preço do petróleo em 1973 e 1979. Além disso, 35% do acréscimo do débito externo (US$140 bilhões) resultaram da deterioração dos termos de troca provocada pela recessão global induzida pela elevação da taxa de juros estadunidense no início da década de 1980 (CLINE, 1983; LIPIETZ, 1988).

Somente o grupo do Brasil, México e Venezuela somavam, por exemplo, o montante do endividamento equivalente à época a 1/3 do total da dívida externa operada por mais de 1,1 mil bancos. Diante do esgotamento do padrão de financiamento, explodiu a crise da dívida externa entre 1981 e 1983 e desencadeou operação dos EUA em coordenação com Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) para salvar os principais bancos credores.

De um lado, os Estados Unidos injetaram 40 bilhões de dólares no Euromercado e conduziram a desaceleração de sua taxa de juros,

enquanto de outro, o FMI operou o programa de ajuste exportador aos países endividados enquanto gerador de renda externa capaz de pagar os serviços do endividamento. Para isso, o FMI liberou antecipadamente linhas de crédito para impedir a moratória da dívida externa mediante o atendimento de cartas de compromisso que orientaram em cada país a política econômica.

O choque da dívida externa atingiu o ciclo de industrialização tardia no Brasil. A política econômica dos anos de 1970 de fortalecimento do mercado interno foi abandonada em função do programa de ajuste exportador, que levou a economia nacional à sua primeira recessão desde 1930, com efeitos perturbadores nos macro preços.

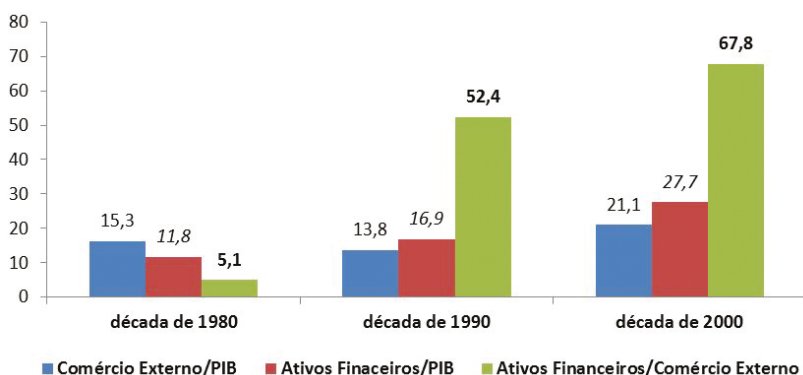
O resultado imediato foi o fechamento generalizado da economia para o mundo, sobretudo às inovações da Terceira Revolução Tecnológica, com desorganização das finanças públicas e acelerado processo de hiperinflação. A semiestagnação do PIB *per capita* e o congelamento da industrialização conviveram com o derrame de recursos internos para o exterior na forma de pagamento dos serviços da dívida externa.

Na década de 1990, a economia nacional sofreu uma segunda mudança significativa de orientação na política econômica, com o ingresso passivo e subordinado à globalização. Do fechamento imposto pelo FMI nos anos de 1980, o país transitou rapidamente para o neoliberalismo que desregulamentou o comércio externo, as atividades produtivas e o mercado financeiro.

Nas duas faces da globalização atual, o Brasil avançou muito mais na financeira do que comercial. O comércio externo que representava em média 15,3% do PIB na década de 1980 saltou para 21,1% na década de 2000, com aumento de 379% no período em consideração.

No caso da relação entre os ativos financeiros e PIB, percebe-se o crescimento significativo de 11,8% em média na década de 1980 para 52,4% na década de 2000. Por conta disso que os ativos financeiros que representavam 21,1% do comércio externo saltaram para 67,8% no mesmo período de tempo.

A centralidade da estabilidade monetária estabelecida após a grave crise de superinflação, entre os anos de 1979 e 1994, talvez possa ter enviesada para ter favorecido o ingresso mais financeiro que comercial do Brasil na globalização após a década de 1980. Em nome do programa de combate à inflação, como o Plano Real a partir de 1994, por exemplo, o país terminou desconstruindo o papel anterior do Estado desenvolvimentista, privatizando sem estratégia parte significativa do setor produtivo estatal (empresas e bancos) e abrindo sua economia à internacionalização produtiva e financeira.

**Gráfico 10 –** Brasil: evolução da média dos pesos relativos do Comércio Externo (exportações mais importações) no Produto Interno Bruto (PIB), dos Ativos Financeiros no PIB e dos Ativos Financeiros no Comércio Externo (em %)

Fonte: IBGE, BACEN e BIS (elaboração própria).

Mesmo assim, acentuaram-se os déficits no setor público e na balança comercial. Tudo isso contribui de forma mais intensa para a dependência relacionada à elevada taxa de juros reais para atração de recursos externos necessários para o fechamento do balanço de pagamentos.

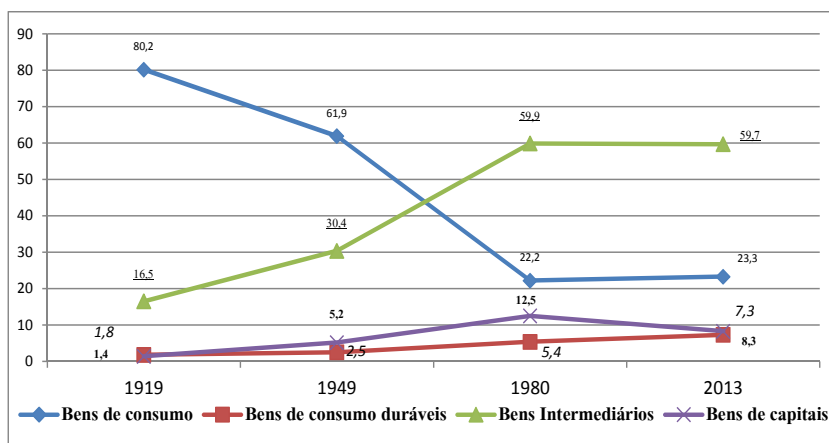
O ingresso de dólares se intensificou no Brasil desde os anos de 1990, após uma década de restrição ao acesso a recursos externos. Mas para isso o país praticou taxas de juros entre as mais altas do mundo, convivendo por muito tempo e de forma prejudicial ao setor produtivo com moeda nacional supervalorizada.

Nestas circunstâncias que a desindustrialização se fortaleceu, pois as condições internas ao avanço da produção de manufatura tornaram-se insustentáveis. Paralelamente, as elevadas taxas de juros fomentaram cada vez mais o processo de financeirização de riqueza, o que levou à subordinação do capital industrial às demais frações da classe dominante.

Desde a década de 1980 que a força da desindustrialização expressa o encapsulamento do capital industrial à lógica financeira, cujos efeitos resultam na perda relativa da manufatura na produção do país. Também tem importância no comportamento da produção industrial, as alterações na composição do valor da transformação da manufatura.

O principal aspecto a ser destacado se deve a deterioração do setor industrial produtor de bens de capital, que reduziu em 1/3 entre os anos de 1980 e 2013, após significativo crescimento nos períodos anteriores. Para os mesmos anos, o peso relativo da indústria de bens de consumo aumentou levemente, depois da trajetória anterior de queda, enquanto o setor produtor de bens intermediários estancou a sua participação relativa.

Tudo isso, é claro, numa indústria que passou a representar menos de 10% do PIB nacional na segunda década do século XXI, enquanto nos anos de 1980 respondia por mais de 1/3 da economia brasileira. Mesmo após algumas tentativas governamentais de reanimar o tecido industrial desde os anos 2000, o sentido da desindustrialização não foi interrompido.

**Gráfico 11 –** Brasil: evolução da composição do valor da transformação industrial segundo as categorias de uso (total = 100%)

Fonte: IBGE (elaboração própria).

A prevalência da combinação de altos juros reais com valorização cambial se mostrou improdutiva para produção industrial. Sem a retomada dos investimentos, a possibilidade do crescimento foi contida pela ocupação da capacidade ociosa e o transbordamento da elevação da renda interna para a ampliação das importações, sobretudo de produtos manufaturados e de maior valor tecnológico.

Quando parecia reunir as condições para o estabelecimento de um quarto bloco de investimentos a partir do Plano de Aceleração do

Crescimento, em 2006, a emergência da crise de dimensão global iniciada em 2008 tornou o esforço governamental de então em políticas anticíclicas. O objetivo foi o de evitar a internalização da crise externa e o seu aprofundamento maior na economia brasileira.

O êxito, neste sentido, foi inegável, ainda que não tenha sido suficiente para evitar a continuidade do quadro geral da desindustrialização. Da mesma forma, a sequência da semiestagnação da renda *per capita* no Brasil.

Concomitante com o esvaziamento do tecido industrial constatou-se também o enfraquecimento dos empresários industriais, bem como de suas instituições representativas, outrora de importância inegável na determinação das agendas governamentais. Seus movimentos de natureza política eram, até então, destacados na orientação da classe dominante.

No período recente, a burguesia industrial perdeu dinamismo e centralidade na agenda política no interior da sociedade. O seu papel subordinado no interior das frações do capitalismo indica a força da desindustrialização.

De certa forma, percebe-se certa transição de industriais a comerciantes importadores de manufatura. Não por acaso que a presença mais recente de cerca de 80% da pauta de importação brasileira constituída por bens industriais enuncia a debilidade competitiva da estrutura produtiva internalizada no país.

Assim como a região Sudeste, em especial o estado de São Paulo, incorporou no passado a centralidade e força da industrialização tardia, apresentam no período atual os sinais de decadência relativa da produção de manufatura. No final da década de 1970, quando a indústria representava mais de 1/5 do PIB nacional, somente São Paulo respondia por quase 2/3 da indústria do país.

Na segunda década do século XXI, a indústria passou a responder por menos de 10% do PIB e o peso relativo de São Paulo na produção de manufatura brasileira decaiu para menos de 1/3. Resumidamente, o valor da produção industrial paulista diminuiu de 18% do PIB nacional nos anos de 1980 para apenas 3% nos anos 2010.

## Considerações gerais

A constituição, o desenvolvimento e a crise recente da industrialização fundamentam as especificidades do capitalismo no Brasil. As condicionalidades da montagem de uma industrialização tardia não se apresentaram simples, exigindo esforço significativo do conjunto de sua população, que nem sempre conseguiu absorver parcela compatível dos frutos do progresso econômico.

Com a mudança no cenário internacional a partir da década de 1970 o comportamento da economia brasileira foi fortemente atingido desde então. A fase recente explicita, guardada a devida proporção, a alteração brusca no contexto externo durante a década de 1930 e que terminou por estrangular o ciclo econômico e político anterior.

Naquela oportunidade, não apenas a experiência da República Velha (1889 – 1930) se extinguiu como esgotou o sucesso da antiga economia capitalista primário exportadora. A formação de uma nova maioria iniciada pelo governo de Getúlio Vargas descortinou um novo e desconhecido horizonte de meio século de transformações consideráveis nas estruturas social, econômica e política, protagonizada pela burguesia industrial e com o apoio decisivo do Estado desenvolvimentista.

O conservadorismo político mediado pela presença predominante do autoritarismo impossibilitou a realização de reformas civilizatórias

do capitalismo. Sem as reformas fundiária, tributária e social, o progresso econômico representado pelo avanço considerável da industrialização permaneceu fundamentalmente concentrado em segmentos privilegiados da população.

Nos últimos 35 anos, contudo, o ciclo político iniciado pela Nova República registrou êxito, sobretudo na sustentação do mais longevo regime democrático e na estabilidade monetária, após 21 anos de autoritarismo (1964 – 1985) e 15 anos de superinflação (1979 – 1994). Tudo isso, contudo, não se mostrou suficiente para que o país recompusesse um novo padrão de crescimento econômico.

Assiste-se à vigência da desindustrialização concomitante à consolidação da tendência de semiestagnação da renda *per capita* nacional. A desconstrução do Estado desenvolvimentista a partir do final da década de 1980 foi acompanhada do enfraquecimento do capital industrial.

Com a passividade do ingresso na globalização, a dominância financeira passou a prevalecer, subordinando a burguesa indústria e o aparelho do Estado, submissos às elevadas taxas reais de juros e à valorização da moeda nacional. Com o bloqueio da financeirização da riqueza no Brasil, a modernização industrial fica afastada, tornando mais distante o horizonte de superação das condições novas e velhas do subdesenvolvimento no Brasil.

Com uma média de crescimento ao redor dos 2% ao ano, o Brasil necessitou de 35 anos para dobrar a sua capacidade de produção, enquanto a China tem duplicado a cada 7 anos. Sem o retorno ao crescimento econômico motivado pela reindustrialização brasileira, o horizonte do subdesenvolvimento tende a permanecer inatacável.

# 3

# Equívocos nas respostas à desindustrialização brasileira

Ao final dos anos 1970, o Brasil situava-se entre as oito principais economias industrializadas do mundo. O incrível salto na constituição e difusão material das forças capitalistas numa economia periférica ao centro desenvolvido foi acompanhado por duas características especiais que se distinguiram das demais experiências de industrialização até então existentes.

A primeira característica associada ao processo de industrialização tardia no Brasil era a natureza produtiva internacionalizada e social extremamente excludente, com a superconcentração do poder e riqueza acompanhada de estrutura setorial e regional extremamente heterogênea. A longa presença de regimes autoritários concomitante com a centralização estatal havia produzido uma vigorosa e selvagem expansão capitalista, com ampla marginalização social e registro de atores políticos inconstantes, fragmentados e desestruturados no conjunto da sociedade, sobretudo na representação dos segmentos vulneráveis (HENRIQUES, 1999; MARICATO, 1996).

A segunda característica assentava-se à burguesia industrial que, apesar de estar desde a segunda metade da década de 1950 no comando do processo de acumulação capitalista no Brasil, se mantinha intimamente associada ao Estado. Embora tivesse nascido embalada por parceiros da aristocracia cafeeira no último quartel do século XIX, emergiu mesmo à principal fração no interior da classe dominante

com o fim do ciclo primário exportador e a ascensão imediata do Estado desenvolvimentista desde 1930.

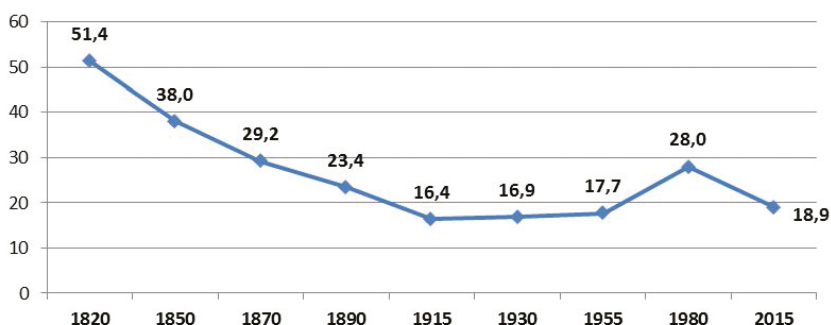
Mas para subordinar o conjunto das forças produtivas precisou articular-se com o capital industrial externo e o avanço estatal. Isso porque foi pelas mãos do Estado desenvolvimentista que a burguesia industrial encontrou o principal apoio de poder e competição, ancorado, em geral, a subsídios e incentivos públicos aos investimentos e à proteção concorrencial.

Por outro lado, a muleta do Estado que poderia ter sido parcial e provisória se tornou plena e permanente, transformou-se numa das principais características da industrialização tardia no Brasil. O comportamento defensivo-especulativo e de aversão ao risco, especialmente nos momentos de crise dinâmica, ajuda a entender os limites financeiros e tecnológicos do capital industrial no país (LESSA; DAIN, 1983; FIORI, 2003).

Por conta disso, a tendência a desequilíbrios macroeconômicos, à inflação maior e ao excedente de força de trabalho guarda relação direta com o perfil do desenvolvimentismo antirreformista que se mostrou viável nos momentos históricos de impasses, geralmente trazidos por alternativas liberal-conservadoras e libertárias. Assim, o crescimento econômico conduzido pelas políticas estatais e liderado pelo capital industrial foi rota de fuga para frente toda a vez que a estagnação da renda *per capita* se apresentava como um problema, pelo menos entre as décadas de 1930 e 1970.

Acontece que a partir dos anos de 1980, o quadro geral de semiestagnação da renda *per capita* se estabeleceu cada vez mais sólido no Brasil. Com isso, a perspectiva de aproximar-se dos países desenvolvidos passou a ficar ainda mais distante.

Destaca-se que somente com a industrialização que o país conseguiu interromper a longa marcha que o distinguia da trajetória das economias capitalistas avançadas. Na época da Independência Nacional, em 1822, por exemplo, a renda *per capita* dos brasileiros equivalia a pouco mais da metade da dos estadunidenses.

**Gráfico 01 –** Evolução da relação entre a renda por habitante do Brasil e a dos Estados Unidos em anos selecionados (em %)

Fonte: Maddison (2011), FMI (elaboração própria).

Pelo padrão retardatário de industrialização nos Estados Unidos, a sua renda *per capita* disparou rapidamente desde o começo do século XIX. Por conta disso, a renda *per capita* dos brasileiros ficou cada vez mais para trás, somente estancada com a transição para a sociedade urbana e industrial desde a década de 1930.

Com a adoção do projeto de industrialização, ainda que tardia, a renda *per capita* dos brasileiros cresceu acima da dos estadunidenses, sendo de 4,7% entre 1930 e 1955 e de quase 60% entre 1955 e 1980. A partir daí, o movimento de semiestagnação da renda *per capita* tomou conta do país e tornou novamente decrescente em relação com a dos estadunidenses, cuja queda alcança quase 1/3 entre os anos de 1980 e 2015.

Interessante notar também que a permanência atual do quadro geral de semiestagnação na renda *per capita* coincide com o processo de desindustrialização nacional. Essa constatação, contudo, destoa do ciclo da industrialização tardia que nada teve de espontâneo, pois foi resultado de luta intensa de uma maioria política forjada na perspectiva de que era a condição imprescindível para a prosperidade da riqueza, a estabilidade da economia e a grandeza nacional (LUZ, 1978; SUZIGAN, 1986; BONELLI, 1995).

Isso porque a prevalência do projeto do livre cambismo, herdeiro do padrão de hegemonia inglesa durante o Império e (1822 – 1889) e a República Velha (1889 – 1930), não havia se mostrado capaz de conduzir a sociedade ao padrão civilizatório superior. Somente a experiência industrializante dos anos de 1930 e 1970 apresentou possibilidades de melhor enfrentar a condição instaurada pelo subdesenvolvimento, o que pressupôs inédita ação articulada do Estado desenvolvimentista em associação com a Ordem Econômica Mundial hegemonizada pelos Estados Unidos (DRAIBE, 1986; IANNI, 1985).

A reversão do curso estadunidense de exercício da hegemonia capitalista a partir dos anos de 1980 teve rebatimentos em todo o mundo, significando no Brasil o gradualismo tanto na desconstituição do Estado desenvolvimentista como no movimento maior da desindustrialização nacional. Em virtude disso que interessa analisar, a seguir, as principais razões do movimento maior da desindustrialização, cujas respostas geradas pelo país se mostraram, desde a segunda da década de 1970, equivocadas.

Ressalta-se, inicialmente, a dupla raiz do antiestatismo que voltou a se manifestar a partir da década de 1970 em conjunto com a emergência do movimento político em defesa da redemocratização nacional. Pelos empresários situados no centro geográfico mais

importante da industrialização nacional que reapareceram posições contrárias ao Estado desenvolvimentista, cujo avanço foi inquestionável no penúltimo governo militar (1974-1979) através do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Na sequência, destaca-se o registro da própria desestatização presente no programa de ajuste exportador que foi aplicado para estancar a contundente crise da dívida externa que abateu o Brasil entre os anos de 1981 e 1983. O autoritarismo no último governo militar permitiu estabelecer um caminho sem saída para o retorno do crescimento econômico sustentável, o que comprometeu ainda mais a manutenção do projeto de industrialização nacional.

Com a aprovação da Constituição Federal em 1988, responsável pela primeira vez na garantia de avanços nos direitos sociais ao conjunto dos brasileiros, a reação da equipe econômica do presidente Sarney foi a de que o país passaria a se tornar ingovernável. Naquele momento, a senha de que o Estado desenvolvimentista perdia virtudes e seria visto como marajá esbanjador de recursos, conforme a expressão adotada por Collor de Mello em 1989 na sua campanha vitoriosa durante a primeira eleição presidencial após o Golpe Militar em 1964.

Apesar do seu impedimento após dois anos do início de gestão, o programa de reformas neoliberais de Collor de Mello teve continuidade nos dois mandatos seguidos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Neste sentido que o aprofundamento da desconstituição do Estado desenvolvimentista por políticas liberalizantes ao longo da década de 1990 inseriu passiva e subordinadamente o país à globalização financeira e desindustrializante.

A interrupção dos governos neoliberais a partir de 2003 não se mostrou, todavia, suficiente para reorganizar o Estado em novas bases e assim instaurar um conjunto de políticas capazes de levar o Brasil à

reindustrialização. O pragmatismo da política econômica possibilitou gerar robustos e inegáveis avanços sociais e econômicos ao conjunto do país, sem romper com a trajetória de semiestagnação da renda *per capita* de longa duração restabelecida com a crise de dimensão global desde 2008, conforme apresentado na sequência.

## O passado como projeto de industrialização dos militares e a reação da burguesia industrial na década de 1970

Os anos de 1970 constituem referência basilar na constatação a respeito da transformação significativa do padrão de acumulação capitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos. Até então, a expansão produtiva do *american way of life* em plena Guerra Fria havia garantido cerca de três décadas de excepcional avanço das economias capitalistas no mundo.

Em 1973, não apenas os Estados Unidos abandonaram o padrão monetário internacional assentado na estabilidade e equivalência do dólar ao ouro como explodiu a crise de dimensão mundial derivada do primeiro choque do petróleo acompanhado pela elevação dos preços das *commodities*. Diante da recessão e a desaceleração generalizada nas economias ricas, com elevação da inflação e desemprego, as políticas keynesianas anteriormente dominantes na sustentação da demanda agregada perderam eficácia e ganhou cada vez mais sentido o padrão de acumulação apoiado pela financeirização internacionalizada do capital (BRAGA, 2000; CHESNAIS, 1995; TAVARES, 1985).

Com isso, a composição dos investimentos diretos do exterior sofreram gradualmente duas modificações importantes. Uma primeira modificação decorreu do deslocamento de parte das atividades produtivas das empresas e famílias para fluxos internacionalizados induzidos por aplicações financeiras e especulativas nos mercados nacionais cada vez mais desregulados e dominados por altas taxas de juros.

De imediato, a concentração dos fluxos de capitais nos países capitalistas avançados, que seguiram a orientação do Banco Central dos Estados Unidos de elevar a taxa de juros. Entre 1976 e 1980, por exemplo, a taxa de juros nos EUA (Prime-rate) passou de 6% para 20,2%, retornando aos 6% somente em 1992, o que possibilitou aos mesmos países capitalistas avançados aumentar de 50% para 75% a recepção dos fluxos de capitais mundiais.

Outra modificação significativa nos investimentos deveu-se à inovação na antiga relação entre as empresas matrizes e filiais industriais para a mais recente definida pelas corporações transnacionais que passaram a operar cada vez mais na forma de rede. A concentração patrimonial para o controle da produção e distribuição fragmentada em várias partes do mundo esvaziou o objetivo da empresa internacionalizada de produzir para o mercado interno local frente à emergência da indústria de dimensão global assentada nas economias submetidas à abertura financeira, produtiva e comercial (GLATTFELDER, 2013; MILBERG; WINKLER, 2013).

Ademais, pelo curso da Terceira Revolução Industrial, a manufatura terminou se modificando substancialmente, com a introdução do paradigma da produção enxuta e da automação flexível, cuja organização do trabalho tornou-se cada vez mais terceirizado (*outsourcing*). Também cresceu significativamente a participação do complexo da microeletrônica, mecatrônico, novos materiais,

nanotecnologia e de comunicação e informação na estrutura industrial (COUTINHO, 1992; PORTER, 1986).

Diante de tantas alterações concentradas no quadro produtivo, comercial, laboral e financeiro internacional que se encontrava sob o questionamento da hegemonia estadunidense, o Brasil buscou estabelecer um grande bloco de investimentos de caráter anticíclico. Isso porque após cinco anos de forte crescimento econômico sustentado pela indústria de bens de consumo duráveis e por investimentos públicos, o governo militar lançou em 1974 o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Ao invés do ajuste recessivo adotado na maior parte das economias, o Brasil se propôs a fugir para frente, com ousada programação de investimentos concentrados na indústria de bens de capital e de insumos básicos e financiados com recursos externos. Em alternativa à ortodoxia imposta em países da região como Chile e Argentina que levou imediatamente à desindustrialização precocemente, o II PND consagrou importante reversão cíclica que fortaleceu ainda mais a industrialização tardia.

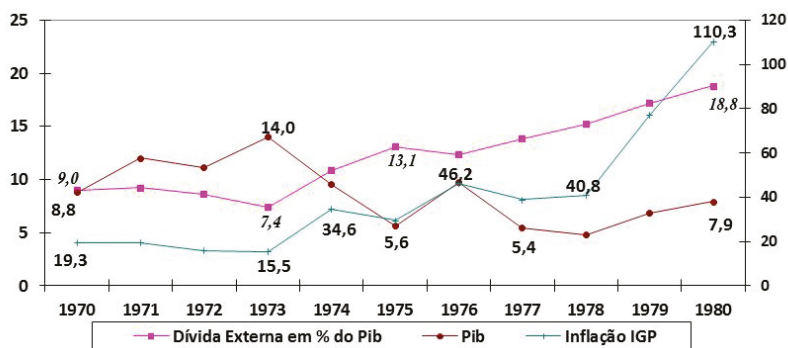
Mas ao contrário de outras economias que seguiram no mesmo sentido, como a Coréia do Sul, o Brasil buscou ampliar parcela complementar e substitutiva das importações nos insumos básicos, petróleo e bens de capital atrelados ao velho padrão tecnológico da segunda Revolução Industrial. A Coréia do Sul, por exemplo, estabeleceu tanto no seu terceiro (1972 – 1976) como quarto (1977 – 1981) plano quinquenal de desenvolvimento econômico a descentralização geográfica da planta industrial orientada para exportação através dos conglomerados empresariais (*Chaebols*) e o fortalecimento das indústrias de alta tecnologia e com maior qualificação da mão de obra (máquinas ferramentas, eletrônicos, entre outras).

A estratégia do regime militar brasileiro era mais simplista, pois acreditava ser possível completar o ciclo da industrialização tardia, por meio da substituição das importações por produção local. Mesmo que obtivesse o êxito inicialmente almejado, o II PND não superaria as dependências tecnológica e financeira com o exterior, o que terminou por se agravar ainda mais com o avanço da Terceira Revolução Industrial (LESSA, 1978; CARNEIRO, 2002; CASTRO; SOUZA, 1985).

Após ter expandido 11,1% como média anual no período de 1968 a 1973, a economia brasileira cresceu em média 7,1% entre 1974 e 1980. Apesar do II PND, o ritmo de expansão do PIB brasileiro desacelerou 36% entre os dois períodos de tempo, enquanto a economia mundial diminuiu em 38% a taxa de crescimento econômico, uma vez que passou de 5,3% em 1968-73 para 3,2% em 1974-80.

Também o II PND não se mostrou suficiente para evitar que o primeiro choque externo do petróleo e das *commodities* em 1973 se refletisse sobre o nível do custo de vida dos brasileiros. Entre os anos de 1974 e 1980, por exemplo, a taxa média anual de inflação foi de 51,8% ante 19,5% entre 1968-73.

Da mesma forma, o esforço governamental para ampliar a capacidade energética do país por meio de mais investimentos na Petrobrás e novas fontes de energia (Proálcool e energia nuclear) e aumentar as exportações não evitou a ampliação dos déficits na balança comercial. No período do II PND (1974-79), as importações cresceram 192% e as exportações 146%, o que fez com que o superávit comercial de 7 milhões de dólares em 1973 se transformasse em déficit de US$ 2,8 bilhões de em 1979, apesar de ter sido de 4,7 bilhões de dólares em 1974.

**Gráfico 02 –** Brasil: evolução da relação da dívida externa com o Produto Interno Bruto (PIB) e da variação do PIB e da taxa de inflação (IGP) em anos selecionados (em %)

Fonte: IBGE e BACEN (elaboração própria).

O uso de empréstimos externos para financiar parcela importante do II PND terminou impactando a dívida externa, que pulou de 7,4% do PIB em 1973 para 17,2% em 1979. Também repercutiu sobre o pagamento dos serviços do endividamento externo que aumentou de 514 milhões de dólares para US$ 4,2 bilhões entre 1973 e 1979.

As debilidades do regime militar no estabelecimento de uma política anticíclica eficaz através do II PND estiveram associadas, em grande medida, à fragmentação e *apequenamento* das empresas privadas nacionais em assumir maior protagonismo no ciclo da industrialização, ao contrário dos conglomerados sul-coreanos. Também acresce a posição da grande empresa estrangeira em se ajustar mais aos interesses definidos preliminarmente pela firma matriz do que a indução da política econômica local.

A reorganização do setor produtivo estatal e o avanço dos investimentos públicos foram importantes, todavia voltados a construir pontes com a industrialização do passado e não com o futuro evidenciado pela emergência da terceira Revolução Industrial. Na sequência,

a utilização de empréstimos externos para financiar o reforço industrial substitutivo de importação apontou equívocos diante do gigantismo do endividamento externo e das dificuldades do setor produtivo orientado para as exportações.

Diante disso merece atenção o fato de que o II PND foi efetivo em apenas dois anos (1974-76) uma vez que a partir de 1977 sofreu os efeitos decorrentes da adoção de uma política econômica contracionista. Adicionado à saída de Severo Gomes, ministro da Indústria e Comércio do Governo Geisel, coincide o conjunto de críticas empresariais ainda que tímidas em relação à atuação do Estado.

Em alguma medida, a própria imprensa, ainda que censurada, explorou o sentido estatizante do II PND, como revelou a revista *Visão* e o jornal *Estado de São Paulo* a partir da segunda metade da década de 1970. Inicialmente, a insatisfação em relação à denominada excessiva intervenção estatal, para na sequência reclamar do protagonismo das empresas estatais.

Tem início, assim, a *Campanha Antiestatização* impulsionada por parcela de empresários do setor financeiro e comercial e da mídia liberal, sem contar, contudo, com vozes destoantes no meio industrial. A defesa de autonomia empresarial frente à maior centralização do Estado ganhou destaque midiático, embora a insatisfação mais ampla decorresse da desaceleração econômica interna e externa e do ambiente de autoritarismo (CRUZ, 1995; DINIZ; LIMA, 1987; BRESSER PEREIRA, 1981; MELLO; BELLUZZO, 1983).

Mesmo assim torna-se insustentável imaginar que houvesse um pensamento empresarial convergente, sem considerar os diferentes setores de atividades, regiões do país, origem do capital, tamanho do estabelecimento, entre outros. O emblema da antiestatização enquanto campanha pouco mobilizou o conjunto do empresariado, não

obstante a rigidez do regime militar na determinação (Conselho Interministerial de Preços - CIP) e monitoramento dos preços (Superintendência Nacional de Abastecimento – Sunab) e no uso das 254 empresas estatais, sendo 121 (48%) delas foram constituídas somente na década de 1970 (RODRIGUES, 1990).

A defesa da desestatização na economia brasileira encontrou obstáculos às várias benesses do Estado, como a reserva de mercado nas compras públicas às empresas privadas nacionais e aos subsídios, isenções fiscais e creditícios. O sentimento empresarial de ambiguidade em relação ao Estado ocorria frente à presença de bancos públicos como o BNDE que era fundamental para o financiamento da industrialização.

O pragmatismo da burguesia industrial parece inegável ao perceber que diante das mudanças na economia mundial na década de 1970, a ação do Estado por meio do II PND atingia esferas necessárias e complementares da economia, sem competir com os seus interesses. Não houve revisão liberal dos industriais, ainda que as críticas ao estatismo coincidissem com o autoritarismo militar na fixação de preços e no engessamento das decisões de mercado.

Mas concomitante com setores progressistas e liberais-democráticos da sociedade brasileira, o ano de 1977 demarcou uma nova movimentação de parte do empresariado, reivindicando o fim do regime de exceção. Adiciona-se a isso, o apoio a Conferência dos Bispos do Brasil e a recuperação dos movimentos estudantil, sindical e de habitação popular.

## A submissão do ajuste exportador à crise da dívida externa na transição democrática da década de 1980

Durante o ciclo da industrialização nacional ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil registrou uma das maiores taxas de expansão econômica do mundo. A partir dos anos de 1980, contudo, a trajetória de semiestagnação da renda *per capita* passou a predominar, esvaziando o eixo de expansão do capital industrial e sua capacidade de subordinar as demais frações das forças produtivas.

Por conta disso, interessa compreender o que teria acontecido, especialmente na década de 1980, que levou à inflexão no projeto de industrialização nacional. Não obstante um conjunto de políticas econômicas de ajuste implementadas desse então, o país jamais conseguiu retomar sustentadamente ao processo de acumulação de capital comparável ao período imediatamente anterior.

Ao aceitar subordinadamente a proposição de "reformas estruturais" estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional, a economia nacional se afastou da necessária transformação tecnológica, distanciando-se da condição de soberania para se integrar à nova reconfiguração capitalista demarcada pela globalização financeira. A contraposição com o leste asiático tornou-se inexorável por ajudar a entender o porquê das respostas dos diversos governos brasileiros indicarem equívocos ao enfrentamento da desindustrialização nacional.

Nesse sentido, a crise da dívida externa, bem como a resposta gerada pelo ajuste exportador logo no início da década de 1980, concentram as razões principais para o descompromisso com o ciclo da industrialização nacional. A Coréia do Sul, que registrou em 1983, por

exemplo, uma dívida externa equivalente a 53,6% do seu Produto Interno Bruto, conseguiu manter sem interrupção o seu projeto de industrialização nacional, ao contrário do Brasil que na época (29,5% do PIB) tinha uma das menores relações dívida externa/PIB (CRUZ, 1999; BELLUZZO; ALMEIDA, 2002; AGHEVLI; MÁRQUEZ-DUARTE, 1995).

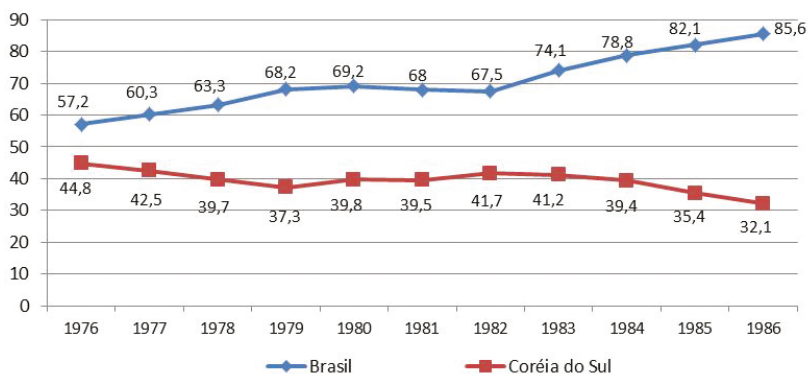
Diante do colapso no padrão de financiamento externo das economias nacionais, a capacidade de investimento e coordenação do Estado foi estrangulada no Brasil, mas não na Coréia do Sul que conseguiu, por exemplo, manter em novas bases o esquema anterior de financiamento estrangeiro. Isso tem a ver com distintos encaminhamentos governamentais em relação à crise da dívida externa no início dos anos de 1980.

Por optar pela estatização da dívida externa, o Brasil comprometeu sensivelmente a capacidade de intervenção do Estado, ao contrário da experiência da Coréia do Sul que privatizou o endividamento externo e manteve intensa ação estatal de apoio ao setor privado orientado à superação do débito internacional. Apesar de ter 4/5 de sua dívida externa garantida pelo governo, a maior parcela dela foi assumida pelo setor privado, especialmente os grandes complexos econômicos (Chaebols) que participaram da privatização dos bancos endividados entre 1981 e 1983.

Em 1986, por exemplo, menos de 1/3 do estoque da dívida externa estava sob a responsabilidade do setor público coreano, enquanto em 1976 atingia a quase 45% do total. Em dez anos (1976 – 86), a participação do Estado no estoque da dívida externa foi reduzida em 28,3%.

No mesmo período de tempo, o setor público brasileiro aumentou a sua participação relativa na dívida externa total em 49,6%. Isso porque o Estado, que respondia por menos de 58% do total do endividamento externo em 1976, elevou a sua participação relativa para

85,6% em 1986. Se considerado o ano de 1989, por exemplo, a parte do Estado no total da dívida externa era de 90,1%, ao passo que em 1972 mal alcançava ¼ do total do endividamento do exterior.

**Gráfico 03 –** Evolução da participação do setor público no total da dívida externa no Brasil e na Coréia do Sul em anos selecionados (em %)

Fonte: BACEN; BIRD (elaboração própria).

Além disso, a Coréia aproveitou-se da crise da dívida externa para realizar uma importante reforma financeira. Concomitante com a privatização bancária houve a ampliação na quantidade de bancos de dimensão nacional em parceria com o capital estrangeiro e liberação financeira para instituições não bancárias, o que melhorou a intermediação financeira sem desqualificar o Estado enquanto emprestador em última instância.

Por estar na órbita de influência do Japão, a economia sul-coreana encontrou alternativa viável à restrição externa proveniente dos bancos estadunidenses e europeus. Diante de novas fontes de financiamento externo, a Coreia conseguiu dar sequência à sua industrialização, diferentemente do Brasil que se manteve submetido à influência restritiva dos bancos nos Estados Unidos e na Europa.

Assim, a economia brasileira permaneceu por uma década sem acesso a novos recursos externos não voluntários. Somente por meio de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que entraram recursos externos no Brasil, mesmo assim para atender aos compromissos do endividamento e em respostas às cartas de intensão assumidas pelo país e que mantinham a economia nacional em ambiente de semiestagnação.

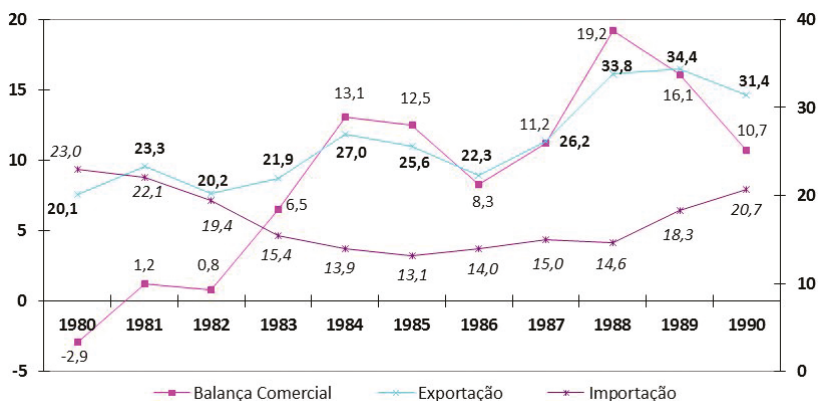
Com a adoção do programa de ajuste exportador conduzido pelo FMI, o Brasil produziu a sua primeira recessão econômica desde 1929 com a perspectiva de reorganizar a economia em novas bases. Para isso, o último governo militar (1980-85) esperava reorientar o sistema produtivo para o mercado externo, produzindo saldo comercial estrutural a serviço do pagamento da dívida externa.

O choque exportador provocou não apenas a reorientação profunda da política econômica, como consequências extremamente desfavoráveis ao país. De um lado, o mercado interno terminou sendo substituído pelo mercado externo enquanto fonte do dinamismo econômico nacional.

Mas muito mais que aumentar as exportações, que registraram acréscimo de 27,4% entre 1980 e 1985, assistiu-se justamente à considerável queda das importações em 43% no mesmo período de tempo. Com isso, o saldo comercial produzido pelas políticas de ajuste do FMI para o pagamento dos serviços da dívida externa contribuiu para tornar a economia brasileira numa das mais fechadas do mundo.

Ao final da década de 1980, por exemplo, o coeficiente de importação equivalia a apenas 4% do PIB. Como resultado, o Brasil distanciou-se do processo de modernização e inovação em curso nas economias capitalistas avançadas, tendo de conviver internamente com

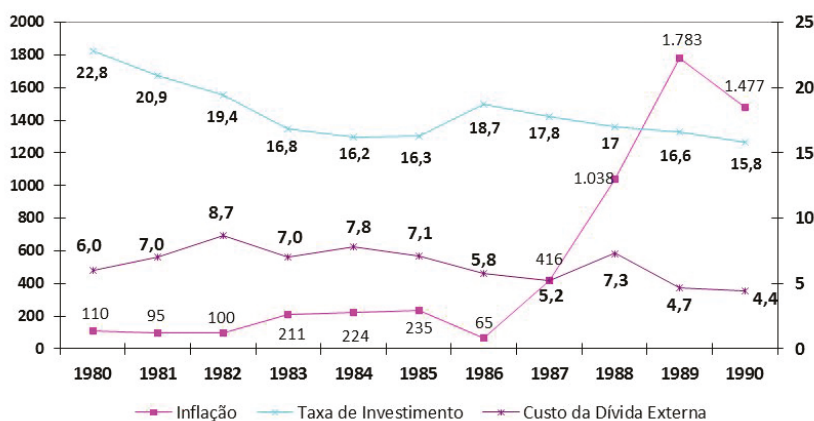
elevadas margens de lucros impostas por empresas sem maior competição externa e afastadas do salto da terceira Revolução Industrial.

**Gráfico 04 –** Brasil: evolução do saldo da balança comercial, das exportações e das importações em anos selecionados (em US$ bilhões)

Fonte: IBGE e BACEN (elaboração própria).

De outro lado, a espiral descendente a que foi submetida o país diante das consequências das equivocadas políticas de estatização da dívida externa e de choque exportador em prol do pagamento dos serviços do endividamento exterior. A desmobilização do Estado desenvolvimentista transcorreu diante do desajuste nas contas públicas deixado pelo final do governo militar e demais efeitos inflacionários e descontroles gerais da economia brasileira.

Mesmo com a ascensão indireta do primeiro governo civil entre 1985 e 1990, a economia brasileira não retornou ao crescimento econômico sustentado, tendo permanecido submissa à restrição externa de recursos internacionais e ao pagamento dos serviços do endividamento com o exterior. Enquanto a economia nacional variou em média 2,3% ao ano entre 1981 e 1987, a Coreia do Sul teve o seu PIB

aumentado em 8,8% ao ano em média no mesmo período de tempo. Entre 1971 e 1980, o Brasil registrou crescimento médio anual do PIB de 8,7% e a Coreia do Sul de 8,3%.

**Gráfico 05 –** Brasil: evolução da relação do investimento e do custo da dívida externa com o Produto Interno Bruto (PIB) e das taxas de inflação em anos selecionados (em %)

Fonte: IBGE e BACEN (elaboração própria).

O comportamento desestimulante dos investimentos foi outra consequência negativa do abandono do projeto de industrialização nacional. Entre 1980 e 1990, por exemplo, a taxa de investimento caiu 31%, ao passo que o pagamento dos serviços da dívida externa representou 6,7% do PIB em media ao ano, feito por transferências ao exterior.

Ainda no âmbito das consequências negativas das políticas de ajuste exportador, cumpre mencionar o problema da inflação. A internalização dos custos de estimular as exportações e contrair as importações, por meio da desvalorização cambial e uma diversidade de benefícios aos exportadores, a taxa de inflação saltou de 110% no ano

de 1980 para 1.783% em 1989. No mesmo período de tempo, a inflação na Coreia do Sul declinou de 28,7% para 5,1% ao ano.

Resumidamente, constata-se como a crise da dívida externa e as mudanças introduzidas na política econômica ao longo da década de 1980 levaram o Brasil a uma significativa recessão e ao grave problema das altas taxa de inflação, o que o retirou da trajetória anterior da industrialização estimulada pela expansão do seu mercado interno.

De parte da Coréia do Sul que conviveu com a mesma crise da dívida externa, as respostas governamentais foram noutro sentido. Ao privatizar a dívida e desviar-se do receituário do FMI, registrou leve e pontual recessão superada por importantes medidas governamentais de ampliação da estrutura produtiva conduzida pelo capital industrial.

Mas no Brasil, o destampar da nova marcha de semiestagnação da renda *per capita*, foi espremido por críticas ao Estado desenvolvimentista, mesmo que pontuais e em alguns segmentos empresariais. O uso das empresas estatais a serviço do ajuste exportador deslocou o compromisso maior com a rentabilidade, assim com o papel do BNDES que atuava como uma espécie de pronto socorro das empresas falidas.

Também ganhou expressão a prevalência dos subsídios e demais privilégios financiados com recursos públicos que por se manter além do prazo conveniente, mostrou-se pouco eficiente no longo prazo. Ainda que favorável aos subsídios e proteção à empresa, uma parcela dos empresários reconhecia que a sua generalização deixava de ser eficaz, assim como a proteção a setores que não o seu, poderia promover déficit público e inflação.

Neste sentido, a manifestação crítica ao Estado desenvolvimentista assumiu mais rapidamente a defesa da menor burocracia e privatização de empresas estatais no contexto de crise da dívida externa e disputa

cada vez mais acirrada por benefícios públicos por parte do setor privado. Ao mesmo tempo, o autoritarismo do governo militar e suas práticas casuísticas e assistências foi engrossando o caldo empresarial em favor da retomada do regime democrático e enxugamento estatal.

A instalação do governo da Nova República entre 1985 e 1990 representou mudanças importantes na atuação estatal, embora insuficientes para retirar a economia das condições gerais herdadas da ditadura militar. Os vários planos de estabilização econômica fracassaram, assim como a semiestagnação seguiu intocável, sendo as exportações e a especulação financeira em torno do endividamento do Estado, as melhores possibilidades de ganhos econômicos dos empresários.

O êxito político da Constituição Federal de 1988 configurou as bases do regime democrático brasileiro, sem que houvesse a recuperação sustentada do crescimento econômico. Os avanços dos direitos sociais cobraram do Estado a reorganização e a ampliação dos recursos no interior do fundo público, o que fortaleceu de imediato a reação convergente do pensamento liberal autoritário e democrata anteriormente separado no regime militar.

## A subordinação da estabilidade monetária à inserção passiva na globalização financeira da década de 1990

A guinada neoliberal nos anos de 1990 foi provocada ao final do governo da Nova República, quando a equipe econômica do presidente Sarney expressou publicamente que o país se tornara ingovernável com a aprovação da nova Constituição Federal em 1988. A inscrição constitucional de avanços nos direitos sociais, na descentralização do

Estado e na democratização da participação nas políticas públicas colocou em xeque a herança da ditadura militar de exclusão social, centralização estatal e autoritarismo governamental.

Ao mesmo tempo ficou exposta à necessidade de fazer com que o Estado funcionasse mais efetiva e eficientemente no cumprimento de objetivos da regulação, política industrial, seguridade social e do bem-estar em geral. Isso seria tarefa fundamental para uma reforma estatal, posto que os mercados não substituiriam o papel do Estado e vice versa, conforme destacou o documento Esperança e Mudança do PMDB contendo as proposições reformistas para o ciclo político da Nova República.

O que se notou, contudo, foi a emergência da contestação liberal-conservadora que incorporou a defesa das políticas do Consenso de Washington, visando o Estado mínimo e não intervencionista. Nesta perspectiva tornou-se subentendido que os mercados eram melhores que os governos, o que exigia, por consequência, a redução do Estado para o fortalecimento da iniciativa privada, confundindo propositadamente a intervenção pública com autoritarismo.

Como a agenda de fazer com que o Estado funcionasse mais efetiva e eficientemente não fez parte da campanha eleitoral vitoriosa do presidente Fernando Collor de Mello em 1989, ademais de ser muito complicada, passou a vigorar a tarefa de reduzir o tamanho do setor público. A partir daí, o sentido da desconstituição do Estado desenvolvimentista e a liberalização da economia à globalização financeira passou a ser perseguida continuamente, sobretudo entre os anos de 1990 e 2002.

Nesse sentido que o Consenso de Washington se tornou funcional ao primeiro governo brasileiro eleito democraticamente após a Ditadura Militar, uma vez que perseguiu o conjunto simplificado das dez medidas

orientadoras da política econômica (disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, determinação dos juros pelo mercado, taxa de câmbio dependente igualmente do mercado, liberalização do comércio externo, eliminação das restrições ao investimento direto externo, privatização das empresas estatais, desregulamentação da legislação econômica e do trabalho e regulação da propriedade intelectual). Esse receituário terminou sendo em geral aplicado indistintamente em vários países do mundo, independentemente de serem recomendações práticas mais associadas às economias de capitalismo avançado.

De maneira geral, os países capitalistas de industrialização tardia possuíam governos com mais capital e qualidade de recursos humanos que o setor privado, detendo, por isso mesmo, capacidade superior de ativação das forças dos mercados, como por exemplo, elevar a eficiência e competitividade por meio de políticas públicas. Diante de uma década de experiência do ajuste exportador orientado pelo FMI, o Brasil entrou nos anos de 1990 com restrição significativa à importação e contido estímulo à eficiência e modernização do padrão de competitividade dos mercados.

Em função disso que, naquela oportunidade, o estímulo à competição nos mercados através de políticas públicas adequadas, ao invés da simples adoção de medidas voltadas à redução do papel do Estado e à privatização do setor público estatal, reunia grande importância. A China, por exemplo, que não adotou o Consenso de Washington na plenitude conseguiu ampliar consideravelmente a abrangência e modernização da competição sem privatizar estatais, cujos resultados alcançados se mostraram superiores aos dos países de governos neoliberais.

Enquanto uma parte importante da economia brasileira foi privatizada, os avanços no padrão de competitividade foram pouco relevantes, o que levou à contenção da produção industrial frente à

abertura comercial e financeira sem critérios adequados. O contraste entre China e Brasil em relação à economia política da privatização e da competição novamente se impôs.

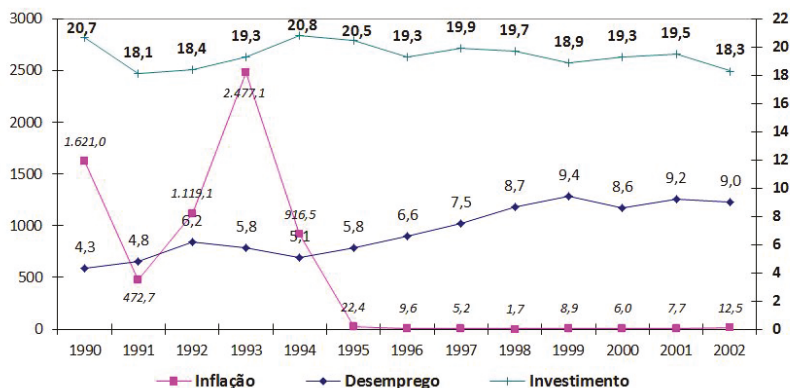
De um lado porque a privatização de antigos monopólios públicos gerou preços finais com elevadas margens de lucro, assim como problemas de corrupção, regulação, entre outros. De outro, a política pública favorável à competição dos mercados gerou o encolhimento de vários setores produtivos e maior internacionalização da economia.

Mas a crença predominante no Brasil foi a de que seria suficiente o governo reduzir o grau de intervenção para que imediata e naturalmente os mercados gerassem o crescimento econômico com alocação eficiente dos recurso disponíveis. O resultado colhido foi diferente, uma vez que as proposições do Consenso de Washington, quando não equivocadas, apresentaram-se incompletas e contraditórias entre si.

Para que os mercados voltassem a funcionar satisfatoriamente não bastaria alcançar a estabilidade monetária, sem a regulação financeira eficiente e políticas adequadas de estímulo à competição, à incorporação tecnologia, ao investimento, entre outras que não ocorreriam naturalmente. A busca do desenvolvimento deveria incluir medidas ausentes do receituário neoliberal, conforme a experiência asiática recente.

O que se verificou foi a queda importante na inflação a partir de 1994, sem que a taxa de investimentos aumentasse. Pelo contrário, os investimentos como proporção do Produto Interno Bruto decresceram na década de 1990.

Em contrapartida, assistiu-se ao incremento considerável do desemprego da força de trabalho. Entre 1990 e 2000, a taxa nacional de desemprego foi multiplicada por duas vezes, pois passou de 4,3% para 8,6% do total da População Economicamente Ativa.

**Gráfico 06 –** Brasil: evolução das taxas de investimento, de desemprego e da inflação em anos selecionados (em %)

Fonte: IBGE e Bacen (elaboração própria).

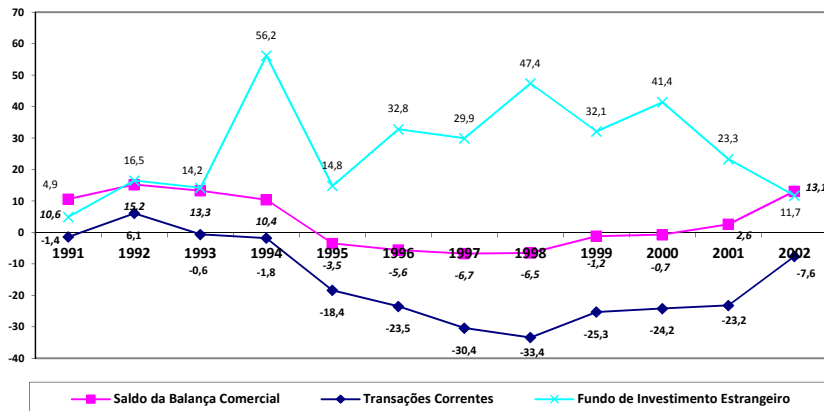
Diferentemente do Brasil, a China partiu do pressuposto de que cada país possui desafios distintos, incapazes de serem tratados por receituários padronizados como o estabelecido pelo Consenso de Washington. Assim, todo o esforço governamental pela estabilização econômica não deveria se distanciar da constante busca pela inovação, o que permitiu manter o curso da industrialização nacional. Entre 1990 e 2002, por exemplo, a expansão média anual do PIB chinês foi de 9,3%, enquanto o do Brasil foi de 1,9% ao ano.

Sem conseguir elevação da capacidade interna de produção, a política governamental brasileira tratou de estimular as importações para além das exportações. Assim, diante da ampliação efetiva da oferta de bens e serviços na economia brasileira, a estabilidade no nível de preços foi garantida a partir da segunda metade da década de 1990.

Neste sentido, a abertura comercial foi realizada concomitante com diminuição das tarifas alfandegárias e valorização cambial. Por conta do rápido crescimento das importações acima das exportações, o país passou a registrar déficits na balança comercial entre 1995 e 2000.

Em contrapartida a esta opção governamental de liberalização comercial e financeira, a conta corrente do balanço de pagamentos voltou a manifestar significativo déficit, cada vez mais dependente da entrada do capital externo. Entre os anos de 1991 e 2002, por exemplo, a conta corrente do balanço de pagamentos acumulou déficit de 184 bilhões de dólares.

O desequilíbrio nas transações correntes do balanço de pagamento expandiu-se em virtude dos déficits externos na balança de serviços e de comércio, sobretudo com a implantação do Plano Real. Em 1994, por exemplo, o déficit na conta corrente foi de 1,8 bilhão de dólares, ao passo que, em 1998, alcançou US$ 33,4 bilhões e, em 2002, de 7,6 bilhões de dólares.

**Gráfico 07 –** Brasil: evolução do saldo da Balança Comercial, da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos e do Fundo de Investimento Estrangeiro* em anos selecionados (em US$ bilhões)

* Soma do Investimento Direto do Externo e em Portfolio.

Fonte: IBGE e Bacen (elaboração própria).

A conta de serviços do balanço de pagamentos cresceu mais por conta das rendas transferidas para o exterior, como remessas de lucros e pagamentos de juros sobre a dívida e o capital especulativo

(portfólio). Sem acumular reservas externas, os governos neoliberais buscaram estimular o ingresso de capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamentos do país, o que tornou a estabilização monetária subordinada à globalização mais financeira do que comercial.

De um lado, a necessidade recorrente de atrair investimentos diretos externos por meio de privatizações das empresas estatais e de subsídios e incentivos tributários (guerra fiscal) para a instalação de novas empresas estrangeiras. De outro lado, a utilização de altas taxas reais de juros como incentivo à atração de capital externo, sobretudo o especulativo (portfolio).

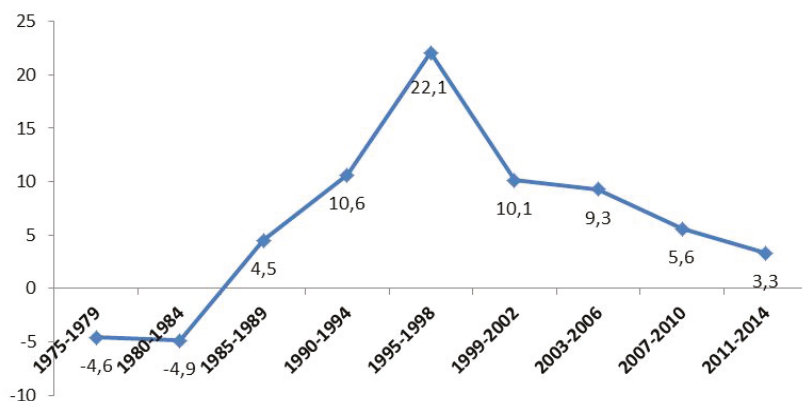
Neste sentido que se percebe a ascensão da taxa real de juros patrocinada pelo Banco Central do Brasil. Durante os governos autoritários, a taxa básica real média anual de juros era negativa, ou seja, abaixo da inflação, ao contrário do que passou a valer especialmente a partir do Plano Real.

Desde a transição para o regime democrático que a taxa de juros se apresentou sempre acima da inflação, o que significou a transferência de renda do setor produtivo para os ativos financeiros. Em outras palavras, o processo de financeirização de riqueza passou a gradualmente substituir o poder do capital industrial de subordinar as demais frações das forças produtivas.

Os governos neoliberais da década de 1990 foram aqueles que patrocinaram as maiores taxas de juros reais. Entre 1995 e 1998, por exemplo, os juros básicos reais médios foram de 22,1% ao ano, o que se mostrou imbatível frente às expectativas de lucratividade em qualquer atividade econômica legal.

Uma segunda consequência desfavorável do uso recorrente de política monetária restritiva para manter elevada a taxa de juros reais

no Brasil e assim atrair o ingresso de recursos externos foi a valorização cambial. Com a liberalização da conta de capitais, o ingresso e saída de recursos do país passaram a depender do diferencial da taxa de juros interna em relação à praticada no exterior.

**Gráfico 08 –** Brasil: evolução da taxa básica real média anual de juros em períodos selecionados (em %)

Fonte: IBGE e BACEN (elaboração própria).

Com juros reais elevados, a atração de capitais estrangeiros tornou-se positiva, sobretudo daquela parte mais especulativa, o que produziu valorização da moeda nacional em relação ao dólar, por exemplo. E quanto maior a valorização cambial, maior o incentivo à aquisição de bens e serviços importados.

Assim, assistiu-se a crescente substituição de mercadorias produzidas no Brasil por importados, sobretudo no setor industrial. A desindustrialização acentuou-se nos anos de 1990 devido à valorização cambial e às altas taxas de juros que desmotivaram continuamente a produção interna.

Por fim, o terceiro efeito negativo da alta taxa de juros praticada no Brasil concentrou-se nas finanças do setor público. Diante do

estoque da dívida pública, a manutenção da alta taxa real de juros aumentou o custo do seu financiamento pelo governo por meio da maior parte das despesas públicas comprometidas com os gastos financeiros.

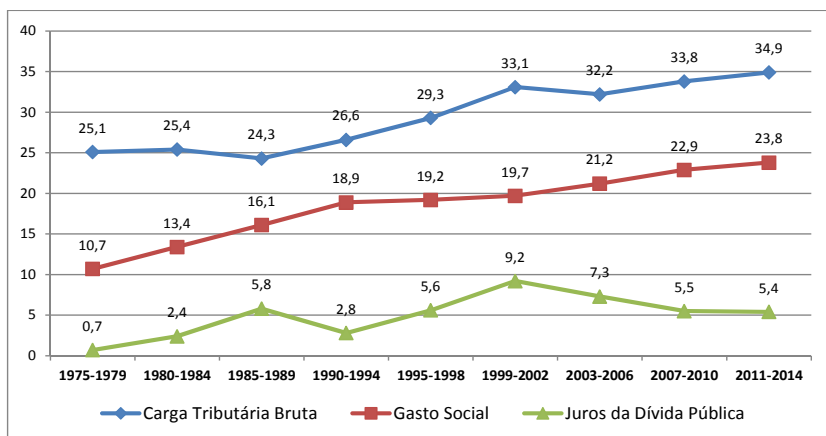
Na segunda metade da década de 1990, por exemplo, o Brasil comprometeu com o pagamento dos juros sobre a dívida pública, quantidade de recursos orçamentários equivalente a quase 7% do Produto Interno Bruto. Essa referência foi 2,4 vezes superior ao registrado antes da implantação do Plano Real.

Pela elevação das despesas públicas financeiras, bem como na área social por força da Constituição Federal de 1988, houve aumento considerável na tributação em geral, mais especialmente nos impostos indiretos que atingiram proporcionalmente os mais os pobres. Dessa forma, a Carga Tributária Bruta cresceu quase dez pontos percentuais em relação ao PIB entre o período de 1985 - 1989 e de 1999 – 2002, pois passou de 24,2% para 33,1% do PIB no mesmo período de tempo.

Apesar do apoio dos governos neoliberais no Brasil ao longo da década de 1990, constatado por três vitórias eleitorais sucessivas (1989, 1994 e 1998), os resultados econômicos e sociais não foram positivos, sobretudo em relação à luta pela superação da condição de subdesenvolvimento. A desindustrialização avançou ao mesmo tempo em que vários países da Ásia do Leste conseguiram concentrar a produção manufatureira do mundo, sem adotar o receituário do Consenso de Washington.

O papel do Estado naqueles países tem sido estratégico para o desenvolvimento econômico, especialmente para a industrialização. Por conta disso que a substituição do Estado desenvolvimentista no Brasil por políticas neoliberais desde o final dos anos de 1980 tornou-se a antítese do projeto de industrialização nacional verificado entre as décadas de 1930 e 1970.

**Gráfico 09 –** Brasil: evolução da Carga Tributária Bruta, do Gasto Social e dos Juros da Dívida pública em períodos selecionados (em % do PIB)

| | 1975-1979 | 1980-1984 | 1985-1989 | 1990-1994 | 1995-1998 | 1999-2002 | 2003-2006 | 2007-2010 | 2011-2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carga Tributária Bruta | 25,1 | 25,4 | 24,3 | 26,6 | 29,3 | 33,1 | 32,2 | 33,8 | 34,9 |
| Gasto Social | 10,7 | 13,4 | 16,1 | 18,9 | 19,2 | 19,7 | 21,2 | 22,9 | 23,8 |
| Juros da Dívida Pública | 0,7 | 2,4 | 5,8 | 2,8 | 5,6 | 9,2 | 7,3 | 5,5 | 5,4 |

Fonte: IBGE e BACEN (elaboração própria).

Pelo receituário do Consenso de Washington, a dominância financeira passou a ocupar a antiga posição de comando da dinâmica econômica representada pelo capital industrial. A subordinação das forças produtivas ao comportamento dos juros e da valorização cambial conduziu a economia brasileira ao quadro geral da desindustrialização e, por consequência, a semiestagnação da renda *per capita*.

A força do antiestatismo nos anos de 1990 expressou o movimento liberal conservador que já na transição do autoritarismo para a democracia se insurgiu contra o Estado desenvolvimentista. Guardada a devida proporção, o retorno das teses do livre-cambismo do século XIX trouxe a atualidade para o capitalismo brasileiro de dominância financeira, de desconstrução do Estado desenvolvimentista e de sua contra face, o emagrecimento da burguesia industrial no país.

## O limite do pragmatismo conciliatório da maioria política dirigente e a crise de dimensão global dos anos 2000

O discurso idealizado por de Getúlio Vargas, em 1954, cujo destaque foi: "hoje, vocês (trabalhadores) estão com o governo. Amanhã vocês serão o governo" (VARGAS, 1969) encontrou, quase quarenta anos depois, a sua expressão concreta diante da vitória de um operário metalúrgico nas eleições presidenciais de 2002. Naquele momento não significou, todavia, o avanço do socialismo conforme almejado pelo projeto original do Partido dos Trabalhadores, mas o enfrentamento da trajetória de aprofundamento do subdesenvolvimento num capitalismo permeado pela desindustrialização e semiestagnação da renda *per capita* desde a década de 1980.

De imediato, a irrupção da percepção de mudança que adviria do resultado eleitoral daquela que viria a ser a mais longa experiência de governos de centro esquerda no Brasil. Mas, na sequência, as possibilidades de intervenção concreta diante das realidades externa e interna dadas ao país conduziram à redução das expectativas em torno da combinação exitosa do crescimento econômico com justiça social.

De um lado, o quadro internacional de deslocamento do centro dinâmico para a Ásia em meio aos sinais de enfraquecimento da hegemonia estadunidense. No mesmo sentido, o predomino do papel das corporações transnacionais na condução do processo de inovação tecnológica e indução aos fluxos financeiros, comerciais e produtivos.

Esta realidade externa havia alterado significativamente o perfil dos investimentos, sobretudo aqueles anteriormente orientados à periferia do capitalismo mundial. Pela conformação da nova indústria

global e os êxitos acumulados até então pela emergência de várias economias asiáticas, as oportunidades da reindustrialização brasileira se tornavam mais complexas.

De outro lado, a herança dos governos neoliberais apontava para a inédita dominação financeira, desconstituição do Estado desenvolvimentista e enfraquecimento da burguesia industrial brasileira. Tudo isso associado ao quadro nacional já conhecido de enorme processo de exclusão social no interior da sociedade.

A passagem por mais de uma década das políticas neoliberais havia enfraquecido e fragmentado atores sociais relevantes, como partidos políticos, sindicatos e associações da sociedade civil, mantendo ainda uma verdadeira massa de marginalizados da atuação política relevante. Ademais, a base social que fundamentou da vitória eleitoral em 2002 era heterogênea e relativamente frágil.

Em virtude disso, três foram as principais possibilidades de encaminhamento governamental a partir de 2003. A primeira seria a de confronto direto com o projeto político originado da realidade liberal-conservadora, buscando reconectar-se com o programa das Reformas de Base do governo de João Goulart no início dos anos de 1960 e que havia sido interrompido pelo golpe militar em 1964. Certamente a possibilidade política mais difícil, senão a mais arriscada.

A segunda possibilidade seria a da continuidade acomodativa frente ao projeto neoliberal que se encontrava em curso desde o final dos anos de 1980. Diante dos enormes desafios colocados pela realidade, esta seria a via mais fácil, porém a mais frustrante do ponto de vista político centro-esquerda.

A terceira possibilidade foi a que terminou sendo a escolhida. Simplificadamente, o uso do pragmatismo político para avançar o

projeto de esquerda no governo a partir do exercício de conciliar simultaneamente no todo, a diversidade fragmentada da sociedade com a viabilidade dos caminhos de menor resistência. Uma verdadeira fuga para frente, cuja retomada do crescimento econômico seria essencial para viabilizar o processo político de ganha-ganha por todos, ainda que mais intenso aos mais pobres.

**Gráfico 10 –** Brasil: evolução do índice de preços dos bens primários e manufaturados (Jan/1991 = 100)

Fonte: CPB Netherlands Bureau (elaboração Fiesp).

Nesse sentido que o aparecimento do superciclo de preços dos produtos primários estimulado pela significativa demanda asiática se mostrou extremamente funcional ao curso do exercício do pragmatismo político nos anos 2000. Por um lado, a oportunidade de resolver tanto o problema da dívida externa que o país carregava por 25 anos como o de constituir um fundo com reservas em moeda externa de grande porte para estabilizar o balanço de pagamentos fragilizado desde os anos de 1980.

Assim, o Brasil assumiu a inédita condição de país credor internacional a partir de 2007, tendo a relação entre a dívida externa líquida e o PIB se tornado negativa, após alcançar o patamar de 37% em 2002. No mesmo sentido, as reservas externas saltaram de US$ 16,3 bilhões em 2002 para 374,1 bilhões em 2014.

Por outro lado, a mudança relativa nos preços internos, sobretudo nos industriais, com o avanço da oferta de produtos manufaturados advinda da China. O acirramento na competição no interior da estrutura oligopolizada da indústria global derrubou as margens de lucro de alguns segmentos das empresas no Brasil, compensada, em grande medida, pelo ativismo renovado das políticas públicas do novo governo.

Para tanto, o tripé da política econômica construído na crise do Plano Real, em 1999, terminou sendo mantido, com a prevalência do câmbio valorizado e das altas taxas de juros reais, ainda que decrescentes em relação à década anterior. Pela garantia governamental de cumprimento das metas de inflação, do superávit fiscal e do cambio flutuante, os interesses da dominância financeira permaneceram resguardados por mais tempo, sem entrar em choque direto com as políticas de ativismo de um governo com posição ideológica de centro esquerda.

O encaminhamento de uma via própria para enfrentar a urgência do aprofundamento do subdesenvolvimento gerado pela desindustrialização e estagnação da renda *per capita* passou pela reinvenção de um novo tipo de capitalismo de Estado. Três dimensões da estratégia de reconstrução do capitalismo de Estado foram exploradas simultânea e articuladamente.

A primeira dimensão inscrita nas ações de recuperação do papel estratégico do Estado para a centralidade do mercado interno na determinação da dinâmica econômica nacional. Ao contrário do preceito neoliberal, o crescimento econômico não se produziria naturalmente

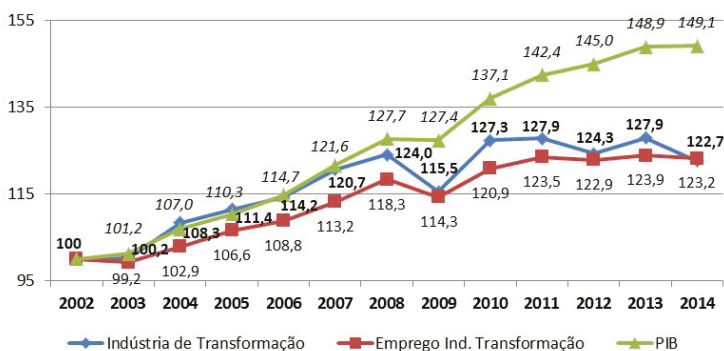
pela livre força dos mercados, tampouco numa nação de grandiosidade territorial e populacional poderia deixar à margem o comportamento do seu mercado interno aos impulsos da globalização.

Nesse sentido, a recuperação da capacidade do Estado para planejar ações de maior envergadura no médio e longo prazo, bem como coordenar um conjunto de políticas por meio dos bancos públicos federais (BNDES, BB, CEF, BND, Basa) e empresas estatais (Petrobrás, Eletrobrás, entre outras). Da mesma forma, a elevação dos investimentos públicos, sobretudo na infraestrutura e energia, indústria, construção civil e outros setores, ocorreram por meio de planos e programas (Plano de Aceleração Econômica e programas Brasil sem miséria, Minha casa, minha vida, Safra Agrícola, entre outros).

Também as concessões públicas para o setor privado nacional e estrangeiro permitiram financiar as atividades econômicas que até então se encontravam paralisadas. Diante disso, a economia brasileira expandiu ao ritmo médio anual de 3,4% entre 2003 e 2014, sendo acompanhada praticamente no mesmo ritmo pela produção industrial, ao menos até a crise de dimensão global iniciada em 2008.

Entre 2008 e 2014, por exemplo, a economia nacional cresceu 2,6% como média anual, enquanto entre 2003 e 2008, havia sido de 4,2% ao ano. No caso da indústria de transformação, o aumento médio de 3,7% ocorreu entre 2003 e 2008 ante o decréscimo de 0,3%, em média anual entre 2008 e 2014.

No caso do emprego na indústria de transformação também se verificou desempenho distinto antes e depois da crise internacional de 2008. De 2003 a 2008, o crescimento do emprego industrial aumentou 2,8% em média ao ano, enquanto entre 2008 e 2014 foi de 0,7% ao ano.

**Gráfico 11 –** Brasil: evolução dos índices de emprego na indústria de transformação, da produção indústria e do Produto Interno Bruto em anos selecionados (2001 = 100)

Fonte: IBGE e BACEN (elaboração própria).

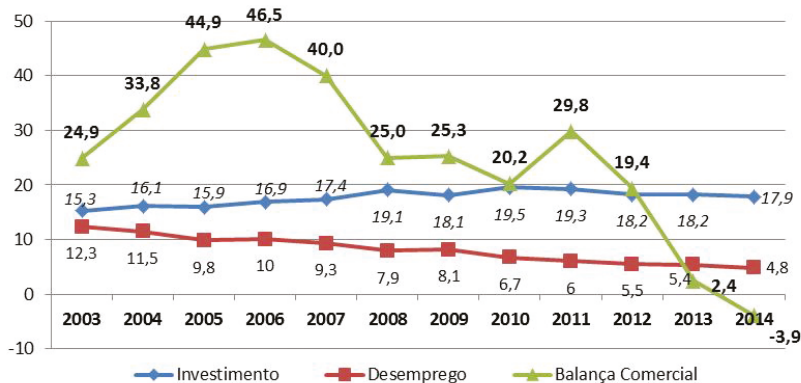
Mesmo sem a expansão industrial, a continuidade no crescimento do PIB após 2008 foi possivelmente consequência da segunda dimensão estratégica adotada de reconstrução do capitalismo de Estado no Brasil. Destaca-se fundamente o conjunto de medidas adotadas com o objetivo da inclusão social, por meio da busca do pleno emprego e da redução das desigualdades, sobretudo na renda do trabalho.

Para isso, a transformação do Estado enquanto indutor principal do movimento maior de ascensão social. O aumento considerável do salário mínimo real protegeu o piso das remunerações dos ocupados, enquanto os programas de transferência de renda alcançaram pela primeira vez a base da pirâmide social, permitindo se afastar da condição de consumidora marginal.

O resultado disso foi a ampla inclusão pelo mercado interno, ampliando as potencialidades de uma sociedade de consumo de massa. Do conjunto do gasto social, quase 2/3 passaram a ser comprometidos com as ações governamentais de transferência de renda ao conjunto da população.

No caso do consumo de bens e serviços, cuja oferta dependeu do setor privado, houve expansão acelerada, ao contrário da produção de bens e serviços públicos. Exemplo disso foi uma espécie de homogeneização do consumo de celulares, televisores, entre outros bens de consumo duráveis, ao contrário do acesso ao saneamento básico, creche e outros bens e serviços públicos.

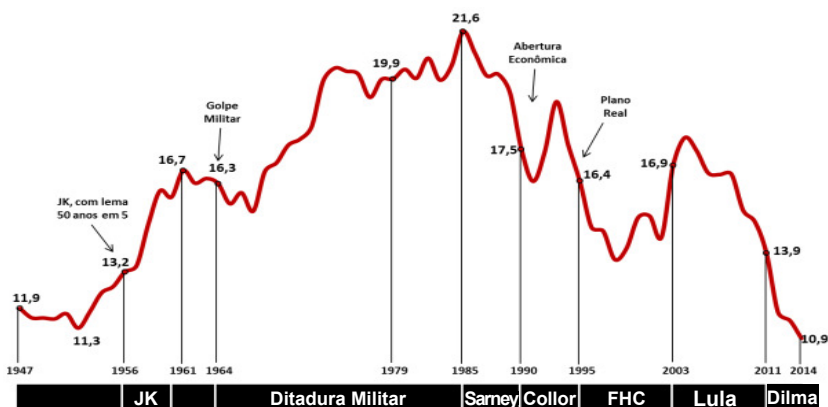
De todo o modo, a redução no desemprego seguiu contínua, sem abalo, mesmo com a crise internacional de 2008. A própria taxa de investimento da economia brasileira que cresceu 27,4% entre 2003 e 2010, decaiu 8,2% a partir de 2011, concomitante com a redução sensível do saldo na balança comercial.

**Gráfico 12 –** Brasil: evolução do saldo da balança comercial (em US$ bilhões) e das taxas (em %) de investimento e de desemprego metropolitano em anos selecionados

Fonte: IBGE e BACEN (elaboração própria).

Por fim, a terceira dimensão da estratégia de reconstituição do capitalismo de Estado adotada desde 2003 compreendeu a ação para reconverter a burguesia industrial da situação geral de subordinada à dominância financeira consagrada pelo neoliberalismo. Para fortalecer

o capital industrial, o uso das políticas governamentais de preferência ao conteúdo nacional nas compras públicas e das empresas estatais.

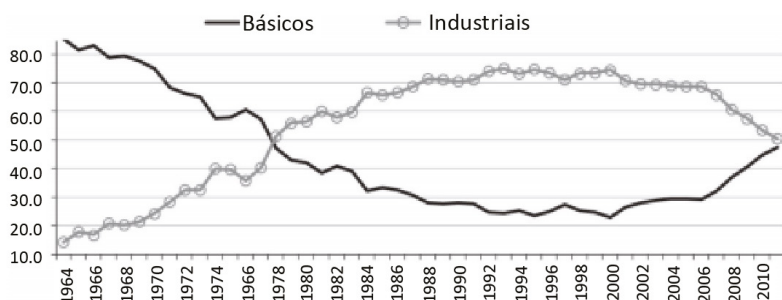
Ao mesmo tempo, o avanço na política de crédito que permitiu aumentar sua proporção em relação ao PIB de 24,7 %, em 2003, para 58,9%, em 2014. Somente o crédito ao setor industrial cresceu 108,7% no mesmo período de tempo, ao passo que no na construção civil aumentou 553,3% e 78,6% no meio rural, o que indicou o papel ativo dos bancos público no financiamento da produção agrícola, construção civil e industrial.

**Gráfico 13 –** Brasil: evolução da participação relativa da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (em %)

Fonte: Mdic (elaboração de Sarquis, 2011)

Dessa forma, as vendas elevaram-se consideravelmente, como as do complexo automotivo brasileiro que passaram de 1,5 milhão de unidades em 2003 para 3,8 milhões em 2012, reduzido levemente para 3,5 milhões em 2014. No caso das unidades habitacionais disponibilizadas por financiamento conjunto da Caixa Econômica Federal e outras fontes, constata-se a elevação significativa de 194 mil em 2002 para 1,2 milhão em 2014.

O crescimento do PIB *per capita* de 2,1% em média ao ano entre 2003 e 2014 ante à média anual de 0,6% no período de 1995 e 2002 apontou a superação do quadro anterior de semiestagnação da renda por habitante. Mas isso, todavia, não se mostrou suficiente para retirar o país da situação de desindustrialização.

Não obstante os esforços governamentais, a dominância financeira sobre as frações do capital se manteve ativa, ao mesmo tempo em que o peso relativo da indústria de transformação continuou a cair no total do PIB. Embora houvesse uma breve interrupção na primeira metade da década de 2010, assistiu-se ao esvaziamento industrial mais intenso com a manifestação da crise de dimensão global desde 2008.

**Gráfico 14 –** Brasil: evolução da composição das exportações (em %)

Fonte: MDIC (elaboração de Sarquis, 2011).

A imutabilidade do tripé da politica econômica (superávit fiscal, cambio flutuante e meta de inflação) terminou por garantir taxas de juros reais elevadas e câmbio valorizado, o que seguiu alimentando os interesses da dominância financeira. Com isso, o deslocamento da manufatura para a Ásia seguiu, com o país reprimarizando a sua pauta de exportação que passou a responder por 36% dos produtos manufaturados, em 2014, contra 54,4%, em 2003.

## Considerações gerais

O cenário de transformação interna exposto pela globalização ao Brasil revelou, em grande medida, o resultado das medidas de política econômica encaminhadas por diferentes governos desde a década de 1970. Naquela época, quando o conjunto dos investimentos representava quase ¼ do PIB, cerca de 1/3 do total encontrava-se comprometido com máquinas e bens de equipamentos de renovação do parque produtivo nacional.

Decorrido 35 anos, a taxa de investimento responde por menos de 18% do Produto Interno Bruto, sendo menos de 1/6 do total envolvido com máquinas e bens de equipamentos de renovação do parque produtivo nacional. O sentido da estagnação da renda *per capita* confirma o esvaziamento da capacidade do capital industrial subordinar as forças produtivas, deixando por consequência de ser a liderança do motor de crescimento da economia brasileira.

Um conjunto de quatro tipos de respostas equivocadas terminou sendo orientado pela sucessão de governos que desde os anos de 1970 se mostraram incapazes de vencer a força da desindustrialização no país. O governo Geisel, na segunda metade da década de 1970 refugiou-se no programa de atualização retrógrada da indústria, buscando acertadamente substituir a importação em vários setores econômicos, porém equivocando-se substancialmente ao excluir os investimentos nos segmentos produtivos da terceira Revolução industrial e abusar simultânea e generalizadamente dos empréstimos externos.

No ano de 1980, a sequência equivocada da política econômica associada ao ajuste exportador decorrente de estatização da dívida externa terminou provocando o enquadramento defensivo do setor industrial. Resumidamente, a contração dos investimentos na modernização e o atraso

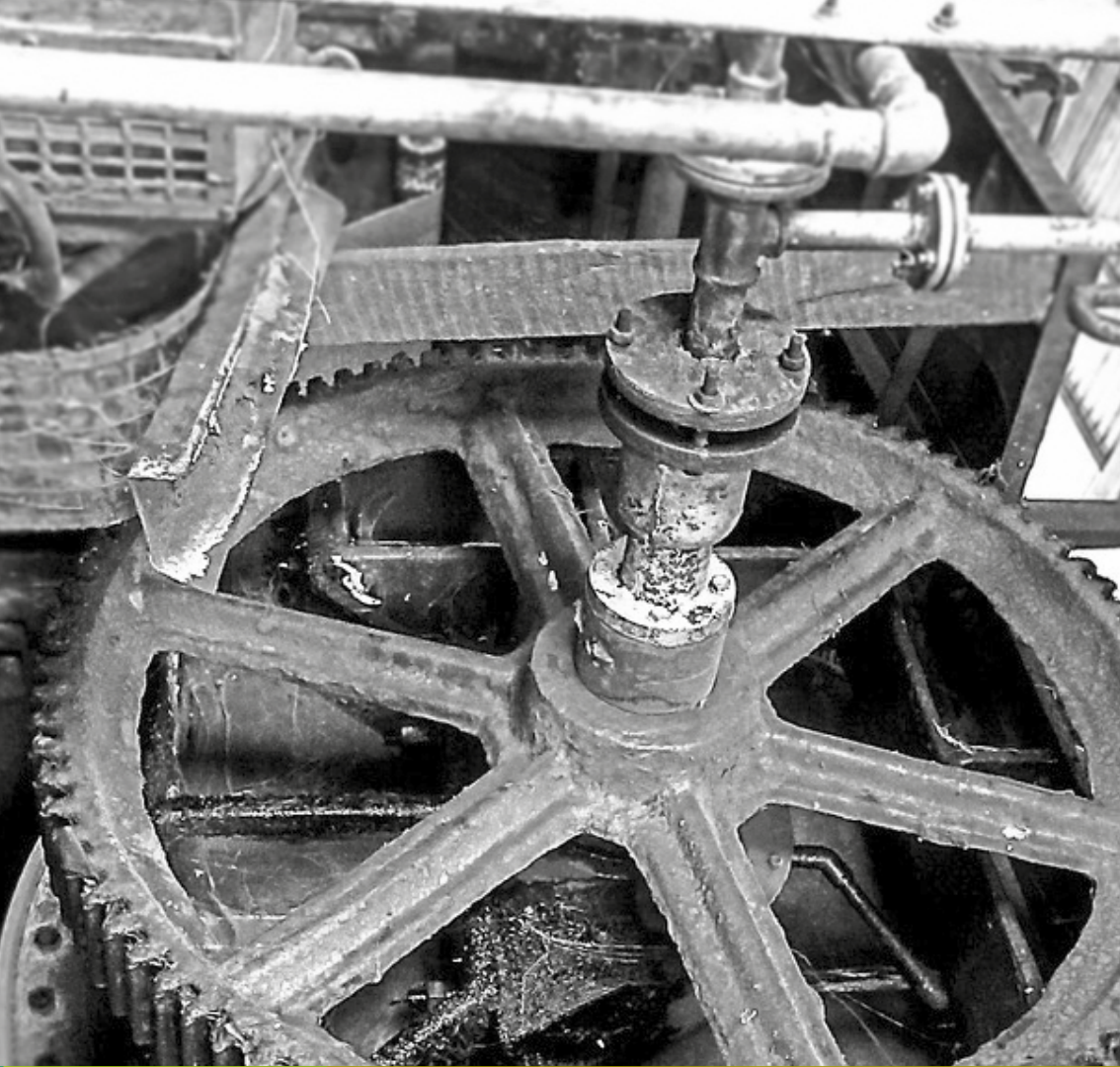
tecnológico em meio à acomodação de altas margens de lucro favorecida pelo ambiente fechado à competição externa e altas taxas de inflação.

O equívoco maior parece ter se localizado na década de 1990, com a adoção das políticas econômicas neoliberais. A brusca abertura comercial, financeira e produtiva não apenas expôs irresponsavelmente o parque industrial sem oferecer condições isonômicas de competição externa, como levou à decomposição do Estado desenvolvimentista.

As consequências se expressaram no fechamento de empresas, fusões e internacionalização do parque produtivo, sobretudo com a privatização de parcela substancial do antigo setor produtivo estatal. A racionalização e especialização dos ramos industriais foram acompanhadas pelo enfraquecimento da burguesia industrial, cada vez mais subordinada à dominância financeira.

A centralidade da estabilização monetária desde o Plano Real tornou a inserção do Brasil na globalização mais dependente de sua face financeira do que comercial. Com isso, a substituição de parcela da produção nacional por produtos importados passou a revelar a transformação da antiga burguesia industrial em comerciante e rentista.

Por fim, os anos 2000 que apresentaram a continuidade do descenso do capital industrial, sobretudo após a crise de dimensão global iniciada em 2008. O equívoco na manutenção do tripé da política econômica herdada pelo Plano Real manteve fortemente o país prisioneiro das altas taxas de juros e da valorização cambial, o que se mostrou favorável à continuidade da subordinação do capital industrial à dominância financeira.

Não obstante os avanços socioeconômicos consideráveis, o período mais recente no Brasil não se mostrou suficiente para romper com a tendência à semiestagnação, sobretudo após o início da crise de dimensão global em 2008. Na base disso, encontra-se a grave continuidade do processo de desindustrialização nacional.

# 4 Desindustrialização e promessas de modernidade capitalista

Neste início do século XXI, poucos são os governos que aceitam abertamente o diagnóstico da trajetória da desindustrialização. Tampouco consultorias de atuação nacional e internacional, bem como organismos multilaterais das Nações Unidas incorporam esse tema abertamente em seus frequentes relatórios.

A despeito disso, o movimento de subordinação do capital industrial à dominância financeira tem sido real no capitalismo atual, seja no seu centro dinâmico, seja na sua periferia enquanto sistema mundo. O deslocamento geográfico da produção manufatureira segue o seu curso, confirmando dessa maneira uma nova fronteira de expansão capitalista na Ásia.

Pela perspectiva neoliberal exposta sempre por governos de plantão em boa parte dos países, a convivência com o enxugamento da participação relativa da indústria no produto somente pode ser revertida com aposta central no determinismo tecnológico. Ou seja, a oportunidade de constituição de uma nova fase dinâmica do progresso técnico capaz de proporcionar a recuperação industrial, para além da ascensão asiática.

A aceitação do poder central das corporações transnacionais a moldar a indústria global na forma das cadeias de organização e distribuição do valor da manufatura, que deixariam de ser apenas produção e venda, incorpora-se como natural no ambiente hegemônico neoliberal. Adicionar-se-iam, assim, as métricas de capturas e formas

de criação de valor a partir de interconexões-chave na economia mundial.

Essas mudanças, todavia, estariam sendo capturadas parcial e insuficientemente por sistemas ultrapassados de estatísticas e pesquisas sobre a produção e valor da manufatura. Como no velho sistema de manufatura, o modelo atual de classificação industrial não incorpora serviços pré e pós das empresas vinculadas à cadeia de valor e que são crescentemente importantes nos modelos de negócios competitivos das firmas.

O papel dos governos voltar-se-ia a identificar e apoiar focadamente no interior das cadeias de valor, as partes industriais estabelecidas no plano local através da adoção de novas políticas públicas. O que exigiria reconhecer previamente que a produção de manufatura constitui parte de um sistema mais amplo que o anterior, cuja abordagem integrada dos governos articularia na métrica dos sistemas, a ciência, a tecnologia, a inovação e as políticas industriais.

Para tanto, a postura passiva dos governos à determinação do comércio e investimento global sobre a estrutura e desempenho da produção industrial. Isso porque prevaleceria a fragmentação da produção e distribuição no interior das cadeias de valor que são controladas monopolisticamente pelas corporações transnacionais.

Como incluem tanto terceirização de funções como o *offshoring* de componentes, os custos e qualidade de trabalho, transporte, tributação, câmbio, juros, entre outros, favorecem ainda mais o acirramento da competição entre países. No mesmo sentido, o acirramento da competição por recursos naturais, tornando seus preços mais altos e voláteis, faria mais vulnerável o conjunto das cadeias de abastecimento globais sob o efeito das mudanças climáticas.

Tudo isso resultaria na nova indústria global, mais próxima de uma espécie de economia circular, cujos produtos finais seriam reutilizados, reciclados e remanufaturados. Assim, a mudança no valor dos componentes da indústria frente à escassez de recursos e custos mais elevados de energia e eliminação de resíduos.

Como se percebe, o determinismo da tecnologia encontra função central para gerar a mudança. Em grande medida, o valor que estaria sendo criado nos próximos anos resultaria das inovações inesperadas, assim como daquelas que estão emergindo pela manufatura aditiva e integrada em produtos e redes das tecnologias de informação e comunicação, sensores, materiais avançados e robótica.

Os novos sistemas de digitalização (computação pervasive, tecnologias de software e sensores avançados) contribuem para cadeias de valor com gestão das relações com clientes, controle de processos, verificação do produto, logística, rastreabilidade dos produtos e sistemas de segurança. Da mesma forma, a fabricação do futuro incluiria locais de produção como a própria casa no campo ou na cidade, com a mudança de paradigma na relação entre o trabalho e a vida humana.

A nova era de fabricação está sendo marcada por empresas em rede que utilizam informações e análises tão habilmente como empregam talentos e máquinas para oferecer produtos e serviços a diversos mercados globais (MCKINSEY; COMPANY, 2012; DELOITTE, 2013). A condição de adaptabilidade tende a permear quase todos os aspectos da produção, da pesquisa e desenvolvimento à inovação, dos processos de produção, fornecedores e interdependências aos clientes e a manutenção de produtos e reparação.

Noutra perspectiva de natureza não liberal, o padrão de industrialização fordista liderado pelos Estados Unidos desde o final da segunda Guerra Mundial teria expressado os sinais de esgotamento

ainda na década de 1970, quando emergiram diversos movimentos críticos à ilusão do fim da História pelas sociedades urbanas e industriais. Com a irrupção das manifestações estudantis de Paris em 1968 e generalizadas para várias cidades do mundo, uma nova fase de contestações sociais, econômicas, culturais e políticas foi inaugurada no ambiente capitalista de dimensão global.

A magnitude da recusa crítica à trajetória do capitalismo industrial, especialmente nas economias desenvolvidas, sustentou a difusão teórica e prática das principais vertentes de naturezas evolutiva e transformista no interior das sociedades urbanas e industriais fundada, ambas, no determinismo tecnológico. De um lado, a vertente evolutiva do capitalismo teve grande envergadura com estudos e proposições associadas à concepção de transição para uma nova sociedade pós-industrial.

Assim como a emergência da primeira Revolução Industrial havia desencadeado desde a metade do século XVIII a passagem da antiga sociedade agrária para a urbana e industrial, o capitalismo estaria acumulando avanços inéditos nos serviços protagonizados pelo curso da terceira Revolução Industrial. Não obstante o reposicionamento no interior das estruturas produtivas das sociedades, com o agigantamento do setor de serviços e o esvaziamento relativo da indústria, o ritmo de expansão econômica decaiu sensivelmente. Na sequência, a desindustrialização passou a ser notada e cada vez mais associada à tendência de uma estagnação secular, com desemprego estrutural e elevada polarização das estruturas sociais entre ricos e pobres e, ainda, o aniquilamento da classe média assalariada.

De outro lado, a perspectiva de vertente transformista no capitalismo que reconheceu a insustentabilidade ambiental frente à continuidade do progresso econômico sem travas pela sociedade urbana e

industrial. A crença de que a mudança tecnológica seria suficiente para gestar outra estrutura industrial de baixo carbono ganhou apoio das grandes corporações transnacionais para montar as cadeias globais de valor, uma vez que elas monopolizam parcela consideráveis dos recursos aplicados no mundo aos investimentos em progresso técnico.

Para tratar da problemática da desindustrialização e suas perspectivas de enfrentamento, este capítulo procurou abordar criticamente as contradições presentes nas duas principais vertentes orientadoras do debate atual sobre o futuro da produção e distribuição da manufatura no mundo. A sua melhor compreensão visa contribuir para o necessário reposicionamento brasileiro frente à tendência da semiestagnação da renda *per capita* concomitante com o *apequenamento* da industrialização.

## O mito da sociedade pós-industrial na estagnação secular

Após registrar uma das trajetórias mais exitosas em termos de expansão de suas forças produtivas convergentes com o processo de medianização da estrutura social por quase trinta anos ao final da segunda Guerra Mundial, o centro do capitalismo mundial passou a se encontrar novamente diante de mais uma grande crise. Sem solução a vista, a turbulência de dimensão global iniciada em 2008 passou a equivaler-se cada vez mais às grandes depressões que varreram o mundo como em 1873 – 1896 e em 1929 – 1939.

Em todas as grandes crises, o deslocamento geográfico do núcleo dinâmico mundial apresentou-se como um problema complexo frente à assimetria que decorre da relação do centro com a periferia, imposta

pelo capitalismo de desenvolvimento desigual e combinado. Enquanto no último quartel do século XIX, a longa decadência do domínio inglês teve início com a emergência da segunda Revolução Industrial e o fim do capitalismo de livre competição, a grande Depressão de 1929 consolidou a hegemonia estadunidense sobre a Alemanha, derrotada nas duas grandes Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45).

Neste começo do século XXI, a polarização ascendente entre Estados Unidos e China concede foco ao tema controverso da transição atual no interior do centro dinâmico capitalista mundial. De um lado, a nova fronteira de expansão capitalista aberta a partir da Ásia, cujo vetor principal tem sido o rápido e considerável processo de monopolização do capital expresso por meio do avanço nas cadeias globais de valor (GLATTFELDER, 2013; MILBERG; WINKLER, 2013; ROTHHOPF, 2008).

O grau de concentração e centralização do capital em algumas poucas corporações transnacionais transcorre simultaneamente ao sistema fragmentado da produção que recorta os territórios nacionais, cada vez mais interligados pelos avanços da terceira Revolução Industrial. Atualmente, não mais do que trezentas regiões territoriais dispersas no mundo encontram-se conectadas e articuladas ao modo capitalista global de produção e distribuição, comprometendo o funcionamento das políticas públicas e esvaziando o grau de autonomia dos Estados Nacionais (NARODOWSKI; LENICOV, 2012; DREIFUSS, 2004).

De outro lado, a decadência do padrão de industrialização e regulação fordista desde a década de 1970 segue acompanhada por consequente desestruturação da sociedade salarial, especialmente aquela conformada pela maior proximidade entre a base e o cume da estrutura social. Assiste-se, assim, à transição das tradicionais classes médias assalariadas e de trabalhadores industriais para o novo e

extensivo precariado (STANDING, 2013; BECK, 1999; BRAGA, 2012; POCHMANN, 2012).

A perspectiva engajada dos ideólogos do capitalismo tem sido, todavia, muito distinta. Diante dos sinais de bloqueio ao ciclo de expansão das forças produtivas com avanços na sociedade de consumo de massa ainda nos anos de 1970, as respostas apresentadas direcionavam-se ao entendimento de uma significativa oportunidade de transição evolutiva ao padrão civilizatório superior.

Em síntese, a visão convergente de que a terapia das políticas neoliberais teria por função libertar o espírito empreendedor das novas forças produtivas capitalistas concomitantemente com a emergência da terceira Revolução Industrial e Tecnológica (DAVIS *et al*, 2006; ELLSBERG, 2011; ANDERSON, 2013).

Embalados por certo determinismo tecnológico e saltos imaginados na produtividade do trabalho imaterial, uma nova gama de promessas foi sendo forjada pela direção à almejada sociedade do tempo livre estendida pelo avanço do ócio criativo, da educação em integral e da contenção do trabalho heterônomo (apenas pela sobrevivência). Penetrados cada vez mais pela cultura midiática do individualismo e pela ideologia da competição, o neoliberalismo seguiu ampliando apoiadores no mundo.

A propaganda de elevação da expectativa de vida para próximo de 100 anos de idade abriria inédita perspectiva à postergação do ingresso no mercado de trabalho para a juventude completar o ensino superior, estudar a vida toda e trabalhar com jornadas semanais de até 12 horas. A nova sociedade pós-industrial estaria a oferecer um padrão civilizatório jamais alcançado pelo modo capitalista de produção e distribuição (MASI, 1999; REICH, 2002; SANTOS; GAMA, 2008).

Sob este manto de promessas de maior libertação do trabalho humano na luta pela sobrevivência (trabalho heterônomo) através da postergação da idade de ingresso no mercado de trabalho para somente depois do cumprimento do ensino superior, bem como da oferta educacional ao longo da vida, que o racionalismo neoliberal se constituiu. De certa forma, o entendimento de que o esvaziamento do peso relativo da economia nacional proveniente dos setores primário (agropecuária) e secundário (indústria e construção civil) consagraria expansão econômica superior ao setor terciário (serviços e comércio).

Resumidamente, uma sociedade pós-industrial protagonizadora de conquistas superiores aos marcos do acordo socialdemocrata do segundo após guerra (ARON, 1981; BELL, 1973).

Aliado a isso, a sustentação do meio ambiente ganhou maior importância com a necessidade de mudanças no modelo de produção e consumo de alto carbono e que permitiria levar à economia tecnologicamente avançada e assentada no processo de transição à desmaterialização da produção. Tudo isso pressuporia dar conta do estado de saúde do conjunto da população, da dimensão do conhecimento e da perspectiva do trabalho humano (ALTVATER, 1995; ALIER, 2005; O'CONNOR, 1994).

No que concerne ao estado da educação destaca-se o reconhecimento *a priori* acerca da atual modificação demográfica, com redução, em geral, da parcela mais jovem e elevação do segmento etário mais velho. Ao mesmo tempo, percebe-se o aumento na expectativa média de vida, o que recoloca um conjunto de novas questões para as políticas de saúde, mobilidade, integração social, entre outras.

Cada vez mais se apresenta como possibilidade a expectativa de vida em torno dos 100 anos de idade, frente aos atuais 65 anos. Ademais da importante queda na taxa de mortalidade infantil, assiste-se

à aceleração da redução na taxa de fecundidade feminina e do número de membros por domicílios. Frente a isso, ganham maior importância as novas estruturas familiares, muitas delas cada vez mais monoparentais, com crescente dificuldade de reprodução tradicional da sociabilidade domiciliar.

Acresce também ressaltar o estado de saúde da população, aquela expressa pela nova composição das causas de mortes. As doenças transmissíveis e por causas associadas a condições nutricionais, maternas e perinatais perdem importância relativa frente ao aumento das causas associadas às doenças não transmissíveis (cardiovasculares, psiquiátricas e neoplasias) e às causas externas (acidente de trânsito e violência).

Embora os recursos públicos e privados continuem a crescer nos orçamentos com saúde, o quadro de insegurança permanece preocupante. Em geral, o crime de violência atinge muito mais os jovens, especialmente os de sexo masculino e pertencentes às famílias de baixa renda.

No mesmo sentido, a carência de infraestrutura decente no meio urbano associa-se às precárias condições de mobilidade urbana, dos meios de transportes coletivos e individuais, não sendo desprezíveis as mortes ocasionadas por acidentes de trânsito. Assim, o estado de saúde da população requer, cada vez mais, políticas intersetoriais e articuladas que assistam a população em sua totalidade.

Para a dimensão do conhecimento, não obstante avanço colhido no processo educacional, sabe-se que há inegáveis descompassos e assimetrias ainda consideráveis em todo o território mundial. A começar pelo grau de analfabetismo populacional ainda persistente neste início do século XXI.

Isso cresce de proporção se forem contabilizados os chamados analfabetos funcionais. Em geral, a concentração dos pobres e miseráveis e a maior taxa de desemprego e ocupações precárias assentam-se na população de menor escolaridade.

Nesse sentido que o sistema educacional tal como existe atualmente se apresenta relativamente recente e com sinais inegáveis de insuficiência. Até a transição da antiga sociedade agrária para a urbana e industrial, a educação era algo inexistente para as grandes massas da população. Tão somente as famílias aristocratas possuíam condições de contratar tutores para filhos, enquanto a Igreja era a instituição que tratava de transferir o conhecimento formalizado ao longo dos anos.

No mundo agrário, o conhecimento comunitário era transmitido na velha forma "de pai para filho", em que os mais idosos possuíam importância relativa superior devido ao acúmulo das experiências vividas. De maneira geral, somente a passagem para a sociedade urbana e industrial alterou o papel da educação a partir da construção e difusão das escolas formais.

Antes disso, a questão nacional foi constituída pelo aparecimento dos Estados nacionais a partir do século XIX, tornando-se fundamental para a generalização da condição de povo associado aos limites da soberania de uma nação. Assim, a unificação da língua pátria e a identificação dos valores nacionais se mostraram fundamentais para a formação do conteúdo da educação formal.

Ademais, a emergência do trabalho na manufatura passou a exigir valores como disciplina e responsabilidade fabril, bem como operações básicas e linguagem comum, não mais transmitidas pelas famílias que viviam em comunidades na sociedade agrária. Nas cidades, o conjunto das famílias não somente diminuiu de tamanho

como o trabalho passou a ser realizado pelos pais e distante do local de moradia.

A crise de sociabilidade no interior das famílias pertencentes à sociedade urbana e industrial terminou sendo enfrentada pela ação das políticas públicas. Com a difusão dos sistemas educacionais pelo Estado, o segmento etário de até 14 anos foi libertado do trabalho, conforme ocorria na sociedade agrária, passando a inatividade necessária para cumprir o conteúdo do ensino como elemento fundante para o ingresso no mercado de trabalho.

Uma vez coberta a fase infantil de estudo, a passagem para o mercado de trabalho afastava dos bancos escolares. Assim, a educação do século XX se apresentou funcional aos requisitos de conformação dos Estados nacionais e de transição da inatividade ao mundo do trabalho.

Com a terceira Revolução Industrial, que tem a emergência das novas tecnologias de comunicação e informação, as exigências educacionais ampliaram-se rapidamente. Não parecem caber mais sistemas educacionais voltados apenas às fases etárias precoces.

Ademais de tornar o ensino superior o piso da nova sociedade do conhecimento, urge a instalação do sistema de educação para toda a vida. Se o conhecimento assume cada vez mais a condição de principal ativo gerador de riqueza, qual o sentido de se estudar pouco e em condições desfavoráveis?

Em pleno curso da transição para a sociedade de serviços, a inserção no mercado de trabalho precisa ser gradualmente postergada, possivelmente para o ingresso na atividade laboral somente após a conclusão do ensino superior, com idade acima dos 22 anos, e a saída sincronizada do mercado de trabalho para o avanço da inatividade. Tudo isso acompanhado por jornada de trabalho reduzida, o que

permitiria observar que o trabalho heterônomo deveria corresponder a não mais do que 25% do tempo da vida humana.

Neste sentido que foi apresentada a nova perspectiva do trabalho humano. Na antiga sociedade agrária, destaca-se que o começo do trabalho ocorria a partir dos 5 a 6 anos de idade para se prolongar até praticamente a morte, com jornadas de trabalho extremamente longas (14 a 16 horas por dia) e sem períodos de descanso, como férias e inatividade remunerada (aposentadorias e pensões). Para alguém que conseguisse chegar aos 40 anos de idade, tendo iniciado o trabalho aos 6 anos, por exemplo, o tempo comprometido somente com as atividades laborais absorvia cerca de 70% de toda a sua vida.

Na sociedade industrial, o ingresso no mercado laboral foi postergado para os 16 anos de idade, garantindo aos ocupados, a partir daí, o acesso a descanso semanal, férias, pensões e aposentadorias provenientes da regulação pública do trabalho. Com isso, alguém que chegasse ao mercado de trabalho depois dos 15 anos de idade e permanecesse ativo por mais 50 anos, teria, possivelmente, mais alguns anos de inatividade remunerada (aposentadoria e pensão).

Assim, cerca de 50% do tempo de toda a vida estariam comprometidos com o exercício do trabalho heterônomo. A parte restante do ciclo da vida não comprometida pelo trabalho e pela sobrevivência deveria estar associada à reconstrução da sociabilidade, estudo e formação, cada vez mais exigidos pela nova organização da produção e distribuição internacionalizada.

Isso porque, diante dos elevados e constantes ganhos de produtividade, tornar-se-ia possível reduzir o tempo semanal de trabalho de algo em torno de 40 horas para não mais que 20 horas. De certa forma, a transição entre as sociedades urbano-industrial e pós-industrial tende a não mais separar nítida e rigidamente o tempo de trabalho do não

trabalho, podendo gerar maior mescla entre os dois, com maior intensidade e risco da longevidade ampliada da jornada laboral para além do tradicional local de exercício efetivo do trabalho.

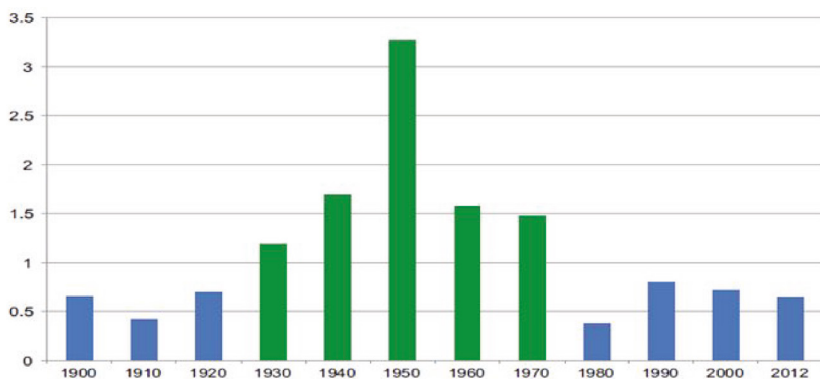
Dentro deste contexto que se recoloca em novas bases a relação do tempo de trabalho heterônomo e a vida. Em geral, o funcionamento do mercado de trabalho relaciona ao longo do tempo uma variedade de formas típicas e atípicas de uso e remuneração da mão de obra com excedente de força de trabalho derivado dos movimentos migratórios internos e externos sem controles.

Em vários países, a ausência das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, como a agrária, possibilitou a transferência de grande parcela do excedente rural dos trabalhadores para as cidades. Também sem planejamento, as cidades absorveram grandes contingentes de trabalhadores alocados em formas marginais de ocupação, cuja informalidade inviabilizou o trabalho decente. Os escassos experimentos de democracia nas relações de trabalho comprometeram o potencial de atuação dos sindicatos nas formas de contratações coletivas mais próximas dos ganhos de produtividade alcançados nos setores econômicos.

Após quase quatro décadas da geração de promessas voltadas à construção de uma sociedade pós-industrial superior, assiste-se ao aprofundamento dos sinais inegáveis de regressão no interior da sociedade do capital. Do progresso registrado em torno da construção de uma estrutura social medianizada por políticas de caráter socialdemocrata a partir da segunda metade do século passado, constata-se, neste início do século XXI, o retorno à forte polarização social (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; LOJIKINE, 2005; KUMAR, 1997).

Por uma parte, a degradação da estrutura social herdada da industrialização fordista tem desconstituído ampla parcela da classe média, fortalecendo expansão do novo precariado. Por outra, a concentração

de ganhos significativos de riqueza e renda em segmento minoritária da população gera um contexto social inimaginável, em que somente 1% da população mundial chega a deter mais riqueza concentrada que a somatória do conjunto dos 99% dos habitantes da Terra.

**Gráfico 01 –** Estados Unidos: evolução da taxa de produtividade média anual por decênio (em %)

Fonte: Gordon (2014).

Em mais de três décadas de predomínio da regulação neoliberal do capitalismo, as promessas da construção de padrão civilizatório superior encontram-se desfeitas. Os avanços ocorridos têm sido para poucos, enquanto o retrocesso observado serve a muitos.

Ao contrário, o que vem se consolidando no horizonte, sobretudo dos países capitalistas avançados tem sido a tendência à estagnação secular. Com oito anos de manifestação da crise de dimensão global iniciada em 2008, a recuperação ainda encontra-se anêmica e distante, não obstante taxas de juro reais negativas e medidas outras de elevação do nível de atividade econômica terem sido adotadas sem sucesso.

O comportamento da produtividade que já apresentava em desaceleração no ambiente pré-crise de 2008 decaiu mais e encontra-se próximo de zero. Neste sentido que a hipótese de estagnação tem se tornado relevante, pois a crise de dimensão global tem comprometido a capacidade de expansão das economias capitalistas.

As garantias do pensamento liberal conservador sobre investimento em educação e inovação tecnológica, bem como a liberalização dos mercados e o encolhimento dos governos não têm evitado a desaceleração da produtividade e, por consequência, o baixo dinamismo econômico para conjunto dos países. Por conta disso, a hipótese da estagnação secular lançada por Alvin Hansen, em 1939, para tratar das possibilidades de recuperação econômica estadunidense durante os efeitos da Grande Depressão de 1929 foi novamente recuperada e concedida atualidade a partir da crise de dimensão global iniciada em 2008.

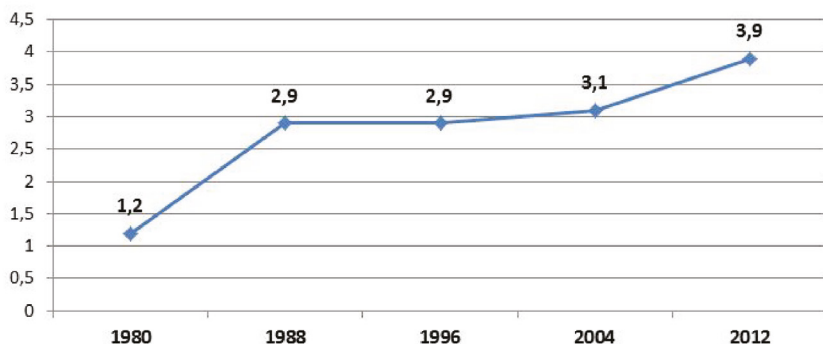
Pela análise de Hansen, o capitalismo tenderia a estagnação diante da fragilidade das iniciativas dos governos da época em recuperar a economia, cuja marca seria o registro do elevado desemprego e piora acentuada na renda da população. Mesmo as inovações tecnológicas introduzidas desde a década de 1920 se mostravam insuficientes para instaurar e manter o dinamismo econômico, amplamente dependente das forças de mercado (HANSEN, 1939).

O ambiente generalizado de desregulação potencializou as forças de mercado a responsabilidade de condução do dinamismo da produção e circulação de mercadorias, o que foi acompanhado por insuficiência crônica da demanda efetiva. Conforme registra a trajetória da concentração do poder econômico por grandes oligopólios no capitalismo, a capacidade ociosa no interior do sistema de produção torna-se uma constante, esvaziando os investimentos e rebaixando a produtividade (STEIDEL, 1983; MARX, 1983).

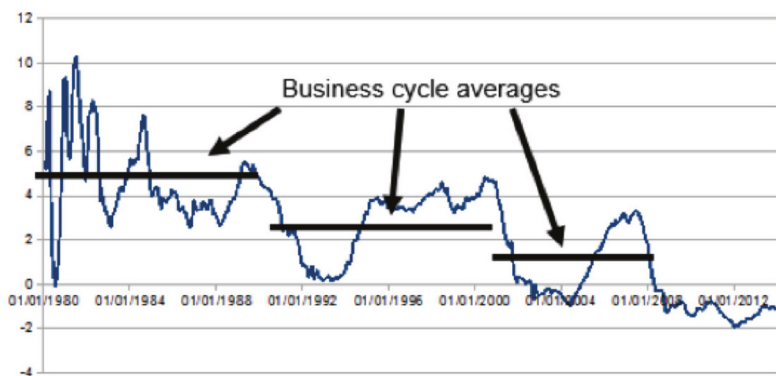
Com a diminuição dos investimentos há, em geral, a possibilidade de elevar-se ainda mais a concentração do poder econômico, com a permanência dos fundamentalmente mais competitivos. E para buscar compensar a queda na taxa de lucro, as empresas restantes contraem a taxa de salários, aprofundando a desigualdade de renda e buscando alternativas de ganhos em outras esferas.

Assim, a dominância financeira se estabeleceu consideravelmente por oferecer possibilidades de rentabilidade superior, ainda que não menos especulativas e arriscadas. Mesmo com capacidade ociosa e insuficiência na demanda efetiva, o setor produtivo busca compensar a queda na taxa de lucro com ganhos financeiros.

Na sequência, o aparecimento de bolhas financeiras tende a indicar como o transbordamento dos recursos para além da reciclagem e o financiamento de dívidas revelam a fragilidade do capitalismo financeiro. Mas, neste sentido, cresceu a relação dos ativos financeiros globais com o Produto Interno Bruto do mundo, que passou de 1,2 vezes, em 1980, para quase 4 vezes, em 2012.

**Gráfico 02 –** Evolução da relação entre ativos financeiros globais e o Produto Interno Bruto do mundo em anos selecionados (em %)

Fonte: FMI e BIS (elaboração própria).

Neste início do século XXI, a evolução das próprias contradições no funcionamento do capitalismo revela a tendência de estagnação no nível geral da produção. Enquanto o Japão expressa mais de duas décadas de paralisia de sua economia, a Europa e os Estados Unidos caminham para a sua primeira década de estagnação desde a crise de 2008.

**Gráfico 03 –** Estados Unidos: Evolução da taxa real de juros (em %)

Fonte: Krugman, 2014.

Este *novo normal* no comportamento estagnante das economias, sobretudo dos países ricos, não encontra nas ações de políticas governamentais anticíclicas, como de taxas de juros reais negativas e expansão da liquidez monetária, a solução. Ademais, ocorrem concomitantemente ao estancamento da produtividade (SUMMERS, 2014; KRUGMAN, 2014; GALBRAITH, 2014; EICHENGREEN, 2015).

A prevalência do baixo dinamismo econômico segue acompanhada pelo elevado desemprego, rebaixamento das rendas do trabalho e maior endividamento do setor público. E combinado com taxas de juros negativas, a impossibilidade de sustentar a estabilidade financeira por longo prazo (KOO, 2009; IMF, 2014; LOHOFF; TRENKLE, 2014).

Diante do elevado grau de autonomia na condução da política monetária dos Estados Unidos frente à liberalização dos fluxos de capitais, os demais países se mantêm subordinados seus regimes cambiais e taxa de juros. No caso da taxa de juros, sobretudo a de curto prazo, segue afetada pela taxa de juros estadunidense.

Ao se manter inatacável a tendência à estagnação, o futuro do capitalismo sofre maior questionamento, assim como a sua capacidade de atender as promessas às quais circunscreveu o programa de modernidade esperado desde a década de 1970. Neste sentido, a obstrução de um novo padrão civilizatório a ser viabilizado pela transição da sociedade urbano industrial para a pós-industrial.

## A ilusão da industrialização de baixo carbono dirigida pelas corporações transnacionais

A crítica ao padrão civilizatório amparado ao consumismo insustentável ambientalmente surgiu de forma inédita e expressiva concomitante com protestos em várias localidades do mundo ao final da década de 1960. Com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972, bem como as demais que se seguiram, que protagonizaram o lento e gradual esvaziamento da propulsão revolucionária de modificar sensivelmente o modo de vida urbano e industrial alienado pelo consumismo capitalista.

Isso ocorreu tanto do ponto de vista político, com a “endireitização” ideológica e prática dos partidos que assumiram a causa verde, como econômico frente ao avanço do neoliberalismo e do dirigismo das grandes corporações transnacionais no interior das cadeias globais de produção e distribuição de bens e serviços. Uma farta literatura a

respeito passou a subsidiar a atuação e proposições diversas do movimento ambientalista supranacional (HARDIN, 1968; MEADOWS *et al,* 1972; REBÊLO JR, 2002; OLIVEIRA, 2007).

Originalmente, por exemplo, a interpretação crítica ao padrão civilizatório urbano e industrial sobressaiu como uma espécie de neomalthusianismo verde diante do diagnóstico de que a causa da degradação ambiental provinha da expansão demográfica sobre o uso dos recursos naturais. O livro *Limites do crescimento* que produzido pelo Clube de Roma no início dos anos de 1970 teve grande repercussão frente à defesa radical de, por exemplo, a diminuição em 4/5 do consumo na época de determinadas matérias primas e o limite zero para expansão populacional.

Como o Clube de Roma era financiado por grandes grupos econômicos (Volkswagen, Fiat, Ford, Shell, entre outras) e apresentava relação próxima da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em plena Guerra Fria, o tema do ambientalismo foi exposto mais aos interesses dos países ricos que se afastavam das perspectivas dos movimentos estudantis, pacifistas e hippies provenientes da década de 1960. Nesse sentido, emergiram as proposições que atendiam aos países que já eram industrializados e haviam completado a transição demográfica, creditando a insustentabilidade ambiental ao descontrole demográfico e à pobreza da população no resto do mundo (RATTNER, 1979; ROGGERO, 1976).

Esta perspectiva ambientalista gerou divisão importante entre os países ricos do Norte que defendiam o crescimento zero e as nações do Sul voltadas à defesa da expansão econômica como superação do atraso social. Mesmo assim, o que mais produziu desconforto foi o questionamento da racionalidade capitalista imposta pela defesa do decrescimento econômico para preservação ambiental.

Por ser estranha a uma economia capitalista, que se constitui enquanto máquina de criação de riqueza, a proposta do crescimento

zero foi afastada. Ademais, o tema da ausência de expansão econômica seria algo próximo de nações desenvolvidas, sem qualquer referência à geração e repartição da riqueza produzida no mundo, implicando o congelamento do padrão de vida já extremamente desigual (FURTADO, 1974; PERROUX, 1981).

Em função disso que outra proposição ambientalista tomou-se dominante na década de 1980, convergindo interesses econômicos com causas ambientalistas. O conceito inovador do desenvolvimento sustentável adotado se mostrou cada vez mais contraditório com o avanço da hegemonia do neoliberalismo a partir de então.

Conforme o Relatório Brundtland de 1987, o objetivo a ser perseguido seria o desenvolvimento que satisfizesse as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem às suas próprias necessidades. Ao atender o preceito geral sobre o conceito de desenvolvimento sustentável a todos os países, transpareceu a falsa identidade de que em pleno predomínio do neoliberalismo, a riqueza estaria sendo produzida e distribuída menos desigualmente.

Pelo contrário, o que se assistiu por conta do receituário do Consenso de Washington foi a expansão da desigualdade inter e intrapaíses. Talvez por isso que a aposta ao enfrentamento da problemática da degradação ambiental gerada pelo crescimento econômico deslocou-se para soluções de mitigação pelo mercado e de avanço no progresso tecnológico.

Assim, a questão ambiental que apontava originalmente para outro padrão de produção e consumo, assumiu cada vez mais o transformismo de buscar uma industrialização de baixo carbono, dependente de acordos, soluções tecnológicas, informações e investimentos dos capitalistas e governos. No máximo, a busca de uma gestão eficiente dos recursos naturais, o que incorporaria o ambiente enquanto capital ativo no mercado global.

Mas diante da conformação das cadeias globais de valor, cuja espacialização das atividades econômicas atendeu cada vez mais a custos menores de produção e distribuição, a capacidade dos Estados Nacionais em estabelecer regulações ambientais tendeu a diminuir. A ascensão das grandes corporações transnacionais em meio ao ambiente neoliberal dominante no mundo corresponde quase a monopolização das decisões de como e quanto produzir e a forma de distribuir bens e serviços.

Destaca-se, neste início do século XXI, o modelo de globalização neoliberal, que produziu, entre outras coisas, uma inédita era do poder monopolista privado. Nos dias de hoje, não mais de 500 grandes corporações transnacionais que dominam os setores econômicos estratégicos, respondendo crescentemente pelo comércio mundial dos recursos investidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Por conta disso, nota-se que um contingente reduzido de corporações transnacionais governa qualquer atividade econômica, resultando no aprofundamento do processo de ultramonopolização privada sem paralelo histórico. Essa realidade se torna ainda mais concentrada no poder privado, bem como faz com que não sejam mais os países que tenham empresas, mas grandes corporações empresariais que possuam países, cujo faturamento supera o Produto Interno Bruto de várias nações.

A continuidade da globalização neoliberal tem gerado uma espécie de superentidade global, a controlar decisões econômicas e a interferir dominantemente no poder político do mundo. Isso pode ser observado pela análise de 1.315 corporações transnacionais que conformam a rede capitalista que controla o centro da economia global.

Neste sentido, percebe-se que para este peste pequeno conjunto de corporações transnacionais registra-se um subgrupo que detém o controle de 43,1 mil companhias, o que expressa elevadíssimo grau de monopólio sobre a produção e distribuição de bens e serviços na

economia global. Resumidamente, somente 1,3 mil corporações transnacionais apropriam-se de 1/5 das receitas globais e controlam quase 2/3 das vendas realizadas no mundo, bem como as ações das principais empresas negociadas nas bolsas de valores.

A força econômica exarada por este centro de comando das corporações transnacional encontra ainda apenas 147 do conjunto das 1,3 mil empresas responsáveis pelo controle de 40% da riqueza total do mundo. Neste início do século XXI, um pouco mais de 1% das corporações transnacionais consideradas controlam 2/5 de toda a rede capitalista de produção e distribuição de bens e serviços do mundo.

Resumidamente, encontra-se em funcionamento uma estrutura de comando privado na forma de rede das corporações transnacionais que interfere direta e indiretamente na concorrência e financiamento global. A concentração e centralização da propriedade internacional do capital possui uma arquitetura viabilizada pelo processo de globalização neoliberal que opera a partir de um núcleo de corporações que formam uma espécie de superentidade a controlar decisões econômicas e a interferir dominantemente no poder político do mundo.

A importância relativa das grandes corporações na oferta da produção de bens e serviços de ordem mundial vem sendo cada vez mais significativa. A monopolização da organização capitalista da produção tornou-se uma realidade no plano global.

O poder da formação de preços, que permite a obtenção de lucros extraordinários, bem como o dirigismo tecnológico e o padrão de emprego flexível, gerador de uma classe trabalhadora de precariado (Standing, 2013), ocorrem concomitantemente à monopolização global da produção. O enfraquecimento da regulação pública revela a crescente interação entre a desigualdade e a manipulação das regras econômicas e políticas pelas grandes corporações transnacionais.

Por meio de poucas e grandiosas empresas, a organização capitalista da produção de bens e serviços no mundo encontra-se integrada e sem paralelo histórico. São corporações extremamente grandes para quebrar, caso a ineficiência competitiva vier a ocorrer, o que transfere para a conta pública o ônus de manter e sustentar, sempre que necessário, os grandes grupos econômicos financeiros e não financeiros.

No segmento das grandes aeronaves, por exemplo, registra-se que somente duas grandes corporações transnacionais controlam a totalidade da produção. Na telefonia, fármacos, entre outros setores econômicos, permanece destacada a supremacia da grande empresa.

**Tabela 01 –** Grau de controle da rede global das corporações transnacionais segundo setor econômico

| Setor econômico | Número de corporações | Grau de monopólio |
|---|---|---|
| Grandes aeronáves | 2 | 100% |
| Automobilístico | 10 | 100% |
| Cigarros | 4 | 75% |
| Computadores pessoais | 4 | 55% |
| Construçãode equipamentos | 4 | 44% |
| Equipamentos agrícolas | 3 | 69% |
| Fármacos | 10 | 69% |
| Infraestrutura de telecomunicações | 5 | 83% |
| Microprocessadores para computador | 2 | 100% |
| Telefonia móvel | 3 | 65% |
| Pneus de automóveis | 3 | 75% |
| Pneus de aviação | 3 | 100% |
| Sistema operacional de computador | 1 | 90% |
| Vidros de automóveis | 3 | 75% |
| Vidros de tela de LCD | 2 | 78% |

Fonte: Nolan; Zhang, 2010. In: Pochmann, 2015.

O esvaziamento da crença neoliberal explicitada pela crise atual tornou profundamente desacreditado tanto a vitalidade dos mercados

desregulados como a suficiência do sistema financeiro internacional intermediado pelo dólar e assentado em derivativos. Desde 2008 que se percebe a difusão das práticas ainda maiores de socialismo dos ricos operadas por enormes ajudas governamentais às corporações transnacionais (bancos e empresas não financeiras).

A maior interpenetração governamental nos altos negócios ultramonopolistas privados globais decorre da ausência de Estados supranacionais capaz de melhorar as condições gerais de produção dos mercados (regulação da competição intercapitalista e apoio ao financiamento das grandes empresas). A viabilização do capital ultramonopolista global depende crescentemente do fortalecimento do Estado para além da atuação no espaço nacional.

A extrema concentração do poder privado tem desequilibrado a capacidade dos Estados nacionais estabelecerem contrapartidas à competição do setor produtivo atinentes às questões ambientais contemporâneas. Exemplo disso pode ser constatado no fato de 63 corporações transnacionais apresentarem faturamento superior aos orçamentos públicos de quase duas dezenas de Estados Nacionais no mundo.

A maior corporação transnacional, segundo a Revista Fortune, detinha em 2013 a somatória de suas receitas que a colocava na 11ª posição na hierarquia dos orçamentos públicos dos Estados nacionais no mundo. Em nações como Espanha, Austrália, Coréia do Sul e Holanda, por exemplo, os orçamentos públicos eram inferiores ao montante do faturamento das duas maiores corporações transnacionais do mundo.

Não causa estranheza, portanto, o como as corporações transnacionais operam enquanto grandes fornecedores privados do setor público no interior dos processos licitatórios, conduzindo, muitas vezes, as distorções entre os interesses econômicos e o compromisso com a sustentabilidade ambiental. Mas diante da maior instabilidade

do capitalismo submetido a poucas e gigantescas corporações transnacionais, nota-se que essas empresas tornam-se muito grandes para poder quebrar a lógica própria do mercado sob o risco de colapsar o meio ambiente.

Todavia, o estreitamento da relação cada vez mais orgânica do Estado com o processo de acumulação privada do capital global reverte-se em riscos de aprofundamento da competição entre os Estados nacionais. A agenda da degradação ambiental mantem-se ativa, porém distante de soluções viáveis.

Ademais, compreende-se como no interior dos processos políticos emerge cada vez mais a presença dos interesses econômicos, sobretudo das grandes corporações transnacionais. Elas financiam organismos não governamentais, partidos e políticos, influindo direta e indiretamente nos resultados eleitorais em cada país.

Como financiam parcialmente os meios de comunicação, por meio dos gigantescos gastos com publicidade e marketing, contaminam a "opinião pública". Ao sofrer influência crescente do poder privado, o Estado nacional redireciona parte significativa de suas políticas públicas ao seu favor.

Não por outro motivo que o comprometimento dos orçamentos públicos com grandes corporações transnacionais esvazia políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, a internalização da revolução técnico-científica no processo de produção e consumo tende a ser mais postergada.

Pelo conhecimento produzido até o momento acerca da insustentável degradação ambiental gerada pelas atuais práticas de produção e consumo, sabe-se que a saída da crise global não poderia ser por meio da reprodução do passado. Mas para ser reestruturado, o padrão

de produção e consumo precisaria rever consideravelmente a atual matriz energética mundial, o que implicaria penalizações e incentivos governamentais.

Ao mesmo tempo, a própria reformulação do sistema tributário, capaz de consagrar tributos tanto mais intensos às atividades de produção e consumo degradantes ambientalmente como mais suaves aos setores sustentáveis ao meio ambiente. O modelo mitigador dos efeitos negativos que decorrem das mudanças climáticas pressupõe o aparecimento de um conjunto de inovações técnico-científicas para fazer emergir o novo.

Da mesma forma, o avanço da sociedade dos serviços, cada vez mais apoiada no trabalho imaterial, tende a viabilizar uma profunda reorganização dos espaços urbanos, frutos das exigências do exercício do trabalho em locais apropriados (fazenda para a agricultura e pecuária, fábrica e indústria para a manufatura, entre outros). Pelo trabalho imaterial, a atividade laboral pode ser exercida em qualquer local, não mais em espaços previamente determinados e apropriados para isso (fábricas, canteiro de obras, fazendas), bem como em qualquer horário.

A qualificação da mão de obra em bases nacionais pode ser acompanhada simultaneamente pela atração de ocupações de maior qualidade e remuneração nos países com maior desenvolvimento da economia do conhecimento. Mas sem a reorganização social em comunidades territoriais fortalecidas na economia do conhecimento, o excedente de força de trabalho cresce, com atividades cada vez mais precárias e empobrecedoras em meio à acumulação de nova riqueza global. O resultado aponta para maior pressão no deslocamento geográfico do trabalho humano, em geral de regiões sustentadas por economias rurais e industriais para áreas concentradas nos setores de serviços.

## Considerações gerais

Após três décadas de vigência do Consenso de Washington, o mundo segue com limites significativos para a sustentação do crescimento das atividades econômicas e elevação do padrão de bem estar social. A dominância financeira tem impactado fortemente as decisões de produção e distribuição de bens e serviços, tornando as possibilidades de constituição de um novo padrão civilizatório ambientalmente sustentável mais distante.

O predomínio do sistema financeiro na economia real gerou ambiente vulnerável, permeado de crises e inseguranças em relação ao futuro. Simultaneamente, avança uma estrutura assimétrica de distribuição da riqueza e poder cada vez mais desigual.

Nas atuais condições da estrutura de poder, a expansão econômica tende a atender aos segmentos sociais já privilegiados e que se beneficiam da lógica do curto prazo gestado pela dominância financeira. Mesmo como os avanços tecnológicos, as possibilidades de haver sustentabilidade ambiental subvertem-se diante dos interesses mais imediatos por parte das grandes corporações transnacionais.

A constatação disso resulta da prevalência do padrão de produção e consumo cada vez mais globalizado e reflexo da desfiguração do que seja o essencial na constituição da vida decente e saudável. Em parte importante dos países, os orçamentos públicos refletem vultosas somas com despesas militares, subsídios e desonerações com grandes empresas, juros da dívida e bens e serviços distantes daqueles que poderiam permitir o enfrentamento da degradação ambiental e a elevação do bem estar social.

A sinalização inadequada por parte das políticas públicas à estrutura produtiva, com sistemas de incentivos e penalizações que não

consideram a questão ecológica, decorre, em grande medida, do poder privado das grandes corporações transnacionais sobre os Estados nacionais. O desequilíbrio de poder no mundo faz da governança econômica e financeira global órgão auxiliar dos interesses de grupos econômicos cada vez menores, cujo horizonte da tendência à estagnação secular se explicita.

Como não se trata de oferta criar a sua própria demanda, assiste-se, então, à dominância financeira potencializar o risco colossal de uma crise prolongada, sem solução viável. O excesso de oferta de ativos financeiros não resulta em crédito aos quem deles precisam, o que gera especulação e bolhas a constranger cada vez mais a expansão da economia real.

Sem a industrialização, a democracia não funciona adequadamente. Mas para haver industrialização é necessário existir um Estado forte, o que contraria o Consenso de Washington e joga contra a construção de uma sociedade superior.

As promessas de um novo padrão civilizatório mais avançado pela passagem da sociedade urbano e industrial para a pós-industrial segue, após quatro décadas de serem anunciadas, postergadas. A modernidade capitalista neste início do século XXI conecta-se contraditoriamente com o passado do século XIX para algumas situações, como nos casos do avanço da pobreza, da desigualdade na repartição da renda e riqueza e da poder concentrado.

Atualmente, as diferenças entre nações e indivíduos seguem abissais. Pela convivência continuada com a tendência à estagnação da renda, os sinais contraditórios da regressão social se mantêm, com o empobrecimento de parcela da população mundial e ascensão dos ricos motivada pela nova condição de financeirização da riqueza.

# Referências

AGHEVLI, B.; MÁRQUEZ-RUARTE, J. A Case of Successful Adjustment: Korea's Experience During 1980-84. **Occasional Paper**, Washington: FMI, nº 39, 1985.

AGLIETTÀ, M. **Regulación y crisis del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1979.

ALAVI, H. India: The Transition to Colonial Capitalism. In: ALAVI, H. *et al*. (Eds.) **Capitalism and Colonial Production**. London: Croom Helm, 1982.

ALDERSON, A. Explaining Deindustrialization: Globalization, Failure, or Success? **American Sociological Review**, v. 64, p. 701-21, 1999.

ALIER, J. **El ecologismo de los pobres:** conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: IE, 2005.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza.** Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

ANDERSON, C. **Makers:** a nova revolução industrial. Coimbra: Actual, 2013.

ARON, R. **Dezoito lições sobre a sociedade industrial.** Brasília: UNB/MF, 1981.

BAIROCH, P. International Industrialization Levels from 1750 to 1980. **Journal of European**, London, 1982.

BAIROCH, P. **Victoires et déboires:** Histoire économique et sociale du monde du XVIe siècle à nos jours. Paris: Gallimard, 1993.

BECK, U. **Un nuevo mundo feliz:** la precariedad del trabajo em la era de la globalización. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BEINSTEIN, J. **Capitalismo senil.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

BEJERANO, J. **Crisis permanente de Estado capitalista**. Bogotá: CEM.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial.** São Paulo: Cultrix, 1973.

BELLUZZO, L.; ALMEIDA, J. **Depois da queda.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, L. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, L. (Org.). **Estados e moedas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.

BONELLI, R.; GONÇALVES, R. **Para onde vai a estrutura industrial brasileira?** IPEA, TD (540), 1998.

BONELLI, R**. Ensaios sobre politica econômica e industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: CNI/Senai, 1995.

BRAGA, J.; CINTRA, M. Finanças dolarizadas e capital financeiro. In: FIORI, J. (Org.). **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAGA, J. **Temporalidade da riqueza:** teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas: IE/Unicamp, 1985.

BRAGA, R. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRESSER PEREIRA, L. **O colapso de uma aliança de classes** — a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 3. ed. São Paulo: Unicamp, 1977.

CARNEIRO, D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. (Org.). **A ordem do progresso:** Cem anos de política econômica republicana (1989-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quatro do século XX. São Paulo: Editora UNESP/IE/UNICAMP, 2002.

CASTRO, A.; SOUZA, F. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CHENERY, H.; WATANABE, T. International Comparisons of the Structure of Production. **Econometrica**, v. 26, p. 487-521, 1958.

CHENERY, H. **Patterns of Industrial Growth**. **The American Economic Review**, v. 50, n. 4, p. 624-654, 1960.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade,** Campinas, n. 5, p. 1-30, dez. 1995.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARK, C. **Conditions of Economic Progress**. 2. ed. London: Macmillan, 1957.

CLARK, G. The Spread of the Industrial Revolution, 1860-2000. **Department of Economics**, University of California, 2002.

CLINE, W. **International Debt and the Stability of World Economy**. Washington: IIE, 1983.

CLINGINGSMITH, D.; WILLIAMSON, J**. India's Deindustrialization in the 18th and 19th Centuries**. JEL N. F1, N7, O2, 2005.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. New York: ONU, 1987.

COATES, D. **Models of capitalism**. Oxford: Polity Press, 2000.

COMPARATO, F. **A civilização capitalista**. São Paulo: Saraiva, 2013.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.1, ago. 1992.

CRUZ, P. **Dívida externa e política econômica:** A experiência brasileira nos anos 70. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

CRUZ, S. **Empresariado e estado na transição brasileira:** um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: Unicamp/Fapesp, 1995.

DAVIS, S. *et al*. **The New Capitalists**. Boston: HBSP, 2008.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: DEL, 1976.

DELOITTE. **The future of manufacturing.** New York. DUP, 2013.

DINIZ, E.; LIMA Jr., O. Modernização autoritária: o empresariado e a intervenção do Estado na economia. **Série Estudos**, 47, Brasília: IPEA/CEPAL, 1987.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses:** um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, R. **Transformações:** matizes do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2004.

EICHENGREEN, B. Secular Stagnation: The Long View. **Nber Working Paper 20836**, Cambridge, 2015.

ELLSBERG, M. **The Education of Milionaires**. New York: Penguin, 2011.

FAIRBANK, J.; REISCHAUER, E. **China:** Tradition; Transformation. Boston: Houghton Mifflin Company, 1989.

FOLEY, D. Rethinking financial capitalism and the 'information' economy. **eview of Radical Political Economics**, v. 43, n. 3, p. 257-268, 2013.

FONSECA, P.; MONTEIRO, S. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, abril/Junho, 2005.

FONSECA, P.; MONTEIRO, S. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1 (109), p. 28-46, jan./mar., 2007.

FORI, J. **O vôo da coruja.** Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

FORI, J. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. (Org.). **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

FOSTER, J.; MCCHESNEY, R. The endless crisis: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the U.S.A. to China. **Monthly Review Press**, New York, v. 65, n. 8, 2014.

FREIDEN, J. **Capitalismo global.** Madrid: M. Crítica, 2007.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1961.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GALBRAITH, J. **The end of normal:** The great crisis and the future of growth. New York: Simon; Schuster, 2014.

GAZIER, B. **A crise de 1929.** Porto Alegre: LPM, 2009.

GLATTFELDER, J. **Decoding Complexity:** Uncovering Patterns in Economic Networks. Zurich: Springer, 2013.

GRAÇA FILHO, A. **A economia do Império brasileiro.** São Paulo: Atual, 2004.

HABIB, I. **Essays in Indian History.** London: Anthem Press, 2002.

HANSEN, A. Economic progress and declining population growth. **American Economic Review**, v. XXIX, n. 1, p. 1-15, 1939.

HAO, Y.; WANG, E. Changing Chinese views of Western relations, 1840-95. In: TWITCETT, D.; FAIRBANK, J. (Eds.). **The Cambridge History of China.** v. 2, 1st. Cambridge: CUP, 1980.

HARDIN, G. The Tragedy of Commons. **Science**, v. 13, 162, n. 3859, December, p. 1243-1248, 1968.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HENRIQUES, W. **O capitalismo selvagem.** Campinas: IE/Unicamp, 1999.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSCH, J. The State Apparatus and Social Reproduction. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. (Orgs.). **State and Capital**. London: EA, 1980.

HIRSCHMAN, A. **Bias for Hope:** Essays on Development and Latin America. New Haven: YUP, 1971.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development.** New Haven: YUP, 1958.

IANNI, O. **O ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

IMF. Legacies, Clouds, Uncertainties. **World Economic Outlook**. Washington: International Monetary Fund, 2014.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom.** Cambridge: CUP, 1966.

KEEN, S. Secular stagnation and endogenous money. **Real World Economics Review**, n. 66, p. 2-11, 2014.

KENNEDY, P. **The Rise and Fall of the Great Powers**. New York: HC, 1989.

KOO, R. **The holy grail of macro economics:** Lessons from Japan's great recession. New York: Wiley, 2009.

KRUGMAN, P. Deindustrialization, reindustrialization, and the real exchange rate. **NBER Working paper,** n. 2586, Cambridge, may, 1988.

KRUGMAN, P. **End this depression now**. New York: WWN, 2014.

KUMAR, D.; M. DESAI, M. **The Cambridge Economic History of India**. Cambridge: CUP, 1983.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KURZ, R. The crisis of exchange value: science as productive force, productive labor, and capitalist reproduction. In: LARSEN, N. *et al* (Eds.). **Marxism and the critique of value**. Chicago: MCMP, 2014.

KUZNETS, S. Quantitative aspects of the economic growth of nations. **Economic Development and Cultural Change**, UCP, 1957.

LANDES, D. **The Unbound Prometheus:** Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present. London: CUP, 1969.

LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema do Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L.; COUTINHO, R. (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento (1974-1976):** sonho e fracasso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978.

LESSA, C. **Quinze Anos de Política Econômica.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LESSA, C. O parto sem dor do Estado Nacional brasileiro e, com muita dor, da economia nacional. In: FIORI, J.; MEDEIROS, C. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento.** Petropolis: Vozes, 2001.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOHOFF, E.; TRENKLE, N. **La grande dévalorisation:** Pourquoi la spéculation et la dette de l'État ne sont pas les causes de la crise. Paris: PÉ, 2014.

LOJIKINE, J. **Adieu à la classe moyenne.** Paris: La Dispute, 2005.

LOVE, J. Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: BETHEL, L. (Ed.). **The Cambridge History of Latin America**. 6 (1) Cambridge: CUP, 1996.

LUZ, N. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MADDISON, A. **The World Economy:** A Millennial Perspective. Paris: OECD, 2003.

MADDISON, A. **World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2003 AD**. Paris: Oecd, 2011.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARKS, R. **The Origins of the Modern World:** A Global and Ecological Narrative. Lanham: R;L, 2002.

MARX, K. La domineción Británica em la Índia. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Orgs.). **Sobre el colonialism. Cuadernos de Pasado y Presente**. Còrdoba. Siglo XXI, 1973.

MARX, K. **O capital:** Crítica da Economia Política. Volume III, tomo 2. São Paulo: Abril, 1983.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASI, D. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Brasília: UNB/JOE, 1999.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo.** São Paulo: Unesp, 2009.

MCKINSEY; COMPANY. **Manufacturing the future:** the next era of global growth and innovation. New York: M;CP, 2012.

MEADOWS, D. *et al*. **The Limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972.

MEDEIROS, C. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: FIORI, J.; MEDEIROS, C. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLO, J.; BELLUZZO, L. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MELLO, J. O Estado brasileiro e os limites da "estatização". **Ensaios de Opinião**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 14-16, 1977.

MELLO, J. **O Capitalismo tardio**. SP: Brasiliense, 1982.

MELLO, J. Prólogo: A contra revolução liberal-conservadora e a tradição latino-americana. In: TAVARES, M.; FIORI, J. (Orgs.). **Poder e dinheiro:** uma economia política globalizada. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELMAN, E. **Depois do capitalismo**. São Paulo: Futura, 2002.

MILBERG, W.; WINKLER, D. **Outsourcing Economics:** Global Value Chains in Capitalist Development. Cambridge: CUP, 2013.

MOE, E. **Governance, Growth and Global Leadership:** The Role of the State in Technological Progress, 1750–2000. Aldershot: AP, 2007.

MOSELEY, F. The rate of profit and the future of capitalism. **Review of Radical Political Economics**, v. 29, n. 4, 1997.

NARODOWSKI, P.; LENICOV, M. **Geografia económica mundial:** um enfoque centro-periferia. Moreno: UNM, 2012.

NERDOOR, J. On the Factors Determining the Growth of Labor Productivity. In: PASINETTI, L. (Ed.). **Italian Economic Papers.** Oxford: OUP, 1993.

O'CONNOR, M. Is capitalism sustainable? **Political Economy and the Politics of Ecology,** New Cork: Guilfort, 1994.

OCAMPO, J. La América Latina y laeconomía mundial enel largo siglo XX. **El Trimestre Económico**, v. LXXI, 4, n. 284, 2004.

OCDE. **Perspectives du développement mondial**. Paris, 2010.

OLIVEIRA, C. **O processo de industrialização**. Campinas: IE/Unicamp, 1985.

OLIVEIRA, L. A Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo. **Comunicações 5º CEMARX**, Campinas: Unicamp, 2007.

PALMA, J. De-industrialization, ‘premature’ de-industrialization and the Dutch disease. In: DURLAF, S.; BLUME, L. (Ed.). **The New Palgrave Dictionary of Economics.** 2. ed. New York: PM, 2008.

PARTHASARATHI, P. **Rethinking Wages and Competitiveness in the Eighteenth Century:** Britain and South India. Past and Present 158. 1998. p. 79–109.

PERLIN, F. Proto-industrialisation in Precolonial South Asia. **Past and Present,** v. 98, p. 30–95, 1983.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: FCG, 1981.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica no Brasil.** São Paulo: I&L, 2015.

POCHMANN, M. **Classes do trabalho em mutação**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

PORTER, M. **Competition in global industries**. Boston: Harvard Business School Press, 1986.

POULATNZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: M. Fontes, 1977.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de América Latina y algunos de susprincipales problemas.** Santiago: FCE, 1949.

PREBISCH, R. **Capitalismo periférico:** crisis y transformación. México: FCE, 1998.

RATTNER, H. **Planejamento e Bem-Estar Social**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

REBÊLO JR, M. **O desenvolvimento sustentável**. São Paulo: USP, 2002.

REICH, R. **O futuro do sucesso:** o equilíbrio entre o trabalho e qualidade de vida. Barueri: Manole, 2002.

REICH, R. **Supercapitalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

RODRIGUES, P. A campanha “antiestatização” e o desempenho das principais empresas estatais (1965-1985). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, p. 44-73, 1990.

RODRIK, D. **The Real Exchange Rate and Economic Growth.** Brookings Papers on Economic Activity, 2, p. 365-412, 2008.

ROGGERO, M. **Urbanización, industrialización y crecimiento del sector servicios em America Latina.** Buenos Aires: ENV, 1976.

ROTHKOPF, D. **Superclass**: The Global Power Elite and the World They Are Making. London: L. B, 2008.

ROWTHORN, R.; COUTTS, K. Commentary: deindustrialization and the balance of payments in advanced economies. **Cambridge Journal of Economics**, v. 28, n. 5, p. 767-790, 2004.

ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. Growth, trade and de-industrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, 1999.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. **De-industrialisation and Foreign Trade**. Cambridge: CUP, 1987.

ROY, T. **The Economic History of India 1857-1947**. Delhi: OUPress, 2000.

SANTOS, N.; GAMA, A. **Lazer:** da conquista do tempo à conquista das práticas. Coimbra: IUC, 2008.

SARQUIS, S. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil.** Brasília: Funag, 2011.

SILVA, L. **No limiar da industrialização**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1976.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SIMMONS, C. Deindustrialization', Industrialization, and the Indian Economy. **Modern Asian Studies,** v. 19, n. 3, p. 593-622, 1985.

SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978.

STANDING, G. **O precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano.** São Paulo: Abril, 1983.

SUMMERS, L. Reflections on the “new secular stagnation hypotheses. In: TEULINGS, C.; BALDWIN, R. (Ed.). **Secular Stagnation:** facts, causes, and cures. London: CEPRP, 2014.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**. São Paulo: brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNY, T.; AMARAL, J. **História Econômica da Independência e do Império.** 2. ed. São Paulo: USP, 2002.

TAVARES, M.; LESSA, C. **Desenvolvimento industrial nos anos 70:** impasses e alternativas. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983.

TAVARES, M. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/FEA, 1975.

TAVARES, M. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, abril/junho, 1985.

TAVARES, M. Ajuste e reestruturação nos países centrais. **Economia e Sociedade**, n. 1, Campinas, IE/Unicamp, ago, 1992.

TEIXEIRA, A. **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra.** Texto de Discussão 25. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983.

TEIXEIRA, R. **Dependência, desenvolvimento e dominação financeira**. São Paulo: IPE/USP, 2007.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialization: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, p. 433-466, 2008.

UNCTAD. Recent Developments in the Diversification of Developing Countries Commodity Exports. **Document UNCTAD/COM/62**, 26., Geneva, 1995.

UNIDO. **World Industry:** progress and prospects. Vienna, 1979.

UNIDO. **Industry Statistics**. Vienna, 2014.

VARGAS, G. **O governo trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: L. Olympio. v. 4, 1969.

VELLOSO, J. A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 2, p. 133-144, 1998.